

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Breno Alexandre Pires Fernandes Alves

**A CRIAÇÃO DE “NOVOS” PARTIDOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
OS CASOS DO PSOL E DO PSD**

Juiz de Fora

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Breno Alexandre Pires Fernandes Alves

A CRIAÇÃO DE “NOVOS” PARTIDOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
OS CASOS DO PSOL E DO PSD

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Mendes da Rocha

Juiz de Fora

2018

BRENO ALEXANDRE PIRES FERNANDES ALVES

**CRIAÇÃO DE “NOVOS” PARTIDOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
OS CASOS DO PSOL E DO PSD**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Marta Mendes da Rocha
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Doutor Paulo Roberto Figueira Leal
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Doutor Oswaldo Martins Estanislau do Amaral
Universidade Estadual de Campinas

“Minha tia-avó Rosária, partideira centenária, perguntou pra mim: meu neto, o que é fidelidade partidária?. Pergunta assim tão sumária, tem que ter a necessária resposta, e eu respondo certo o que é fidelidade partidária.

Por verde-amarelo na indumentária, feijão com arroz na sua culinária, ajudar quem tem situação precária, não fazer acordo com a parte contrária, nem demagogia com a classe operária, gritar que tem gringo pintando na área, gostar de partido igual tia Rosária. Isso é fidelidade partidária.

Rejeitar propina na conta bancária, não ter filial nem subsidiária, amar a patroa mais que a secretária, só fazer amor na sua faixa etária, mas dar uma força pras celibatárias, que tenham bons dentes na arcada dentária, gostar de partido igual tia Rosária. Isso é fidelidade partidária”.

*(Fidelidade partidária, Nei Lopes e Wilson
Moreira)*

AGRADECIMENTOS

Gosto de compreender as experiências de nossas vidas a partir de uma perspectiva coletivista. Apesar de reconhecer a importância dos esforços individuais, acredito que ninguém alcança seus objetivos sozinho. Com esse estudo não foi diferente, e graças ao apoio recebido foi possível concluí-lo.

Gostaria de agradecer a CAPES pelo financiamento e ao PPGCSO e todos os professores pelos conhecimentos transmitidos e indispensáveis para minha formação.

Gostaria de agradecer especialmente a Professora Marta Mendes da Rocha, orientadora deste trabalho, que, com muita competência, empenho e generosidade, iluminou os caminhos desta pesquisa. Agradeço não só pelas contribuições para concretização deste objetivo, mas por toda convivência, paciência e confiança que depositou em mim, possibilitando, ao longo desse percurso, o desenvolvimento de um trabalho muito enriquecedor e prazeroso.

Agradeço, também, aos professores Paulo Roberto Figueira Leal e Jorge Chaloub, membros da banca examinadora de qualificação, que através de suas críticas e sugestões contribuíram para o aperfeiçoamento desta pesquisa. Agradeço ainda o professor Oswaldo Amaral por aceitar integrar a banca de defesa dessa dissertação.

Aos meus familiares, agradeço pelo apoio e torcida em todos os momentos da minha vida. Agradeço também aos meus amigos, que fizeram os dias da minha pesquisa mais leves e, principalmente, a Carol, pela paciência nos momentos de maior ansiedade e pela inspiração nos momentos de maior criatividade.

Por fim, mas longe de ser menos importante, agradeço aos meus pais, Francisco e Suzana, não só pela oportunidade de viver, mas por todo amor, confiança e incentivo que sempre me deram, tenho muito orgulho de ser filho de vocês. Dedico essa dissertação a vocês, assim como todos os objetivos já alcançados e os que ainda estão por vir, tenho certeza que sem vocês nada disso seria possível. Muito obrigado pelo patrocínio, pelos conselhos, pela preocupação com meus estudos em todas as etapas da minha vida e por todas as ligações que me fazem diariamente, elas são muito importantes para continuar seguindo em frente.

Registro aqui meu muito obrigado a todos que de alguma forma contribuíram para minha formação. Este trabalho é dedicado a vocês e a todas as pessoas que, assim como eu, acreditam na ciência como um norte em nossas vidas.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo comparar a criação e o desenvolvimento do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Partido Social Democrático (PSD). Partimos da premissa de que a origem dos partidos apresenta forte influência sobre seu desenvolvimento futuro, bem como suas estratégias e objetivos. Portanto, a análise se dá a partir da comparação da criação desses novos partidos (PSOL e PSD), de seus primeiros membros, de suas estruturas organizacionais, de seus filiados, de suas estratégias e de seu desempenho ao longo das eleições que disputaram. Como análise complementar, buscamos observar as características que possam nos revelar o quanto de novidade esses partidos oferecem ao sistema político e partidário brasileiro. Ao explorar esses aspectos, ressaltando as diferenças e semelhanças entre os partidos em questão, esperamos auxiliar na compreensão de como o mesmo arranjo político pode ser um campo frutífero para o desenvolvimento de partidos que, aparentemente, apresentam características distintas.

Palavras-chave: Partido Político; PSOL; PSD; Origem Partidária.

ABSTRACT

This thesis aims to compare the birth and the development of the *Partido Socialismo e Liberdade* (PSOL) and the *Partido Social Democrático* (PSD). Our research has as a starting point the premise that the origin of these parties contains a substantial influence upon their unfolding and their strategies and objectives. Therefore, our analysis proposes a comparison between not only the creation of these two new parties (PSOL e PSD), but also between their first members, their structural organization, the people enrolled in them, the strategies used by them, and their performance during the elections in which they participated. As a complementary analysis, we try to determine the elements that may reveal how much newness these parties offer to the Brazilian political and party systems. By exploring these aspects, highlighting the differences and similarities between these two parties, we hope to contribute to the understanding of how the same political arrangement can be a fecund domain to the development of parties that apparently show distinctive features.

Keywords: Political Party; PSOL; PSD; Party Source.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estado de origem dos primeiros membros do PSOL	80
Tabela 2 - N° de mandatos como deputado federal dos primeiros membros do PSD....	81
Tabela 3 - Ocupação de cargos no partido antes e depois da migração para o PSD N (%)	85
Tabela 4 - Ocupação de cargos na Câmara dos Deputados pelos primeiros membros do PSD antes e depois da migração N (%).....	86
Tabela 5 - Desempenho do PSOL na eleição para governador por região - 2006 (proporção de votos sobre o total)	118
Tabela 6 – Desempenho do PSOL na eleição para senador por região - 2006 (proporção de votos sobre o total).....	119
Tabela 7 – Resultado das eleições Presidenciais de 2006	120
Tabela 8 – Eleições Presidenciais 2010.....	121
Tabela 9 - Desempenho do PSOL na eleição para governador por região- 2010 (proporção de votos sobre o total)	123
Tabela 10 – Desempenho do PSOL na eleição para senador por região - 2010 (proporção de votos sobre o total)	124
Tabela 11– Eleições Presidenciais de 2014.....	126
Tabela 12 - Desempenho do PSOL na eleição para governador por região- 2014 (proporção de votos sobre o total)	127
Tabela 13 – Desempenho do PSOL na eleição para senador por região - 2014 (proporção de votos sobre o total)	128
Tabela 14- Votação dos candidatos do PSD no primeiro turno das eleições para governador em 2014.....	136
Tabela 15 - Votação dos candidatos do PSD para o Senado nas eleições de 2014.....	136
Tabela 16 - Candidatos e eleitos – PSOL e PSD (2006-2014).....	139
Tabela 17- Comparação entre o PSOL e os pequenos partidos de esquerda.....	140
Tabela 18- Comparação do desempenho entre PSD e PSDB, DEM e PMDB (2014) .	141
Tabela 19 - Desempenho do PSOL nas eleições municipais (2008-2016).....	150

Tabela 20 - Desempenho do PSD nas eleições municipais (2012-2016).....	154
Tabela 21- Comparação do desempenho do PSOL em eleições municipais com outros pequenos partidos de esquerda	157
Tabela 22 - Comparação do desempenho do PSD em eleições municipais com PSDB, PMDB e DEM	158
Tabela 23 – Estrutura organizacional dos partidos brasileiros por município (2011)..	165
Tabela 24 – Estrutura organizacional de PSOL e PSD por município (2011 x 2018) .	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- A origem dos partidos políticos na literatura	49
Quadro 2- Indicadores do modelo para mensurar novidade (Barnea e Rahat, 2010)...	102
Quadro 3 - Classificação do PSOL e do PSD segundo o modelo de Barnea e Rahat (2010)	110
Quadro 4 - Comparativo do desempenho eleitoral do PSOL nas eleições gerais por cargo (2006-2014)	131
Quadro 5 - Comportamento do PSOL em coligações nas eleições gerais por cargo (2006-2014)	132

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Trajetórias hipotéticas da relação entre difusão territorial dos partidos e densidade a filiação	162
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos primeiros membros do PSD.....	77
Gráfico 2 - Faixa etária dos primeiros membros do PSOL	77
Gráfico 3 - Partido de origem dos primeiros membros do PSD	78
Gráfico 4 - Estado de origem dos deputados federais que migraram para o PSD em 2011	79
Gráfico 5 - Migração para o PSD no total de mudanças de partido de seus primeiros membros	82
Gráfico 6 - Posição e relação ao governo dos primeiros membros do PSD.....	83
Gráfico 7 - N. de candidatos a vereador(a) pelo PSOL e pelo PSD (2008-2016).....	155
Gráfico 8 - N. de eleitos a vereador(a) pelo PSOL e do PSD (2008-2016).....	155
Gráfico 9 - N. de candidatos a prefeito(a) pelo PSOL e do PSD (2008-2016)*	156
Gráfico 10 – Número de filiados do PSOL, por ano e região (2005-2017)	167
Gráfico 11 – Número de filiados do PSD por ano e região (2011-2017).....	167
Gráfico 12 – Número de filiados dos partidos brasileiros em 2018	169

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Antonio Carlos Magalhães
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CCJC	Comissão de Consituição e Justiça e de Cidadania
CD	Câmara dos Deputados
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CF	Constituição Federal
CNI	Confederação Nacional da Industria
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DEM	Democratas
ESD	Esquerda Socialista Democrática
FHC	Fernando Henrique Cardoso
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
LGBT	Lesbicas, Gays, Bissexuais e Travesti
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NOVO	Partido NOVO
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDS	Partido do Desenvolvimento Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista

PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
RPF	Rassemblement du Peuple Français
SD	Solidariedade
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1: AS TEORIAS SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS E O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO NA NOVA REPÚBLICA	22
1.1 O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO: O DEBATE NA CIÊNCIA POLÍTICA	22
1.2 REVISITANDO OS CLÁSSICOS EM BUSCA DE RESPOSTAS	42
CAPÍTULO 2: PSOL E PSD – DOIS CASOS EMBLEMÁTICOS DE CRIAÇÃO DE PARTIDOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	52
2.1 PSOL E PSD: CASOS EXTREMOS E EMBLEMÁTICOS	52
2.2 DESENHO DA PESQUISA	54
CAPÍTULO 3: PSOL E PSD - CONTEXTO DE CRIAÇÃO E PRIMEIROS MEMBROS: O QUE ESSES PARTIDOS TRAZEM DE NOVO?	60
3.1 A ORIGEM DO PSOL	60
3.2 A ORIGEM DO PSD	68
3.3 PERFIL E TRAJETÓRIA DOS “PRIMEIROS MEMBROS”	76
3.4 DUVERGER E PANEBIANCO: ANALISANDO AS ORIGENS	87
3.5 O QUE ESSES PARTIDOS POSSUEM DE NOVIDADE?	99
3.5.1 Operacionalizando o modelo	103
3.5.1.1 Partido no eleitorado	103
3.5.1.2 Partido como organização	107
3.5.1.3 Partido no governo	109
3.5.1.4 Modelo operacionalizado	110

3.6 CONCLUSÃO.....	111
CAPÍTULO 4 - UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO ELEITORAL E DAS CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS DE PSOL E PSD	114
4.1 ELEIÇÕES GERAIS	116
4.1.1 PSOL nas eleições de 2006, 2010, 2014	116
4.1.2 PSD nas eleições de 2014	135
4.1.3 Comparando o desempenho de PSOL e PSD em eleições nacionais.....	138
4.2 PSOL E PSD NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS	144
4.2.1 PSOL nas eleições municipais de 2008, 2012 e 2016.....	144
4.2.2 PSD nas eleições municipais de 2012 e 2016	151
4.2.3 Comparando o desempenho de PSD e PSOL nas eleições municipais	154
4.3 ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E FILIADOS	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
ANEXOS	185

INTRODUÇÃO

Considerando as peculiaridades do sistema político brasileiro, meu objetivo é comparar o processo de criação, bem como o desenvolvimento posterior, de dois partidos, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Social Democrático (PSD). Partimos da ideia de que a criação desses partidos ocorreu em contextos distintos e decorreu de motivações bastante diferentes. O primeiro foi pensado para abrigar políticos que não se viam representados pelas legendas de esquerda existentes. Tais políticos eram filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) que, durante muito tempo, fez oposição ao Governo Federal e quando, por fim, se encontrava na presidência, presenciou esse movimento de dissidência nos primeiros anos de governo. Já o segundo foi forjado sob a liderança de Gilberto Kassab a partir da saída de políticos de diversos partidos, principalmente do partido Democratas (DEM), o qual se encontrava na oposição ao governo petista. Com a criação do PSD e as migrações que se sucederam, alguns políticos que pertenciam a partidos com histórico de oposição ao governo petista puderam se aproximar do Governo Federal, beneficiando-se com essa proximidade. Em um primeiro momento, parece que as motivações para a criação desses partidos foram de caráter ideológico/programático para o PSOL e de feição pragmática para o caso do PSD. Contudo, um aprofundamento no assunto faz-se necessário, pois o universo político é muito complexo e exige de seus atores diversas posturas que não se adéquam apenas a dois campos opostos como o campo da ideologia e o campo pragmático, podendo haver uma série de ações que mesclam características de ambos. Assim, à medida que consideramos outros fatores, teremos maior esclarecimento sobre as causas na origem de ambos os partidos. Devemos ficar atentos também ao discurso oficial dos partidos, que nem sempre deve ser adotado como a verdade absoluta por trás destas motivações, apesar de reconhecer a importância do discurso público.

Por mais que aparentemente os partidos em questão possam parecer extremamente diferentes e por isso impossíveis de serem comparados, demonstraremos ao longo do trabalho algumas semelhanças entre ambos, como por exemplo, a necessidade por parte de alguns de seus membros de ocupar cargos na estrutura partidária de seus antigos partidos, cargos estes que lhes conferissem algum tipo de

poder nos momentos de tomada de decisão. Outra semelhança é o simples fato destes partidos conviverem sobre o mesmo conjunto de regras, o que em alguns casos limitam suas ações tornando-as muito semelhantes.

Portanto, esta pesquisa gira em torno das contradições internas e desafios que o PSOL e o PSD enfrentam a partir de suas origens distintas. Logo, algumas questões que orientam o trabalho são: Quais foram as motivações que orientaram a criação desses novos partidos? Que setores, idéias e interesses eles pretendem representar? Qual espaço no espectro ideológico esses partidos pretendem ocupar? E em que medida esses partidos são, de fato, novos, ou são apenas os mesmo políticos de sempre utilizando novas legendas? Essas questões remetem a uma problemática mais geral relacionada aos rumos e à dinâmica do sistema partidário brasileiro. Como o surgimento de vários novos partidos, em um período tão curto de tempo, afeta a dinâmica do sistema?¹ Estamos diante de partidos viáveis eleitoralmente com reais condições para alterar o equilíbrio de forças na política brasileira?

Após os vinte anos de bipartidarismo forçado (MDB/ARENA), durante o regime autoritário, em 1979, uma nova legislação deu origem a um novo sistema partidário que tinha como característica a liberalidade excessiva para criar legendas, culminando em um sistema extremamente fragmentado. A reforma partidária de 1979 (Lei n.º 6.767 de 20/12/1979) se deu em um contexto de crescimento eleitoral do MDB (partido que fazia oposição aos militares), desgaste do governo militar, a promulgação da lei de anistia e a revogação dos Atos Institucionais e Complementares. Esse conjunto de fatores permitiu que parlamentares cassados tivessem seus direitos políticos restituídos e promoveu o surgimento de novos partidos, retornando com o pluripartidarismo. Contudo, a Lei n.º 6.767 introduziu algumas exigências que deveriam ser cumpridas por todas as organizações políticas que visavam o registro partidário, limitando um pouco o caráter permissivo destacado anteriormente. Graças às condições impostas por essa lei, apenas três organizações obtiveram o registro: O PDS (antiga ARENA), o PMDB (que foi criado a partir do MDB) e o PP. No ano de 1980, outros três partidos conseguiram seus registros: PT, PTB e PDT. Apesar de a Lei n.º 6.767 de 1979 ter como objetivo regular a fundação, a organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos, ela também estipulava a perda de mandato para senadores, deputados federais, deputados

¹ Atualmente 35 partidos possuem registro no TSE no Brasil, sendo que onze deles surgiram nos anos 2000, são eles: PSOL, PRB, PR (PL+PRONA), PSD, PPL, PEN, SD, PROS, REDE, NOVO e PMB.

estaduais ou vereadores que pudessem “se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária, ou deixar seu partido, salvo para participar, como fundador, da constituição de novo partido” (lei n.º 6.767/1979).

A Emenda Constitucional n.º 25 de maio de 1985 suprimiu o instituto da fidelidade partidária. Após isso, o sistema partidário brasileiro começou a ser caracterizado pela recorrente migração de parlamentares entre legendas (CARNEIRO, 2004). Segundo Melo (2000), entre 1985 e 1998, 686 deputados (titulares e suplentes) mudaram de partido na Câmara. Ainda segundo o autor (2000), na legislatura 1983/1987, 69,6% das migrações ocorreram em 1985, ano da emenda que aboliu a fidelidade partidária e também ano em que o regime militar chegou ao fim.

Apenas em 2007, com a Resolução-TSE n.º 22.610 de 25/10/2007 alterada pela Resolução-TSE n.º 22.733 de 11/03/2008, passou a existir a possibilidade de sanção para os migrantes (por exemplo, a perda do mandato). Contudo, essa resolução prevê que por alguns motivos o político pode migrar de partido sem sofrer nenhum tipo de punição; um desses motivos – e o que importa nessa pesquisa – é a criação de um novo partido.

Como um efeito colateral dessa resolução que visava tornar os políticos mais fiéis às suas legendas, muitos partidos foram criados a partir de 2007, possibilitando, assim, a migração sem nenhum tipo de penalidade. Um desses partidos é o PSD, criado pelo ex-membro dos Democratas (DEM) Gilberto Kassab. Esse partido rapidamente passou a contar com uma bancada de 50 deputados federais (todos eleitos por outros partidos) que, após a criação do PSD, migraram livremente. Vale destacar que a punição pode ser aplicada pelos eleitores nas urnas, e não apenas pelo TSE. No entanto, como a identificação com os partidos é pequena no Brasil, parece que não há grande relevância se um determinado político migra constantemente de partido. Os eleitores, em geral, não estão atentos para esse tipo de questão e, muitas vezes, não sabem qual é o partido do seu candidato.

A outra criação de legenda que será analisada aqui é a do PSOL, partido oriundo de desavenças internas no Partido dos Trabalhadores (PT) em 2003. Como o PSOL consegue seu registro definitivo em 2005, ele não pode ser considerado como um desses partidos que surgem como um efeito colateral posterior à Resolução-TSE n.º 22.610 de 25/10/2007. Tal fato é compreendido aqui como mais uma evidência de que o PSOL não foi criado como estratégia para atrair políticos migrantes, e sim como uma agremiação para receber os políticos e militantes descontentes com o PT.

Alguns traços da legislação eleitoral, do sistema político e do sistema partidário brasileiro são úteis para compreender as motivações e as facilidades para se criar um novo partido. Por isso, no primeiro capítulo, abordarei algumas visões sobre o arranjo institucional brasileiro. Seguimos, aqui, a trilha do neoinstitucionalismo (HALL e TAYLOR, 2003), entendendo que as instituições importam para a compreensão do processo e dos resultados políticos não apenas porque definem os atores, as estratégias permitidas e vetadas e distribuem recompensas e penalidades, mas também ajudam a formatar as próprias preferências dos atores.

Por se tratar de um trabalho que possui como objetivo a melhor compreensão das razões por trás da criação de novos partidos, se faz necessário também considerar o que a centenária literatura sobre partidos políticos tem a nos dizer, passando por questões como a organização interna dos partidos, as formas como eles se relacionam com o eleitorado, com a sociedade civil e com o Estado. Também abordarei, ainda no primeiro capítulo, estudos que focam especialmente no problema da origem e da criação de partidos nas democracias contemporâneas.

No segundo capítulo, focarei nas singularidades dos casos de PSOL e PSD, no desenho da pesquisa, na justificativa das escolhas metodológicas, nas técnicas de pesquisa e nas fontes. Também é delineada a forma como a análise será exposta, subdividida em quatro dimensões diferentes. A primeira é referente ao contexto de criação dos partidos analisados; a segunda refere-se aos membros que fundaram as legendas, aos líderes e aos primeiros membros do PSD e do PSOL; a terceira dimensão aborda o grau de novidade que esses partidos apresentam; finalmente, a quarta dimensão toma os dois partidos em questão como unidade de análise, considerando seu desempenho eleitoral, sua organização e suas coligações.

As três primeiras dimensões serão tratadas com maior ênfase no Capítulo 3. O Capítulo 4 terá como foco a quarta dimensão de análise. Por fim, nas considerações finais, os achados da pesquisa serão compilados na expectativa de contribuir para uma maior compreensão sobre a criação de partidos no Brasil e para gerar novas hipóteses e agendas para futuras pesquisas.

CAPÍTULO 1: AS TEORIAS SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS E O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO NA NOVA REPÚBLICA

1.1 O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO: O DEBATE NA CIÊNCIA POLÍTICA

O sistema democrático brasileiro atual possui suas raízes no sistema que vigorou de 1946 até 1964, com forças e atores que já possuíam expressão política e partidária em nossa primeira experiência democrática e continuaram a exercer papel central no jogo político (AMES, 2003; MAINWARING, 1991; 1993). Todavia, podemos considerar o surgimento da democracia brasileira como tardio, aliado a sucessivas rupturas de regimes, resultando em uma dinâmica política caracterizada pela dificuldade da identificação partidária por parte dos eleitores e pelas relações políticas de caráter altamente personalistas, com potencial para comprometer o bom funcionamento dos partidos na arena eleitoral. Essas características foram fundamentais para dificultar a constituição de um sistema partidário que possuísse conexão com a população, inserindo-a no processo decisório. Tal inserção seria fundamental para qualquer sistema político pois, como afirma Dalton et al (2003, p. 316): “O partidarismo, ou os sentimentos de identificação partidária, proporciona um quadro de referência para a avaliação e interpretação da informação política; o partidarismo orienta a tomada de decisões políticas e estimula o envolvimento do público com as instituições e processos da democracia representativa”.

O fato é que, desde o século XIX, o Brasil viveu uma série de discontinuidades de regimes, proporcionadas por golpes e ditaduras (como o período pós 1964 em que o Regime Militar rompeu com a estrutura partidária vigente e impôs um bipartidarismo em torno de ARENA e MDB) e que, conseqüentemente, resultaram em muitas alterações em seu sistema partidário. Dessa forma, os partidos que possuíam capacidade de porventura criarem vínculos mais estreitos com a sociedade não tiveram tempo hábil para que isso se concretizasse. Enquanto em alguns países da Europa os partidos de

massa imperavam dentro do que Bernard Manin (1995) chamou de “democracia de partido”, as experiências partidárias brasileiras pouco se aproximaram das características europeias. Podemos considerar que nosso processo de nacionalização partidária se deu de forma incompleta e que ainda é muito recente, havendo apenas dois partidos (PMDB e PT) presentes na maioria dos estados da federação. Entretanto, os novos partidos analisados neste trabalho surgem no período que Manin chama de “democracia de público”², na qual os partidos não são mais instituições centrais e precisam competir com outras instituições e canais formais e informais de canalização de preferências e intermediação de interesses.

Como resultado da reforma do sistema partidário em 1979, o Brasil passou a contar com seis partidos com registro: PMDB, PDS, PT, PDT, PTB e PP³. Com o processo de redemocratização, na década de 1980, surgiu no Brasil uma esperança sobre o futuro de nosso sistema partidário. Existia uma forte expectativa de que nossos partidos ficariam mais fortes, caso eleições livres, periódicas e competitivas ocorressem em sequência. Esses fatores são indispensáveis para a criação de laços entre partidos e eleitores, sobretudo no contexto do Brasil – e na grande maioria das democracias consolidadas – onde os partidos são os atores que conduzem os candidatos na disputa eleitoral (MELO, 2007). Existem indícios de “institucionalização” e da “consolidação” do nosso sistema, sobretudo desde 1989. Contudo, ao lado destes indícios, há outros, tão significativos quanto, que apontam na direção oposta⁴.

Ao lado da história do nosso sistema partidário, também é importante destacar a combinação institucional brasileira. O presidencialismo combinado com um Congresso bicameral, o qual adota um sistema de representação majoritária no Senado e proporcional na Câmara dos Deputados dentro de uma estrutura federativa, também impõe dificuldades ao sistema partidário brasileiro na medida em que dispersa poder,

² Com o desenvolvimento tecnológico, sobretudo dos meios de comunicações, a mídia passou a exercer grande impacto sobre a política. Este fato, combinado ao aumento da diversificação social e à multiplicação das clivagens sociais culminou com o nascimento do terceiro modelo ideal de governo representativo, segundo Manin, a “Democracia do Público” (1995).

³ O PP liderado por Tancredo Neves se funde com o PMDB de Ulysses Guimarães em 1981 e não disputa a primeira eleição pós Regime Militar.

⁴ Para mais informações sobre esse debate ver CARREIRAO, Yan de Souza. *O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente*. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 14, p. 255-295, ago. 2014.

multiplica os pontos de veto e aumenta as exigências de coordenação partidária horizontal e vertical. Esse quadro institucional gera incentivos múltiplos e, por vezes, contraditórios.

O multipartidarismo, característico de ambos os períodos democráticos que vivemos e que, segundo Abranches (1988), é equivalente à complexidade e heterogeneidade do Brasil, também é merecedor de destaque em nosso arranjo político. A lista aberta apresentada pelos partidos nas eleições proporcionais também é relevante para essa questão, uma vez que ela contribui para uma disputa cada vez mais centrada na figura do candidato (CARVALHO, 2000). Para tornar a imagem dos partidos junto aos eleitores ainda mais opaca, as coligações nas eleições proporcionais não são apenas permitidas, porém adotadas de maneira generalizada. Esse fator contribui ainda mais para a falta de identificação entre partido e eleitor, principalmente se considerarmos que as coligações ocorrem de forma diferente nos diversos níveis da federação.⁵

Ao nos depararmos com a literatura especializada em ciência política, é comum, no caso brasileiro, autores abordarem nossas instituições a partir de suas fragilidades, considerando nosso sistema partidário como pouco consolidado, com combinações institucionais que dificultariam a governabilidade e incapazes de canalizar as demandas dos cidadãos e construir certa identidade entre eleitores e partidos. Autores como Barry Ames (2003) e Scott Mainwaring (1991, 1993, 2001) representam essa forma de observar as instituições políticas brasileiras de maneira pessimista. Outros autores como Melo (2000, 2007) e Figueiredo e Limongi (1995, 1996, 1998, 2002) têm um olhar mais positivo sobre nossas instituições após o período de redemocratização.

Assim, temos, pelo menos, dois grupos de analistas. O primeiro, de teor mais pessimista, no processo de redemocratização atacava o presidencialismo – sobretudo em sua tendência de produzir conflitos de difícil resolução entre o Executivo e o Legislativo – e as leis eleitorais – que deveriam ser reformadas para construir um sistema eleitoral com um número menor de partidos e que apresentassem mais disciplina. Por outro lado, o segundo grupo, com uma visão mais otimista, considera que as bases institucionais do arranjo político brasileiro foram modificadas na Constituinte de 1988, se comparado com a nossa primeira experiência democrática, com a introdução de elementos que favorecem a disciplina partidária e a coordenação entre os poderes. Entre as principais

⁵ Através da PEC 33/2017, as coligações nas eleições proporcionais foram proibidas. A regra, contudo, só valerá a partir das eleições municipais de 2020.

modificações, eles apontam o aumento dos poderes de legislar do Presidente e as ferramentas institucionais à disposição dos líderes partidários no congresso.

Após esse breve resumo sobre nossas instituições políticas, a abordagem que aqui se segue se dará a partir dessas duas formas de compreender o funcionamento do arranjo institucional brasileiro. Iniciaremos por Ames e Mainwaring e, posteriormente, nos dedicaremos às contribuições de Melo e Figueiredo e Limongi.

Barry Ames em sua obra *Os entraves da democracia no Brasil* (2003) parte do princípio de que as instituições brasileiras (o sistema eleitoral, as regras de formação de partidos, a natureza da presidência e a separação de poderes entre o governo federal, governos estaduais e prefeituras, entre outras) não funcionam bem. Quando combinadas, nossas instituições são responsáveis por gerar um número elevado de *veto players*, que por sua vez é um fato que tenderia a produzir uma crise de governabilidade permanente. Logo, os políticos são motivados a buscar o aumento de ganhos particulares, ao mesmo tempo em que se empenham em elaborar projetos e destinar recursos apenas para suas clientelas específicas (AMES, 2003).

O autor reconhece que existem políticos orientados pelo programa e pela ideologia de seus partidos, contudo, estes seriam minoria. Segundo Ames (2003), a parcela majoritária dos parlamentares brasileiros é composta por políticos que elaboraram as regras necessárias para que práticas paroquialistas sejam adotadas no legislativo livremente. Enquanto o presidente do Brasil é obrigado a construir maiorias a qualquer custo, os líderes partidários não têm controle sobre suas bancadas. Isso permite que políticos individualmente ou em grupos, que extrapolam os limites partidários, negociem com junto ao Executivo nacional o apoio deste.

Assim, ainda segundo Ames (2003), a combinação institucional brasileira produz um regime político incapaz de tomar decisões relevantes e rápidas e que frequentemente é obstruído pelo parlamento. O Executivo se mostra ineficaz em aprovar seus projetos e os legisladores geralmente exigem uma compensação de cunho fisiológico, sobretudo em questões que tenham como objetivo a alteração do *status quo*. Para Ames (2003), a democracia brasileira ainda funciona baseada em instituições muito semelhantes às que nos orientavam em nossa primeira experiência democrática, pois “os redatores da Constituição de 1988 conservaram o quadro institucional sobre o qual viveram entre 1947 e 1964, antes do golpe militar” (AMES, 2003, p. 46).

Em sua obra, Ames também analisa as estratégias de campanha adotadas pelos candidatos ao Congresso em um contexto de representação proporcional de lista aberta. Apoiado em concepções oriundas da escolha racional, o autor avalia onde os candidatos buscam seus votos. Assim, analisa os parlamentares que se recandidataram em 1990 e recorre às emendas orçamentárias apresentadas por eles como um indicador de suas intenções de obter votos em determinadas regiões. Ames conclui que a maioria dos candidatos analisados “procuram manter redutos garantidos, buscam municípios vulneráveis e tentam superar sua própria fraqueza eleitoral com barganhas fisiológicas” (Ames 2003, p. 130). Logo, o sistema eleitoral brasileiro colabora para que os deputados trabalhem dentro da lógica de proporcionar benefícios para grupos isolados de clientes.

Em boa parte de seu livro, Ames (2003) dedica-se a investigar a arena parlamentar. Segundo o autor (2003), o Congresso Nacional brasileiro é bastante ativo, no entanto, é a natureza destas atividades que produz o problema, pois seu caráter é, em grande medida, obstrucionista. Três fatores são o alicerce para tal obstrucionismo: muitos partidos com divergências ideológicas profundas, poucos parlamentares preocupados em legislar em prol de interesses nacionais e uma série de entraves regimentais. Em suas palavras, o congressista brasileiro “se volta com demasiada frequência para protelar a legislação até que o Executivo atenda aos pedidos particularistas de pequenos grupos de deputados” (AMES, 2003, p. 180).

Assim, diante de todo esse arcabouço institucional, como o Presidente da República pode ser capaz de manter sua base estável? Para o autor, as prerrogativas constitucionais que o Presidente do Brasil possui importam pouco. Segundo Ames, o Congresso brasileiro submete os projetos do Executivo a diversas negociações que são orientadas por interesses paroquiais e a maioria dos parlamentares despreza as questões nacionais em detrimento de seus interesses particulares e de seu eleitorado pessoal. Logo, para dar andamento em sua agenda “os presidentes se utilizam da distribuição política de cargos e programas de obras públicas para arregimentar apoio e fazem alterações táticas nesses incentivos no decorrer de sua administração” (AMES, 2003, p. 235).

Ainda sob a perspectiva Ames (2003) nem o Presidente da República nem o Colégio de Líderes seriam capazes de amenizar os incentivos ao paroquialismo. Para o

autor (2003), nossos deputados gozam de grande autonomia, a qual é conservada desde períodos anteriores a Carta de 88, sobretudo se considerarmos a facilidade de mudar de partidos para evitar punições mais severas por parte dos líderes. Dessa forma, o estudioso em foco traça uma imagem do predomínio de um comportamento individualista em detrimento da orientação partidária e de um sistema partidário pouco estruturado.

Outro autor que em seus estudos analisa o arranjo institucional e o sistema político brasileiro é Scott Mainwaring. Para ele, os sistemas eleitorais afetam as estratégias dos eleitores, dos políticos e a organização interna dos partidos. Nesta linha de raciocínio ele argumenta que os partidos brasileiros são subdesenvolvidos, sobretudo se considerarmos o grau de modernização do Brasil e sua experiência de democracia liberal entre os anos de 1946 e 1964. Seu argumento é o de que o sistema eleitoral vigente no Brasil obstrui os caminhos para que os partidos se constituam de forma mais efetiva. Assim, as características da legislação brasileira – ao estimular o comportamento individualista e tolerar índices baixos de disciplina e fidelidade partidária – proporcionam aos políticos grande autonomia perante seus partidos (MAINWARING, 1991).

Além da combinação entre a representação proporcional e o sistema de lista aberta (amplamente destacada pela literatura especializada), outras características da legislação brasileira contribuem para que os políticos tenham cada vez mais autonomia *vis-à-vis* seus partidos. Segundo Mainwaring (1991), uma dessas características é a candidatura nata⁶. Segundo essa regra, os políticos que ocupavam algum cargo no legislativo tinham o direito de concorrer à reeleição nas próximas eleições independentemente da anuência do partido a que fosse filiado. Outra característica destacada por Mainwaring (1991) é o incentivo que a legislação eleitoral brasileira dá para os partidos apresentarem um número muito elevado de candidatos nas eleições proporcionais. Um partido pode apresentar até uma vez e meia o número de cadeiras a serem preenchidas; se o partido se coliga com outro pode apresentar até o dobro do

⁶ A candidatura nata foi suspensa em 24 de abril 2002.

número de candidatos; e se a coligação for composta por três partidos, pode ser apresentado o triplo do número de candidatos⁷. Segundo o autor:

A existência de um grande número de candidatos aumenta as dificuldades do eleitorado de se lembrar quem o representa no Congresso. No presente contexto, é mais importante o fato de que esse número incomumente alto de candidatos reduz o controle partidário sobre os eleitos e aumenta a importância dos esforços individuais na campanha. Na maioria dos países, os partidos apresentam um candidato por cadeira, o que lhes dá um controle um pouco maior sobre os eleitos (MAINWARING, 1991, p.40).

A falta de obstáculos à troca de partidos também era vista pelo autor como uma singularidade de nosso arranjo com consequências negativas (1991)⁸. Outra ausência que se traduz em frouxidão no relacionamento entre políticos e partidos é a de mecanismos que estabeleçam minimamente algum nível de relação entre os representantes e seus compromissos programáticos. Com exceção dos partidos de esquerda, no Brasil, os partidos não apresentam ferramentas para que seus membros acompanhem os líderes em votações importantes (MAINWARING, 1991).

Na contramão da maioria dos sistemas de representação proporcional, o Brasil não apresenta uma porcentagem mínima de votos que os partidos devem obter para ter direito à representação no parlamento⁹. Todavia, alguns especialistas consideram o quociente eleitoral como uma espécie de cláusula de barreira, mesmo que seja visto como uma exigência baixa. Fato que, segundo Mainwaring, permite “a representação de um número exageradamente alto de partidos no Congresso, especialmente para um sistema presidencialista” (MAINWARING, 1991. p. 42). Por fim, a crítica de

⁷ Essa regra foi alterada pela Lei nº 13.165/2015. A partir da eleição de 2016 cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa do DF, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% do número de lugares a preencher.

⁸ Resolução-TSE nº 22.610/2007 impôs alguns limites para migração partidária.

⁹ Em 1995 foi aprovado pelo Congresso a cláusula de barreira que determinava que os partidos com menos de 5% dos votos nacionais não teriam direito à representação partidária e não poderiam indicar titulares para as comissões. Também não teriam direito à liderança ou cargos na Mesa Diretora. Além dessas restrições, perderiam recursos do fundo partidário e ficariam com tempo restrito de propaganda eleitoral em rede nacional de rádio e de TV. Essa alteração teria validade nas eleições de 2006, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou essa medida inconstitucional. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/clausula-de-barreira>, Acessado em 09/05/2016. Em 2017 foi aprovada a PEC 33/2017 que cria a partir do resultado das eleições de 2018 uma cláusula de desempenho eleitoral para que os partidos políticos tenham acesso ao fundo partidário e ao horário gratuito de rádio e TV.

Mainwaring é direcionada para as regras de funcionamento interno do Congresso que contribuem para que novos partidos sejam criados, haja vista que “Um partido com apenas um representante consegue virtualmente todos os privilégios congressuais concedidos aos partidos maiores: espaço para a liderança partidária, assistência de secretaria, telefones, um automóvel etc.” (MAINWARING, 1991. p. 42)¹⁰. Pelo prisma do autor em questão, as regras são importantes, pois elas são o alicerce que sustentam as ações e a lógica dos políticos dentro ou fora das organizações partidárias. Portanto:

Algumas regras dão fortes incentivos para que os políticos cooperem com outros representantes parlamentares e candidatos. Outras fazem exatamente o oposto, de modo que seria de se esperar práticas individualistas. Por outro lado, a natureza dos partidos e suas ligações com a sociedade civil e o Estado são afetadas pelo fato de os partidos serem ou não (e de que maneira) unificados e disciplinados (MAINWARING, 1991. p. 42).

Outro ponto explorado por Mainwaring diz respeito à responsabilidade da legislação eleitoral por institucionalizar um conjunto de regras que não promove a disciplina e a coesão partidária. Nas campanhas eleitorais, é bastante nítido o caráter autônomo dos políticos em relação aos seus partidos, uma vez que nossas regras eleitorais contribuem para que as disputas no interior do partido sejam, por vezes, mais acirradas do que as disputas entre os partidos. Para o estudioso, nosso sistema eleitoral também contribui para a corrupção de campanha: “Devido à existência de tal recompensa para as campanhas individuais e devido aos significativos benefícios provenientes da vitória, o sistema de representação proporcional com lista aberta estimula uma enorme despesa individual e a corrupção financeira nas campanhas” (MAINWARING, 1991. p. 44).

O autor conclui que a possibilidade de se constituírem, no Brasil, organizações partidárias estruturadas programaticamente foi seriamente afetada pela relação entre os políticos e os partidos, o que contribui para os baixos níveis de identificação partidária e para a falta de prestígio dos partidos. Ainda segundo ele, a legislação eleitoral brasileira não surge acidentalmente, ela foi elaborada e aprovada pela classe política com o objetivo de garantir que os partidos tenham pouco controle sobre seus membros. “Os políticos brasileiros, não obstante, escolheram sempre sistemas eleitorais que

¹⁰ Atualmente, como consta no art. 9º do regimento interno da Câmara dos Deputados, para que uma bancada possua liderança ela deve contar com representação igual ou superior a um centésimo da composição da Câmara.

maximizam sua autonomia vis-à-vis seus partidos” (MAINWARING, 1991. p. 51). Os sistemas eleitorais são construídos, aplicados e alterados visando proteger e favorecer alguns interesses. Logo, os políticos brasileiros optaram pela vigência de um conjunto de regras eleitorais que enfraquecesse os partidos, mesmo que isso representasse o subdesenvolvimento das organizações partidárias (MAINWARING. 1991).

Contudo, não é apenas o sistema eleitoral brasileiro e suas características pouco comuns em outras democracias que proporciona essa autonomia dos políticos *vis-à-vis* seus partidos. Outras características do contexto brasileiro também justificam esse problema na visão de Mainwaring (1991): partidos fracos e pouco enraizados na sociedade civil; o sistema presidencialista que possui menos mecanismos para estimular a coesão partidária, se comparado ao parlamentarismo; o sistema federalista do Brasil que não contribui para a unidade partidária, pois obriga os partidos a conviverem com a diversidade e a autonomia das esferas federativas; e, por fim, os baixos níveis de informação e de identificação com os partidos por parte dos eleitores, que contribui para que os políticos possam barganhar da forma que convier sem sofrerem muitas sanções do eleitorado.

Mainwaring (1991) não considera os políticos como simples produtos do sistema político; ele os considera como responsáveis por criar as instituições que balizam o sistema político. Assim, a fragilidade aparentemente natural dos partidos no Brasil deve-se, em alguma medida, às preferências de nossos políticos.

[...] a legislação eleitoral brasileira tem várias características incomuns que institucionalizaram uma estrutura de incentivo que autoriza e estimula os políticos a terem um comportamento antipartidário. Ela contribuiu decisivamente para o subdesenvolvimento partidário, e em última instância para a sustentação de um padrão altamente elitista de dominação e para a instabilidade democrática (MAINWARING, 1991. p. 56).

Outra crítica elaborada por Mainwaring (1993) às instituições brasileiras é sobre o presidencialismo multipartidário. Ele argumenta que a combinação de presidencialismo em um sistema multipartidário pode gerar problemas para a estabilidade da democracia. No Brasil, muitas singularidades do sistema eleitoral contribuíram para que um sistema com muitos partidos e com alta fragmentação fosse criado, logo o partido do presidente raramente representa a maioria do parlamento. Quando o Presidente da República se encontra em minoria, impasses entre o Poder

Executivo e o Poder Legislativo se tornam muito frequentes, gerando certa instabilidade política. No presidencialismo, graças ao calendário eleitoral rígido e ao fato de tanto o executivo quanto o legislativo serem eleitos de forma independente, não existiriam ferramentas institucionais para lidar com esse tipo de situação¹¹.

Há mais uma característica do sistema partidário brasileiro que também contribui para esse problema: a fraqueza dos partidos políticos. Isso ocorre quando o chefe do executivo goza de ampla popularidade e políticos das mais diversas posições no espectro político o apoiam. Porém, quando o Presidente não é popular, a dificuldade em encontrar apoio é grande, inclusive dentro de seu próprio partido. Assim, a falta de disciplina dos partidos brasileiros acentua o grave problema proporcionado pelo presidencialismo aliado ao multipartidarismo (MAINWARING, 1993).

Para conseguir resolver o problema da falta de sustentação parlamentar, frequentemente os presidentes formam coalizões compostas por diversos partidos a fim de conseguir maioria no Congresso. Para amarrar essa coalizão o presidente deve utilizar uma série de recursos como, por exemplo, a oferta de cargos em empresas estatais ou ministérios para membros de um determinado partido em troca do apoio de seus correligionários no parlamento, o que é uma prática comumente conhecida como patronagem. Mesmo utilizando esses expedientes, os “presidentes minoritários” têm dificuldades de governar em um contexto com muitos partidos pouco disciplinados (MAINWARING, 1993). Contudo, também devemos destacar a possibilidade de haver essa dificuldade em contextos onde há poucos partidos indisciplinados, o que pode sugerir que o problema maior não é o número de partidos, mas sua falta de disciplina.

Scott Mainwaring (1993), escrevendo no início da década de 1990, considerava bastante improvável que os presidentes fossem capazes de conseguir maioria no congresso em um sistema que combina presidencialismo e multipartidarismo, com partidos que apresentam pouca ou nenhuma coesão. Além disso, o presidencialismo dificulta a resolução dos impasses provenientes deste tipo de conflito, pois não apresenta nenhum recurso para substituir governos minoritários até a data da próxima

¹¹ O *impeachment*, diferentemente da moção de desconfiança e da dissolução do parlamento no parlamentarismo, não pode ser visto exatamente como uma saída institucional para impasses entre os poderes já que só pode ser acionado em caso de comprovado crime de responsabilidade do chefe do Executivo.

eleição. Portanto, para o autor, a adoção de um regime presidencialista em um sistema partidário altamente fragmentado e composto por muitos partidos não seria saudável para o surgimento e a manutenção de uma democracia eficaz, sendo que com esse arranjo institucional impasses entre os poderes executivo e legislativo são frequentes e muitas vezes levam à paralisia decisória (MAINWARING, 1993).

Na tentativa de se opor aos prognósticos de Ames (2003) e Mainwaring (1991, 1993) sobre o arranjo institucional brasileiro, Limongi e Figueiredo (1998) oferecem um conjunto de explicações alternativas sobre o funcionamento do sistema político brasileiro. Os autores também partem de uma perspectiva institucionalista, mas mudam o foco de observação do sistema de governo e da legislação eleitoral e partidária para outros dois traços do sistema: a organização interna do Congresso e os poderes legislativos do presidente. Segundo eles, a Constituição de 1988 e o regimento interno do Congresso dotaram os partidos de diversos recursos fundamentais para estruturar o jogo político no parlamento, conferindo a eles posição privilegiada como base para sustentação dos governos. Esse é o argumento central de Figueiredo e Limongi (1995, 1996, 1998 e 2002): o aumento do poder de agenda do chefe do Executivo e a centralização do processo legislativo nas mãos dos líderes partidários fizeram com que os partidos se tornassem estruturadores dos trabalhos dentro da Câmara, reduzindo os incentivos para o comportamento individualista e particularista e recompensando o comportamento disciplinado das bancadas partidárias¹².

Com isso, na arena eleitoral, os partidos tornam-se frágeis e seu papel fica em segundo plano, com o foco maior sobre a figura do candidato. Contudo, uma vez eleito, o parlamentar julga mais racional agir em consonância com seu partido, o que o proporciona maior poder de barganha frente ao Executivo, ao passo que individualmente esse poder de barganha seria reduzido. Outro aspecto que desmotiva as atitudes individualistas, segundo Figueiredo e Limongi (2002), remete ao processo orçamentário, no qual emendas de caráter individual são preteridas em favor das emendas orçamentárias coletivas. Para eles, essas formas de controle são suficientes

¹² Os trabalhos de Figueiredo e Limongi foram escritos em um período de rara estabilidade na história do Brasil. A explicação dos autores passou a ser mais contestada após 2013 em função dos conflitos e crises que tomaram conta do país. Argumenta-se que eles teriam colocado foco excessivo nas variáveis institucionais relegando a um segundo plano as variáveis políticas que remetem aos atores, suas preferências e estratégias.

para que os partidos atuem de maneira disciplinada e as coalizões sejam capazes de sustentar governos¹³.

Essa perspectiva só é possível se compreendermos que as constituições de 1946 e 1988 não são tão parecidas quanto Ames (2003) e Mainwaring (1991, 1993) julgavam ser. Limongi e Figueiredo (1998) destacam dois pontos que foram alterados de uma constituição para outra sem que os analistas tivessem percebido. Primeiramente, os poderes legislativos do chefe do executivo brasileiro foram ampliados em 1988 se comparados à carta de 1946. Como uma herança do período militar, a Constituição Cidadã de 1988 “manteve as inovações constitucionais introduzidas pelas constituições escritas pelos militares com vistas a garantir a preponderância legislativa do Executivo e maior presteza à consideração de suas propostas legislativas” (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1998, p. 82). O segundo ponto que merece destaque é o aumento dos recursos legislativos através dos regimentos internos das casas legislativas, sendo que os líderes partidários passaram a dispor deles para capitanear suas bancadas. Assim, “a unidade de referência a estruturar os trabalhos legislativos são os partidos e não os parlamentares” (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1998, p. 82).

Pelo viés da teoria explorada anteriormente, não deveria ser possível que no Congresso Nacional existisse disciplina partidária. No entanto, essa previsão sobre o Congresso foi contrariada pelas observações de Figueiredo e Limongi (1995, 1996). Analisando o comportamento dos parlamentares em votações nominais no período de 1989-1994, eles concluíram que, “em média, 89,4% do plenário vota de acordo com a orientação do seu líder” (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1998, p. 83). Além disso, a separação de poderes – característica do presidencialismo muito destacada nos primeiros diagnósticos sobre o arranjo institucional brasileiro – deveria influenciar os parlamentares a se comportarem de maneira leviana, tendo em vista que a continuidade de seus mandatos independe das adversidades enfrentadas pelo presidente. Ademais, os presidentes se preocupariam pouco com o apoio do congresso se levassem em conta que o mandato presidencial goza de legitimidade popular sem lastros com o parlamento. Por sua vez, no período pós-constituente, as matérias iniciadas pelo Executivo contaram com

¹³ No segundo mandato de Dilma, com Eduardo Cunha na posição de presidente da Câmara dos Deputados, essa dinâmica descrita pelos autores sofreu modificações. Apesar do PMDB fazer parte da base aliada do Governo Federal (sendo o então vice-presidente da República filiado a esse partido), alguns de seus deputados, liderados por Eduardo Cunha, fizeram oposição ao Governo Dilma.

alta taxa de aprovação no Congresso e foram sustentadas por apoio político alimentado por organizações partidárias (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1998).

A crítica elaborada por Limongi e Figueiredo (1998) se dá no sentido de que o conjunto de regras que baliza o processo de tomada de decisão no interior do legislativo e estrutura os trabalhos dentro do Congresso teria sido completamente ignorado pelos analistas anteriores, assim como os poderes legislativos do presidente. Segundo os autores:

Quer nas explicações centradas na legislação eleitoral, quer naquelas derivadas das características próprias à forma de governo presidencialista, inferências são feitas a partir de uma estrutura de incentivos determinada exogenamente. As estratégias dos parlamentares e presidentes são derivadas e totalmente definidas pelo que se passa no campo eleitoral. As análises encontradas na literatura comparada e aquelas sobre o sistema político nacional param, por assim dizer, às portas da primeira sessão legislativa (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1998, p 83).

Os autores reconhecem a tendência de a legislação eleitoral brasileira influenciar os políticos a adotarem práticas individualistas, mas argumentam que os incentivos oriundos da arena eleitoral não são suficientes para que essas práticas se tornem efetivas. Isso se deve ao fato de que, no Brasil, os trabalhos legislativos estão enraizados na ação dos partidos e se encontram centralizados na figura dos líderes partidários. Assim, os autores demonstram como características de nosso contexto institucional se dão de forma interdependente, como, por exemplo, o predomínio do Executivo sobre a legislação, a centralização dos trabalhos dentro da casa legislativa e a disciplina dos partidos políticos brasileiros.

O Executivo domina o processo legislativo porque tem poder de agenda e esta agenda é processada e votada por um Poder Legislativo organizado de forma altamente centralizada em torno de regras que distribuem direitos parlamentares de acordo com os princípios partidários. No interior deste quadro institucional, o presidente conta com os meios para induzir os parlamentares à cooperação. Da mesma forma, parlamentares não encontram o arcabouço institucional próprio para perseguir interesses particularistas. Ao contrário, a melhor estratégia para obtenção de recursos visando retornos eleitorais é votar disciplinadamente (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1998, p. 85).

É possível perceber que as dificuldades típicas da ação coletiva são, em grande medida, amenizadas conforme as maiorias partidárias vão sendo estruturadas ao redor

de determinadas preferências, graças ao controle sobre a agenda. Assim, utilizando a ferramenta da patronagem, o Executivo é capaz de impor disciplina aos membros de sua coalizão e obter o apoio necessário. Como os membros do Poder legislativo têm pouca influência na produção de políticas públicas, participar da base do governo se torna importante na busca por retornos eleitorais. Sendo assim, o controle de cargos (patronagem) por parte do Executivo se mostra uma ferramenta importante para obter disciplina partidária (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1998).

Outra visão sobre a dinâmica do sistema partidário brasileiro¹⁴ é apresentada por Melo (2007). Para ele, a existência de um ciclo de eleições presidenciais foi muito relevante para que uma evolução positiva do sistema partidário brasileiro fosse possível. Desde as eleições presidenciais de 1994, PT e PSDB constituíram-se como pólos, permitindo que o sistema partidário superasse um período bastante instável e adotasse contornos mais nítidos¹⁵. O fato de os partidos controlarem o processo decisório no seio do Congresso Nacional, também deve ser considerado como um fator positivo na busca pela neutralização de um comportamento individualista por parte dos parlamentares, que foram eleitos com campanhas estruturadas em torno do voto personalista (MELO, 2007).

Para Melo (2007), apesar das fragilidades de nosso arranjo institucional, o sistema partidário brasileiro demonstrou ter alcançado níveis positivos de estabilidade a partir da década de 1980. Contudo, fatores como partidos de direita compondo uma coalizão presidencial de esquerda e os altos índices de migração partidária dentro do parlamento, indicam que, no Brasil, os limites dos partidos ainda são bastante flexíveis. Segundo o autor, a combinação entre o sistema de representação proporcional com o federalismo é traduzida em fragmentação do sistema partidário. Ademais, o incentivo por parte das instituições para que a elite política adote em suas campanhas estratégias que valorizem os atributos individuais em detrimento do partidário, fomenta a relação precária entre sociedade e partidos.

¹⁴ Para uma visão mais recente da dinâmica partidária brasileira ver: Making Brazil Work: Checking the President in a Multiparty System. Livro escrito por Carlos Pereira e Marcus Melo e publicado em 2013 pela editora novaiorquina Palgrave-Macmillan.

¹⁵ É importante destacar que apesar da polarização em torno de PT e PSDB nas eleições presidenciais, com o PMDB servindo como fiel da balança, a arena parlamentar seguiu cada vez mais fragmentada.

Paradoxalmente à capacidade dos partidos de disciplinar suas bancadas, a migração partidária se apresenta como um fenômeno intenso e persistente dentro do legislativo brasileiro. Segundo Melo (2000), esse paradoxo pode ser compreendido se levarmos em consideração as regras vigentes na Câmara dos Deputados que fazem com que os dois tipos de comportamento – a disciplina em plenário e as trocas de partidos – possam coexistir. “Os mesmos elementos responsáveis pela maior disciplina dos partidos em plenário possuem uma cota de responsabilidade na notável instabilidade das bancadas partidárias” (MELO, 2000, p. 29).

O argumento do autor é que, como a definição da agenda e a velocidade dos trabalhos são centralizados em torno do Poder Executivo, do Presidente da Mesa diretora e do Colégio de Líderes, o estímulo não é apenas quanto à cooperação com o governo nas votações em plenário por parte dos deputados, por exemplo. Este contexto também contribui para que o parlamentar mude de bancada sempre que julgar necessário, com a finalidade de se posicionar de maneira mais vantajosa junto ao núcleo decisório do sistema. Tanto a votação com o líder quanto a busca por um melhor posicionamento perante a estrutura de poder da Câmara devem ser consideradas como estratégias racionais de sobrevivência política, e revelam um comportamento adequado às regras do jogo político, mas prejudicial do ponto de vista da consolidação do sistema partidário.

Deixando a ótica do simples deputado de lado e considerando a situação na visão dos líderes, também é razoável pensar que agindo de maneira estratégica em consonância com as regras institucionais previstas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os líderes tenham interesse em trazer para suas bancadas deputados pertencentes a outras legendas, principalmente se destacarmos a relevância que o número de integrantes de uma bancada tem na distribuição interna de poder, que é estruturada em torno do princípio de proporcionalidade partidária (por exemplo, os cargos de Presidente de Comissão que são distribuídos de acordo com a força das bancadas). O crescimento da bancada também contribui para o aumento do poder de barganha no interior do congresso e também para atrair para seu partido políticos que sejam notáveis na esfera local e possuam um grande capital político, o que é uma estratégia eficaz por parte dos líderes.

Além das características inerentes às regras e às relações de poder dentro do Congresso Nacional, devemos considerar também as peculiaridades do sistema eleitoral

brasileiro, que cooperam muito para a falta de vínculos entre políticos e seus respectivos partidos, fator relevante para a migração partidária. Segundo Melo (2007) algumas características que tornam esses vínculos cada vez mais escassos são:

a) a ampla oferta de siglas no mercado eleitoral permite que, mesmo levando em conta as afinidades ideológicas, candidatos competitivos encontrem as portas abertas em um expressivo número de partidos em cada estado; b) é possível, portanto, escolher o partido pelo qual se pretende concorrer com base na projeção individual da votação, na avaliação sobre as perspectivas de cada sigla e no conhecimento do grau de concorrência interna a enfrentar em cada uma das opções disponíveis; c) em cada Estado o universo de escolha é diferente, uma vez que o grau de implantação e a força relativa dos partidos variam significativamente (MELO, 2007, p. 25).

Ainda de acordo com o autor, por mais que sejam registradas migrações partidárias motivadas por divergências ideológicas ou programáticas, as mudanças de partidos desta natureza sempre constituíram uma pequena parcela do montante das migrações. Majoritariamente, as migrações são motivadas pela busca por legendas capazes de proporcionar mais acesso a recursos distributivos e/ou oportunidades eleitorais melhores. Dentro do período analisado pelo autor (1985-1998) foi constatado que o maior nível de incidência das migrações era por parte dos deputados que não possuíam acesso a recursos de poder. Ele também verificou uma concentração das migrações no primeiro e no terceiro ano do mandato, pois:

O primeiro ano de cada legislatura mostra-se propício tanto a uma eventual acomodação, considerada necessária pelo deputado face aos resultados eleitorais nacionais ou estaduais recentes, quanto à busca de espaço nas legendas, tendo em vista a realização, no ano seguinte, das eleições para prefeito. O terceiro ano, por sua vez, é o momento em que as posições devem ser definidas para a renovação da própria Câmara (MELO, 2004, p.68).

Outra tendência é a migração na direção da base do governo, para se aproximar dos recursos e adquirir certa responsabilidade sobre as ações governativas. Um presidente com bons índices de popularidade também atrai muitos parlamentares para sua coalizão. Assim, não é apenas a ausência de uma coibição mais efetiva que motivaria as migrações partidárias, mas o ganho a ser obtido com a mudança também deve ser considerado como um fator que explica esse fenômeno (DINIZ, 2000).

As migrações, além de contribuírem para diminuir a inteligibilidade de nosso sistema político, que, como vimos anteriormente, tem muitos partidos e coligações que operam de maneira distinta dentro de cada um dos níveis da federação, afetam muito a representatividade do sistema político. No Brasil, o sistema de lista aberta faz com que, na grande maioria dos casos, a escolha do eleitorado recaia sobre a figura personalista do candidato e não do partido; assim, a migração de um parlamentar para outro partido pouco alteraria a vontade do eleitor. Todavia, se abordarmos o problema não mais sobre a visão do eleitor e sim em função do resultado das eleições, quando os votos são traduzidos em cadeiras no parlamento, podemos notar um afastamento entre sistema partidário parlamentar e sistema partidário eleitoral. Pois, após uma legislatura iniciada, sem que ocorra influência do eleitorado, a migração partidária altera a força de uma bancada sem relação com o seu desempenho nas urnas, distorcendo, assim, o resultado das eleições (MELO, 2007).

Dentro deste contexto, estratégias racionais de curto prazo, sobretudo no momento eleitoral, são amplamente adotadas por políticos das mais diversas legendas. Para os deputados, a migração entre partidos sempre foi uma estratégia dotada de baixos custos, principalmente se o vínculo entre político e partido for bem fluido e seu eleitorado não apresentar identidade com a sigla. Apesar da exigência de um ano de filiação partidária para efeito de elegibilidade¹⁶, o parlamentar uma vez eleito se via livre para alterar sua filiação partidária ao longo do mandato, sem nenhum tipo de constrangimento institucional.

Até este ponto, buscamos reproduzir, com recurso a alguns autores e perspectivas mais relevantes no campo, o debate em torno da dinâmica partidária no Brasil nas últimas três décadas. Embora haja consenso entre os estudiosos sobre os incentivos gerados pelo sistema eleitoral e partidário, não há consenso sobre os resultados em termos de uma maior ou menor consolidação dos partidos políticos brasileiros. Por um lado, há indícios de certa estabilização do sistema, maior nacionalização dos partidos e sua maior presença organizacional no território. Por outro, há indícios de maior fragmentação partidária e de que os laços entre eleitores e partidos permanecem frágeis.

¹⁶ A partir de 2015 a exigência passou a ser de seis meses de filiação no partido pelo qual o candidato pretende concorrer.

Se tomarmos o ano de 1980 como marco inicial do atual sistema partidário, constatamos que os principais partidos políticos estão na disputa por mais de 35 anos, o que torna essa experiência partidária a mais longa de nossa história. Ou seja, “tempo suficiente para que esses partidos tenham criado vínculos com segmentos da sociedade, assim como atraído apoio mais ou menos estável entre grupos de cidadãos” (SPECK, BRAGA e COSTA, 2015, p. 142). Contudo, os estudos sobre identificação partidária¹⁷ mostram, recorrentemente, que a maioria da população não tem simpatia e/ou não se identifica com nenhum partido político.

Uma pesquisa realizada pelo instituto Datafolha em 2017 nos mostra que 59% dos brasileiros não possuem preferência partidária, ilustrando a situação exposta. Esse resultado se aproxima muito dos encontrados na pesquisa do ESEB realizada em 2010 que mostrou que 52,4% declararam não gostar de qualquer partido, convergindo com as edições anteriores da pesquisa de 2002 e 2006 (PAIVA e TAROUCO, 2011). Dentre os que afirmaram gostar de algum partido, a maior parte concentra-se no PT (18%), PSDB (5%) e PMDB (5%), nesta ordem. Os dois primeiros, como já afirmado, lideraram as disputas presidenciais nos últimos 20 anos. Já o terceiro, além de ter liderado o processo de transição para a democracia, vem elegendo continuamente bancadas expressivas no Congresso Nacional. A mesma pesquisa realizada pelo ESEB em 2014 permite perceber, também, que “os partidos de esquerda ocupam dois terços do espectro (65%), os partidos de centro representam um terço (31%) e os de direita ocupam apenas 4%” (SPECK, BRAGA e COSTA, 2015, p. 145). Ainda assim, de modo geral, permanecem muito tênues os laços entre partidos e eleitores.

Por outro lado, do ponto de vista organizacional, há indícios de maior institucionalização dos partidos. Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012), analisando a expansão territorial dos órgãos partidários, mostram que houve um movimento constante de expansão das bases de filiação dos partidos, embora com diferenças em função do tamanho dos partidos.

Também é possível encontrar outro movimento ambíguo quando comparamos a dinâmica das eleições presidenciais com as legislativas. Desde 1994 vemos uma espécie de bipartidarismo nas eleições presidenciais, com PSDB e PT disputando o Executivo

¹⁷ Segundo Speck, a identificação partidária pode ser compreendida como “uma construção abstrata que capta um sentimento de proximidade dos cidadãos para com um partido político” (SPECK, 2016, p. 569).

Federal¹⁸, ao passo que no legislativo é possível notar uma crescente fragmentação, tanto no âmbito da disputa quanto na constituição do parlamento, sobretudo no nível nacional. Segundo Carreirão (2014), a disputa presidencial não estrutura o sistema partidário tão fortemente como parte da literatura argumenta, daí a descontinuidade observada entre a eleição para o Executivo e para o Legislativo.

Além da polarização entre PT e PSDB na eleição presidencial de 1994 a 2014, alguns autores também consideram como indícios de racionalização e estabilidade do sistema o fato de que entre 1994 e 2006 os mesmos cinco partidos vêm conquistando as maiores bancadas na Câmara dos Deputados (BRAGA, 2009). Em contrapartida, o crescimento da fragmentação parlamentar em todos os níveis da federação parece indicar menor institucionalização e estabilização. Segundo Nicolau (2017), o número efetivo de partidos (NEP) na Câmara dos Deputados variou de 8,2 em 1995 a 13,4 em 2016.

Portanto, há um conjunto de evidências que suportam tanto a tese de institucionalização e fortalecimento do sistema, quanto à de sua fragilidade. De certa forma, permanece o binômio entre sistema partidário eleitoral e parlamentar. No nível parlamentar, a consolidação de um grupo restrito de partidos com melhor desempenho eleitoral no período parecia indicar maior estabilidade nas preferências dos eleitores. As pesquisas sobre identificação partidária, contudo, não endossam essa conclusão.

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que agora completa mais de 10 anos, inseriu outro ingrediente com resultados imprevistos. A instituição da Resolução-TSE n° 22.610 de 25/10/2007 alterada pela Resolução-TSE n°22.733 de 11/03/2008, que orienta o processo de perda do cargo eletivo e de justificação de desfiliação partidária, gerou a expectativa de maior fidelidade partidária e redução do quadro de migrações. De acordo com essa Resolução, o partido político que tenha interesse pode pedir na Justiça Eleitoral a perda de cargo eletivo em decorrência da desfiliação partidária sem justa causa. É compreendido como justa causa conforme o § 1º do art. 1º da Resolução-TSE n° 22.610/2007 a incorporação ou fusão do partido, a mudança

¹⁸ Na disputa presidencial é possível notar, em alguma medida, certa identificação partidária em torno dos partidos PSDB e PT. Ver BRAGA, Maria do Socorro Sousa, & Pimentel Jr, Jairo. *Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?* Opinião Pública, 17(2), 271-303, 2011.

substancial ou o desvio reiterado do programa partidário, grave discriminação pessoal e por último, o ponto que mais interessa nesta análise, a criação de um novo partido.

Após essa normatização do TSE, é possível notar que o volume de migrações entre os partidos diminuiu. Segundo levantamento realizado por Martins (2015), entre 1995 e 2007, a média de migrações na Câmara dos Deputados foi de 63,23. Um percentual bem mais alto do que o do período de 2008 a 2015, que foi de 23,75. Por outro lado, a criação de novos partidos aumentou. De 2005 (ano em que o PSOL conseguiu seu registro definitivo junto ao TSE) até hoje surgiram onze partidos novos¹⁹ somando trinta e cinco que atualmente possuem registro no TSE. Este pode ser considerado como um efeito colateral da lei, já que migrar para um partido recém-criado não é passível de punição.

A Constituição de 1988 não limita a quantidade de partidos que devem existir no Brasil. Ela condiciona sua existência a fatores como o caráter nacional, a proibição de recebimento de recursos estrangeiros, a prestação de contas à Justiça Eleitoral e o funcionamento parlamentar de acordo com a lei, além de ter que resguardar o regime democrático, a soberania nacional, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais do homem (LIMA, 2005).

Os requisitos para criação e registro dos partidos no Brasil estão previstos na Lei nº 9.096/95 e na Resolução - TSE nº 23.465/15. Apenas partidos que estiverem registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) podem concorrer nas eleições, têm acesso gratuito a rádio e televisão e podem receber recursos do fundo partidário. Após adquirir personalidade jurídica, os partidos podem registrar seu estatuto no TSE. Os registros só são admitidos aos partidos que:

tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles” (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2015)²⁰.

¹⁹ PSOL, PRB, PR (PL+PRONA), PSD, PPL, PEN, SD, PROS, REDE, NOVO e PMB.

²⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9096.htm, acesso em: 20/04/2018

Nesta seção, vimos que não há consenso na literatura sobre as transformações de nosso sistema partidário desde a redemocratização até os dias atuais. As evidências são mistas, apontando ora no sentido de maior institucionalização, nacionalização e densidade organizacional dos partidos, ora no sentido de maior fragmentação e fragilidade das agremiações enquanto canais de mobilização social e de expressão entre sociedade e Estado. O número de partidos atuantes no país ora é visto como expressão da heterogeneidade socioeconômica, demográfica e cultural e sinal de abertura e porosidade do sistema a uma grande variedade de atores, ora como produto de uma legislação permissiva e de estratégias e cálculos individuais de curto prazo que reduzem a inteligibilidade do sistema e ampliam sobremaneira os custos para se governar.

Nas últimas duas décadas, contudo, a criação de mais de uma dezena de novos partidos tem chamado a atenção dos analistas de todas as orientações. Qual é a motivação que orienta a criação de um novo partido? O que buscam aqueles que lideram tal movimento? Para os que migram para partidos recém-criados, quais são os objetivos prioritários? Estamos diante de partidos verdadeiramente novos? O que é, afinal, um partido novo? Qual é a viabilidade eleitoral dessas novas legendas? Que impacto podem acarretar para o sistema como um todo? Antes de focalizarmos nossas atenções nos dois casos que pretendemos investigar – PSOL e PSD – é válido um retorno aos estudos clássicos sobre o tema com o objetivo de verificar como eles podem nos auxiliar a responder as questões acima.

1.2 REVISITANDO OS CLÁSSICOS EM BUSCA DE RESPOSTAS

Com a expansão do sufrágio eleitoral os modelos de democracias, na modernidade, passaram a ser conhecidos como democracias partidárias e os partidos políticos se tornaram uma ferramenta importante para intermediar as relações entre o povo e seus representantes (WEBER, 2005). Seguindo uma linha de raciocínio semelhante, ÁLCANTARA SAÉZ & FREIDENBERG (2002) consideram os partidos políticos nas democracias representativas como eixos estáveis e previsíveis que articulam a sociedade com os regimes políticos.

No Brasil, as análises sobre partidos e sistema partidário frequentemente abordam duas questões: o impacto da ampla oferta partidária sobre a governabilidade, sobretudo na dificuldade e/ou nos custos para se formar coalizões; e os efeitos que o elevado número de partidos produz sobre o eleitorado, dificultando a compreensão sobre o sistema e as singularidades dos partidos (KRAUSE et al. 2016). Todavia, no nível global, a discussão sobre partidos políticos ocorre há mais de um século e destaca a relevância dos partidos para o funcionamento das democracias.

A estreita ligação apontada pela Ciência Política entre os partidos políticos e o funcionamento da democracia representativa deriva das funções que as agremiações desempenham. É possível, de forma simplificada, indicarmos ao menos três funções essenciais: a) Estruturar a competição eleitoral; b) Agregar interesses; c) Governar e conduzir os trabalhos legislativos (AMARAL, 2013).

Um dos problemas centrais nos estudos clássicos sobre partidos políticos gira em torno da compreensão do contexto e das causas de sua origem e de suas implicações para a organização, a dinâmica e o funcionamento dos partidos. Daí o interesse em revisitar estes autores no intuito de verificar como eles podem nos auxiliar a compreender os casos que pretendemos estudar.

Um dos pioneiros nos estudos sobre partidos é Maurice Duverger que, nos anos 1950, esboçou uma teoria geral sobre os partidos a partir da elaboração de uma tipologia que visava diferenciar os partidos que possuíam origem interna ou externa ao parlamento, “partido de quadros” ou “partido de massa”, respectivamente. O primeiro tipo, “partidos de quadros” ou “partidos de notáveis”, possui as seguintes características: tem sua origem no interior do parlamento; pouca intensidade em sua organização interna; suas instâncias organizacionais são pouco vinculadas; há descentralização na estrutura nacional; não possui critérios claros para adesão de novos membros; o poder de tomar decisões concentra-se na elite parlamentar; e, por fim, doadores privados desempenham papel relevante no financiamento da organização (DUVERGER, 1980).

Já os “partidos de massa” são criados por atores externos à arena parlamentar, como grupos sociais que não participam da arena parlamentar e almejam sua integração na cena política. As principais características deste tipo de partido são: origina-se fora do parlamento; possuem ampla tendência à doutrinação; tem organização interna muito

intensa; vínculos instensos entre as instancias partidárias internas; seus pré-requisitos são bem definidos e rigorosos para filiação; os parlamentares são subordinados as vontades do partido; e, finalmente, os membros do partido são responsáveis por seu financiamento (DUVERGER, 1980).

Duverger (1980) compreende que tanto a ideologia quanto a origem do partido devem ser utilizadas como variáveis para explicar algumas características da organização, do desenvolvimento e do comportamento das agremiações partidárias. Contudo, devemos salientar que o modelo tipológico proposto por Duverger é baseado em “tipos ideais” que, por sua vez, são elaborados para possibilitar a comparação com a realidade empírica. Por isso, na realidade, os partidos políticos podem apresentar, ao mesmo tempo, características dos dois tipos elaborados por Duverger, ou então não conter características de nenhum dos dois tipos.

Tomando como base a tipologia de Duverger, a maior parte dos estudiosos concorda que os partidos brasileiros, de modo geral, seriam partidos de quadro, considerando sua origem interna ao Estado. O Partido dos Trabalhadores seria o único partido eleitoralmente viável a se distinguir, se aproximando mais do que o autor chamou de partido de massa.

O trabalho de Duverger foi muito importante para os estudos sobre partidos políticos, tornando-se uma referência clássica no campo. Entretanto, mostra limitações para pensar o problema da origem dos partidos, sua organização e funcionamento nos dias atuais. Os tipos ideais elaborados por Duverger (partidos de quadros e partidos de massas) são formulados a partir de um contexto em que grandes populações não estavam integradas à vida política por meio do voto. Atualmente, com a existência do sufrágio universal em um grande número de países, a questão da integração não é mais um problema que sustenta a criação de um novo partido, como foi o caso dos Partidos de Massa. Nas democracias contemporâneas, os partidos são criados a partir de questões que vão além da integração de grupos no sistema político e que remetem à diversidade socioeconômica e cultural e à complexidade das demandas que não são absorvidas de maneira satisfatória pelos partidos tradicionais (KRAUSE et al., 2016).

O modelo elaborado por Duverger (1980) trata especificamente da origem dos partidos e considera a influência desse contexto de origem no desenvolvimento e funcionamento das agremiações. Autores como LaPalombara e Weiner (1966) nos possibilitam observar o surgimento de novos partidos de uma forma complementar à

elaborada por Duverger (1980). Para os autores (1966), um contexto de crise é extremamente fortuito para o surgimento de novos partidos. Essas crises podem ser de três tipos não excludentes: crise de legitimidade, quando a autoridade perde credibilidade perante a sociedade; crise de integração, gerada por questões referentes à integração de territórios, no qual grupos não possuem o direito de votar; e crise de participação, a qual é fruto das mudanças socioeconômicas.

Duverger (1980) analisa o surgimento das organizações partidárias através de uma perspectiva institucional, considerando as características do surgimento do partido como um norte para seu funcionamento e desenvolvimento. Já LaPalombara e Weiner (1966) destacam a necessidade de analisar o esgotamento do ambiente político, no qual as agremiações nascem, mas não se preocupam especificamente com os impactos que o contexto do nascimento do partido possam ter no desenvolvimento e funcionamento futuro da legenda.

Outro autor extremamente relevante para os estudos sobre partidos políticos é Otto Kirchheimer (1966). Após observar as transformações que ocorreram nas organizações partidárias na Europa Ocidental nos anos 1960, Kirchheimer (1966) tenta sistematizar essas transformações e cunha o termo partido *catch all*. As características deste tipo de partido são: esvaziamento ideológico do discurso do partido, lideranças cada vez mais fortalecidas, pouca importância da militância e partido aberto à diversidade dos grupos de interesse, sendo também que sua propaganda eleitoral não é direcionada para determinada classe social e sim para várias classes ao mesmo tempo.

Apesar de Kirchheimer (1966) não ter focado exatamente na criação de novos partidos, preocupando-se muito com a adaptação e a transformação dos partidos em um novo contexto – no qual o crescimento econômico e o Estado de Bem-Estar social amenizaram a polarização política e social – suas contribuições nos auxiliam na compreensão sobre a criação de novos partidos. Primeiramente, Kirchheimer assume que, nas democracias atuais, as legendas não são criadas necessariamente por atores sociais visando integração no sistema político através da participação. Muitas vezes, as novas legendas encarnam um movimento que tem como objetivo se adaptar a contextos de competição política bastante acentuada, adotando um comportamento pragmático movido por cálculos eleitorais. Assim, as novas agremiações não deixam de representar grupos sociais que já estão presentes no sistema político, ampliando suas conexões no mercado eleitoral e incluindo novas bandeiras com o intuito de garantir seu sucesso

político. A perspectiva de Kirchheimer também admite a possibilidade de formação de novos partidos independentemente de contextos de crise política, como ocorre, por exemplo, no momento em que um dos nossos casos, o PSD, é criado. Assim, os novos partidos podem surgir como resposta estratégica a questões conjunturais, motivados por um mercado político formado por eleitores extremamente voláteis e com anseios muito diversificados (KRAUSE et al., 2016).

Na década de 80, Angelo Panebianco (2005), no intuito de compreender o desenvolvimento organizativo dos partidos, combina o que ele chamou de “modelo genético” com o grau de “institucionalização” das agremiações. Segundo Amaral (2013) o “modelo genético” é determinado com base em três pontos. O primeiro diz respeito à forma como a organização partidária se desenvolve, partindo ou de um centro que coordena a expansão (penetração territorial), ou de forma espontânea capitaneada por elites locais (difusão territorial), ou ainda pela combinação das duas formas de expansão. O segundo ponto refere-se à legitimação da agremiação, que pode ser interna ou pode ser externa mediante sindicato ou igreja, por exemplo. O último ponto está ligado ao caráter carismático do partido e se este é constituído para afirmar alguma liderança carismática. Este modelo será aplicado aos casos do PSOL e do PSD nas próximas seções.

Em geral, Panebianco (2005) e Kirchheimer (1966) estão em certa concordância quanto ao fato dos “partidos de massa” estarem se transformando em “partidos *catch all*”. Contudo, por se concentrar nas questões organizacionais, Panebianco (2005) destaca a forma como os partidos se profissionalizam devido à influência dos especialistas que possuem conhecimento técnico. Por isso, Panebianco (2005) reclassifica os partidos *catch all* como partidos “profissionais-eleitorais” (AMARAL, 2013). As principais características dos partidos “profissionais-eleitorais” são: a preponderância dos profissionais; predominância dos representantes públicos; destaque para questões que representem amplo apelo junto ao eleitorado; financiamento público e privado mediante grupos de interesses e fragilidade dos laços organizacionais (PANEBIANCO, 2005).

Já nos anos 1990, a grande contribuição aos estudos sobre partidos ficou a cargo de Katz e Mair (1995) e Mair (1994). Ao criticar a literatura existente, esses autores sugerem que os estudos sobre partidos devem concentrar-se mais na relação entre agremiações partidárias e o Estado do que na interação entre partidos e sociedade civil.

Assim, os autores elaboram o termo “partido cartel”, que é definido por sua relação com o Estado e pode ser compreendido como uma evolução dos modelos de “partidos de quadros”, “partidos de massa” e “partidos *catch all*”.

Segundo o modelo de “partido cartel”, melhor do que vencer eleições é assegurar a proximidade com os recursos estatais, pois eles são indispensáveis para que as organizações partidárias sobrevivam (KATZ e MAIR, 1995). Durante o período dominado pelos partidos de massa e *catch all*, as organizações partidárias faziam a mediação entre as relações da sociedade civil e o Estado. Porém, no momento em que os partidos cartel prevalecem, o Estado é que passa a agir como intermediário dos partidos junto à sociedade (MAIR, 1994).

Embora a preocupação maior de Katz e Mair seja compreender a transformação das organizações partidárias, sua forma de analisar os partidos pode esclarecer algumas questões que conduzem à criação de novas legendas a partir da máquina estatal. Atualmente, o Estado assume cada vez mais um papel central na vida partidária, ao passo que as legendas se afastam da sociedade. Isso ocorre na medida em que as agremiações se misturam com os cargos disponíveis no Estado e a necessidade de participar da elaboração e do desenvolvimento de políticas de governo se faz cada vez mais constante. Assim, os partidos políticos vão se distanciando de suas bases sociais e se tornando muito mais dependentes dos recursos provenientes do Estado (KRAUSE et al., 2016).

É interessante notar que os estudos sobre partidos políticos, de alguma forma, sempre se ocuparam do problema da origem das agremiações. Esta preocupação, central no trabalho pioneiro de Duverger, está presente, com maior ou menor centralidade, nos demais autores. De certa forma, compreendia-se que entender a origem das agremiações seria central para compreender sua organização e funcionamento. Está implícita aí a premissa de que a origem tem efeitos duradouros sobre os partidos. Depois de Duverger, alguns autores passaram a dar maior importância para outros aspectos, menos centrados na origem, e mais em seu desenvolvimento posterior, em interação com o contexto.

Mais recentemente, o problema da origem dos partidos voltou a ocupar lugar importante na literatura, em grande medida, em função de transformações recentes nas democracias, em várias partes do mundo. Bernard Manin (1995) nos mostra que, na passagem da democracia de partidos para a democracia de público, os partidos foram

perdendo seu papel central e exclusivo na mediação com os eleitores. Atualmente, os meios de comunicação e os movimentos sociais também atuam nesta mediação. Assim, os meios de comunicação favorecem o personalismo e enfraquecem os partidos como meios indispensáveis de comunicação com o eleitorado. O nível de confiança nos partidos, mesmo nas democracias avançadas, está cada vez mais baixo, haja vista que eles frequentemente são responsabilizados pelas crises (como ocorreu na Bolívia e na Venezuela nos anos 1990). Na América Latina, uma consequência é que, em vários países, os partidos perderam o monopólio do processo eleitoral, de modo a permitir candidaturas avulsas ou candidaturas apoiadas em movimentos sociais e coletivos.

Utilizando dados do Latinobarômetro²¹ de 2000 a 2010, Cunha (2014) mostra que os países em que os partidos não detêm o monopólio do processo eleitoral (Equador, Bolívia, Paraguai, Venezuela, Peru) e onde os candidatos não filiados a partidos políticos podem concorrer nas eleições são os mesmos (com exceção da Venezuela), sendo que neles o maior percentual de cidadãos acredita que é possível haver democracia sem partidos políticos. Também em várias democracias da Europa os partidos políticos veem-se desafiados e torna-se cada vez mais comum o surgimento e o fortalecimento de partidos políticos com discurso antissistema e/ou que funcionam como meros veículos para lideranças carismáticas e *outsiders*.

As mudanças socioeconômicas, o processo de globalização, as transformações nos meios de comunicação e de transporte foram fatores que, dentre outros, ajudaram a entender as transformações nos sistemas partidários pelo mundo. No caso europeu, o processo de integração na União Européia e suas consequências econômicas também são fatores importantes para compreender a crise dos partidos políticos que tem levado a um forte questionamento de seu papel como instituição central nas democracias e, ao mesmo tempo, ao surgimento de novas agremiações com discurso anti-sistêmico, tendo a frente figuras que podem ser consideradas *outsiders*.

Ao observar o surgimento de novos partidos no Leste Europeu, Sikk (2012) salienta que o surgimento de novas agremiações foi impulsionado por líderes políticos que desejavam se desvincular da ordem política e se apresentar com uma nova roupagem. Para o autor (2012), essas novas agremiações são constituídas mediante um

²¹ O Latinobarômetro é uma pesquisa de opinião que ocorre anualmente em 18 países da América Latina. Tem como objetivo investigar o desenvolvimento da democracia, economia e sociedade.

novo formato de fazer política em consonância com a expectativa de atender a uma nova demanda do eleitorado e sem apresentar algum tipo de identificação com as ideologias disponíveis no espectro político. Uma das principais contribuições de Sikk (2012) é nos orientar para o fato de que, nas democracias contemporâneas, a lógica dos sistemas partidários não precisa ser movimentada por clivagens sociais, ou por alterações na sociedade e na cultura ou ainda por crises econômicas e/ou de legitimidade dos políticos tradicionais.

O Quadro 1 apresenta uma síntese de como os autores discutidos compreendem e analisam a origem dos partidos políticos.

Quadro 1- A origem dos partidos políticos na literatura

Autor	Argumento central sobre a origem dos partidos
Duverger (1980)	A origem pode ser interna ou externa. A origem tem consequências para o formato da organização, para padrões decisórios internos, para os tipos de financiamento e para o relacionamento com filiados e eleitores.
Panebianco (2005)	Propõe uma tipologia para compreender o padrão de desenvolvimento das agremiações em função do ponto de origem (centro x elites locais) e do desenvolvimento posterior (penetração ou difusão). A legitimação da agremiação pode ser interna ou externa e o partido pode ou não ter um caráter carismático. O autor vê uma tendência dos partidos de massa em se transformarem em partidos profissionais-eleitorais.
Kirchheimer (1966)	O autor vê uma tendência dos partidos de massa em se transformarem em partidos <i>catch-all</i> e aponta outras motivações na origem dos partidos relacionadas com a redefinição de estratégias para se adaptar às regras e a um contexto competitivo.
Katz e Mair (1994; 1995)	Propuseram a alteração da ótica dos estudos sobre partidos das relações entre organizações partidárias e a sociedade para as relações entre as agremiações e o Estado. Identificaram o surgimento de um novo formato de partido nas democracias atuais: o partido cartel. A origem de novos partidos não pode ser pensada sem levar em conta a centralidade do Estado para os partidos na atualidade.
LaPalombara e Weiner	Desenvolveram um modelo para explicar o surgimento

(1966)	de novos partidos a partir do esgotamento do ambiente político.
Sikk (2012)	Destaca que o surgimento de novas agremiações é impulsionado, nas democracias contemporâneas, por lideranças políticas que buscam apresentar uma nova roupagem.

Fonte: Elaboração própria

Acreditamos que os estudos clássicos sobre partidos políticos são fundamentais para responder às questões que apresentamos. Entretanto, deve-se destacar que, qualquer explicação para os processos recentes de surgimento de novas legendas deve sempre estar vinculada à conjuntura atual que tem desafiado os partidos políticos como instituições centrais à democracia, considerando também os diferentes contextos.

Neste ponto, é possível levantarmos hipóteses sobre se e como a literatura sobre partidos políticos nos auxilia a compreender os casos que pretendemos analisar, mais especificamente, o processo de criação do PSOL e do PSD e sua trajetória posterior. Tratam-se de hipóteses iniciais que poderão ou não ser corroboradas pelo conjunto de evidências que pretendemos apresentar. A tipologia de Duverger parece limitada para compreender a origem e o funcionamento de PSOL e PSD. Ambos os partidos possuem uma origem interna, no interior do parlamento, mas não se adequam igualmente ao que Duverger chamou de partido de quadros. Como mostraremos, PSOL e PSD se diferenciam no tocante à intensidade organizacional, ao grau de controle exercido pelas lideranças sobre os liderados, nas formas de recrutamento e no que se refere à dimensão do financiamento. Apesar de considerar a importância de Duverger e Panebianco para compreender melhor a formação dos partidos aqui analisados, devemos ressaltar que a teoria de ambos foi elaborada em um contexto muito específico e diferente da atual conjuntura brasileira. Portanto, não pretendemos enquadrar de forma rigorosa os traços típicos do PSD e do PSOL nos modelos teóricos propostos por estes autores devido ao entendimento de que o sistema partidário brasileiro, articulado com as regras que regem os poderes executivos e legislativos, possui dinâmica diferente do contexto político europeu em que esses modelos foram desenvolvidos no século XX.

O esgotamento do ambiente político sugerido por LaPalombara e Weiner (1966) como fator importante para compreender o surgimento de novos partidos, nos parece sugestivo para entender os casos de PSOL e PSD. Mas, esse esgotamento, no caso dos partidos analisados, não parece tomar, necessariamente, a forma de uma crise. Os anos

de aparecimento de ambos os partidos, 2005 e, principalmente 2012, não eram propriamente anos de crise. Seria necessário, então, verificar na conjuntura de criação dos partidos que tipo de esgotamento no ambiente pode ter contribuído para seu surgimento.

Já as características dos partidos *catch all*, assinaladas por Kirchheimer (1966), parecem oferecer uma boa descrição de um dos casos aqui analisados, o PSD. Como ficará claro, o partido se caracterizou, em sua origem, por um discurso esvaziado ideologicamente e bastante abrangente com o intuito de abarcar uma variedade de públicos. O mesmo poderíamos dizer da descrição feita por Panebianco (2005) dos partidos “profissionais-eleitorais”, sobretudo no que se refere à combinação de financiamento público e privado e em relação à preferência por questões que representam amplo apelo junto ao eleitorado. Já a abordagem de Sikk (2012) parece não se aplicar nem ao caso do PSOL nem ao do PSD. Em nenhum dos dois casos acreditamos estar diante de um movimento liderado por atores com o objetivo de se desvincularem da ordem política.²²

As colocações de Katz e Mair (1995) a respeito das transformações nos partidos políticos e do “partido cartel” são muito úteis para iluminar a centralidade das relações entre os partidos e o Estado e a dependência dos primeiros em relação ao segundo. Entendemos, porém, que essa dependência pode variar em grau e intensidade em função de outras características dos partidos e dos recursos e capitais de que eles dispõem. Quanto a esse aspecto, a comparação entre PSD e PSOL pode ser esclarecedora, pois, no primeiro caso, temos um movimento da oposição para o governo, o que significa mover-se para uma posição mais favorável em termos de acesso a recursos e, no segundo, temos o movimento inverso. Considerando os altos custos de estar situado na oposição no Brasil, o movimento do PSOL, ao abandonar a coalizão de governo, parece, em princípio, revelar uma decisão pouco racional e inconsequente dos atores políticos envolvidos. Esta e outras questões serão exploradas nos capítulos seguintes a partir da análise dos dados e das informações reunidos por nós.

²² Esta motivação, contudo, parece estar na origem de outros partidos que surgiram depois do PSD como o NOVO.

CAPÍTULO 2: PSOL E PSD – DOIS CASOS EMBLEMÁTICOS DE CRIAÇÃO DE PARTIDOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

2.1 PSOL E PSD: CASOS EXTREMOS E EMBLEMÁTICOS

Neste trabalho o foco recairá sobre dois casos que consideramos representativos, emblemáticos e opostos no que se refere às motivações que orientam a criação de novos partidos. Dois casos diferentes que tem origem dentro do mesmo sistema partidário, sob as mesmas regras, e que, por essa razão, nos ajudam a compreender o funcionamento do sistema e sua evolução até o período democrático recente.

Sobre o processo de criação desses dois partidos (PSOL e PSD), vale destacar que ocorreram no interior do mesmo sistema político e partidário. Contudo, as semelhanças param por aí. As motivações dos atores que promoveram esses processos foram muito diferentes, pois a criação do PSOL foi motivada por uma descontinuidade de pensamento entre alguns políticos e seu partido antigo, o Partido dos Trabalhadores (PT) (motivação ideológica/programática). Já a criação do PSD foi orientada pela busca estratégica de se posicionar de forma mais vantajosa em relação ao acesso a recursos, se aproximando do governo federal. É importante lembrar que este partido é majoritariamente constituído por políticos que abandonaram partidos que faziam oposição ao governo de Dilma Rousseff (PT) para se aproximarem do Governo Federal e integrar a coalizão (motivação pragmática).

Além disso, a criação dos partidos ocorreu em momentos distintos. O PSOL obteve seu registro definitivo junto ao TSE em 2005, antes da resolução que regulamenta a fidelidade partidária (nº 22.610 de 25/10/2007); ao passo que o PSD foi criado em 2011 após a aprovação da resolução. Esta, como já esclarecido, restringiu a migração partidária às ocasiões em que havia justa causa, sendo um dos motivos para justa causa a criação de um novo partido.

A questão mais ampla que orienta nosso estudo investiga os fatores que impulsionam o surgimento de novos partidos no Brasil. Acreditamos que o estudo dos dois casos – PSOL e PSD – pode ampliar nossa compreensão sobre o tema. Nosso objetivo é contrastar o discurso oficial desses partidos com outros fatores que, segundo a literatura, devem ser levados em consideração para se compreender o surgimento de novos partidos. Tais questões estão relacionadas a fatores que remetem aos desafios colocados pelo contexto, às tentativas de adaptação em um mercado eleitoral competitivo e à busca por assegurar acesso a recursos e cargos (aprovação de emendas, conquista de cargos na estrutura do partido ou no legislativo), os quais são cruciais para a sobrevivência dos partidos na democracia brasileira.

Partimos do ponto de que a criação do PSOL e do PSD representam casos extremos e emblemáticos no que se refere às motivações que explicam a origem de novos partidos no Brasil contemporâneo. O PSOL foi criado após a ascensão do PT ao Palácio do Planalto com o Presidente Lula. Alguns políticos e militantes do PT estavam descontentes com os rumos do governo. Por ocasião da votação do projeto da Reforma da Previdência do setor público, projeto muito combatido pelo PT enquanto oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, a então senadora Heloísa Helena e os então deputados federais Luciana Genro, Babá e João Fontes foram expulsos do PT por não agirem conforme as orientações do partido.

Segundo as informações contidas no site do PSOL, por não existir nenhuma legenda de esquerda com a qual tais políticos se identificassem, eles optaram por fundar um novo partido²³. Pouco tempo depois de sua criação, outros políticos descontentes com o PT ingressaram no PSOL, entre eles os deputados federais Ivan Valente e Chico Alencar. Essa movimentação se deu no sentido de abandonar o governo federal e constituir um novo partido situado fora da base aliada, configurando, assim, uma mudança de cunho ideológico e programático, pouco comum até então, haja vista que as migrações, em sua grande maioria, tendiam a ser para partidos que integravam a coalizão de governo (MELO, 2007).

Podemos considerar o contexto de criação do PSD como oposto ao do PSOL, pois o partido foi concebido, em sua maioria, por políticos dissidentes do Democratas (DEM) e de outros partidos de direita ou de centro, que faziam, na maioria dos casos,

²³ Disponível em: <http://www.psol50.org.br/partido/historia/>, acessado em: 11/11/2016.

oposição ao governo federal. Liderados por Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo eleito pelo DEM²⁴, e pelo vice-governador do estado de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, alguns políticos como a ex-senadora pelo Tocantins Kátia Abreu²⁵, deixaram seus partidos e filiaram-se ao PSD. A criação desse partido e a migração de outros parlamentares logo em seguida foram, em sua maioria, no sentido oposição-governo. Isso configurou um quadro de migração partidária e forjou a criação de um partido por razões pragmáticas, propiciando a busca de um posicionamento mais vantajoso do ponto de vista político e eleitoral e de maximização do acesso a recursos controlados pelo Executivo.

2.2 DESENHO DA PESQUISA

O objetivo principal desta pesquisa é comparar o contexto de criação dos partidos citados, as motivações de seus líderes, o perfil e a trajetória de seus primeiros membros, bem como seu desempenho nas eleições realizadas posteriormente e o grau de novidade que esses partidos apresentam. A opção pela comparação entre os casos do PSOL e do PSD se deu pela diferença entre os partidos em termos de clareza e coerência de seu perfil ideológico, pelas motivações declaradas pelos primeiros membros para a sua criação e pela direção oposta da migração em relação ao governo. Deve ser levada em consideração a diferença entre as motivações declaradas dos primeiros membros e outros fatores que podem ajudar a esclarecer o movimento de criação dos novos partidos, para além do discurso oficial.

Para compreender os fatores associados à criação destes partidos se faz necessário um levantamento de informações sobre a trajetória dos criadores e dos primeiros membros. No caso do PSOL estamos falando das trajetórias dos dissidentes do PT, como Heloisa Helena, Luciana Genro, Ivan Valente, Chico Alencar, Randolfe

²⁴ Primeiro Presidente Nacional do PSD, se tornou Ministro das Cidades no segundo mandato do governo Dilma Rousseff e entregou o cargo no dia 15/04/2016. Atualmente é Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do governo Michel Temer.

²⁵ Em 2013 migrou para o PMDB e foi Ministra da Agricultura de Dilma Rousseff.

Rodrigues e de outros políticos que não pertenciam a outros partidos antes, mas que, uma vez no PSOL, passaram a desempenhar um papel de destaque, como, por exemplo, Jean Wyllys.

Já no caso do PSD me limitarei aos primeiros cinquenta deputados federais que migraram de diversos partidos, sobretudo do DEM, além dos fundadores como Gilberto Kassab e Afif Domingues e também a ex-ministra Kátia Abreu (que apesar de não ser considerada como uma fundadora do partido, após migrar para o PSD, desempenhou um importante papel de ministra no governo Dilma Rouseff).

Uma das questões centrais desta pesquisa é tentar compreender os fatores que explicam o movimento de saída de um partido para a criação de um novo. No nível do contexto, como mostramos, há um debate no campo de estudos sobre partidos políticos para tentar explicar o surgimento de novos partidos. Por essa razão, um dos objetivos do presente estudo é analisar o contexto de criação dos dois partidos na tentativa de destacar os fatores de ordem social, econômica, política e institucional que nos ajudem a compreender a origem do PSOL e do PSD.

No nível individual, tentaremos lançar luzes sobre as motivações daqueles que lideraram a criação dos partidos citados. De um lado, temos os motivos declarados nas falas dos fundadores. De outro, há vários fatores que podem auxiliar a compreender o problema. A literatura especializada cita uma série de motivações para se criar um novo partido ou para um político migrar para outro partido recém-criado ou não. Entre elas, destaco as seguintes: a busca de melhores condições para competir nas eleições considerando a competição entre e no interior do partido, as desavenças internas ao partido com outros membros ou com as lideranças – que podem ser de natureza pessoal ou girar em torno de questões programáticas –, a busca por uma melhor posição no interior da organização partidária, a busca por cargo algum cargo não-eletivo – no parlamento, na estrutura do partido ou no âmbito do Poder Executivo –, o desacordo com a orientação e o comportamento das lideranças e, por último, a tentativa de se aproximar e ter acesso a recursos controlados pelo Poder Executivo. Conflitos e competição entre políticos e partidos na arena municipal e/ou estadual também podem ser importantes para compreender a movimentação de políticos que exercem mandato na arena nacional.

Para investigar essas motivações tentarei delinear o perfil dos fundadores e dos primeiros membros dos partidos e analisar em que medida a mudança pode ter resultado

em ascensão na carreira. Algumas perguntas servirão de auxílio para compreender o perfil destes político: de que partidos os primeiros integrantes do PSOL e do PSD vieram? Em que faixa de idade se concentram e em que mandato estavam no momento em que mudaram de partido? Esses parlamentares já possuíam histórico de migração entre legendas? Ocupavam cargos dentro do antigo partido? Passaram a ocupar cargos relevantes no novo partido? Ocupavam cargos de liderança na Câmara e passaram a ocupar algum cargo posteriormente à inserção no novo partido? Após a migração passaram a apoiar o governo ou foram para oposição?

No caso do PSOL considerei como primeiros membros os fundadores, como os então deputados federais Luciana Genro, Babá e João Fontes e também a então senadora Heloisa Helena²⁶, além dos que migraram em um segundo momento após a obtenção do registro definitivo, como os então deputados federais Ivan Valente, Chico Alencar, Maninha, João Alfredo, e os deputados estaduais Afrânio Boppré, Randolfe Rodrigues, Carlos Gianazzi e Brice Bragato. A análise considerou, portanto, 12 membros do partido, pois são eles os parlamentares que possuíam mandato em seus partidos anteriores e migraram para participar ativamente da criação da legenda e/ou seu desenvolvimento antes do primeiro pleito em 2006.

Já no caso do PSD, considerei os cinquenta deputados federais que foram eleitos na 54ª legislatura (2011-2015) por outros partidos, mas, no primeiro ano desta legislatura, migraram para o PSD, criado em 2012. Além destes parlamentares, também analisarei outros políticos que possuem extrema importância para o surgimento e manutenção do PSD como, por exemplo, os fundadores do partido, Guilherme Afif Domingos e Gilberto Kassab, além da ex-ministra Katia Abreu. É necessário distinguir os líderes, fundadores e membros mais influentes dos partidos dos demais membros, pois suas opiniões não possuem o mesmo peso no momento de tomar as decisões que formarão as diretrizes que conduzirão o desenvolvimento da organização partidária. No caso do PSD, a análise dos primeiros membros incluiu os 50 primeiros deputados federais do partido, que foram eleitos por outros partidos e depois migraram para o PSD. Outras figuras importantes da sigla como Afif Domingos, Gilberto Kassab e Katia Abreu serão abordados ao longo da descrição da constituição da legenda de forma mais qualitativa.

²⁶ Atualmente é filiada a REDE.

Esta pesquisa encontra-se na fronteira entre os estudos de caso e os estudos comparados. Trata-se de estudo de caso porque buscaremos analisar de forma aprofundada e compreensiva vários aspectos da criação e do posterior desenvolvimento de cada um dos partidos. Neste sentido, apresenta as vantagens assinaladas por Lijphart (1971) dos estudos de caso: devido ao N pequeno, permite abarcar múltiplas variáveis. Além disso, pode contribuir para a geração de *insights* e de hipóteses que, posteriormente, poderão embasar estudos incluindo um número maior de casos. Nossa expectativa é a de que o estudo desses dois casos possa gerar subsídios para o debate sobre a criação de novos partidos de modo geral, especialmente, no contexto atual das democracias contemporâneas, marcado por uma forte desconfiança em relação às instituições políticas e pelo enfraquecimento dos partidos como mecanismos de canalização de preferências e de mediação entre Estado e sociedade. Se estamos, de fato, diante de conjunturas típicas e extremadas de razões que levam à criação de novos partidos, nosso estudo poderá ser útil para a compreensão de outros casos.

Trata-se, também, de um estudo comparado porque, ao invés de analisar os casos isoladamente, pretendemos compará-los, de forma sistemática, a partir de parâmetros previamente definidos. Lijphart (1971) define o método comparativo como uma ferramenta básica para estabelecer proposições empíricas gerais. Como este trabalho aborda apenas dois casos, a comparação entre eles se torna mais efetiva do que a utilização de métodos estatísticos, que são mais indicados para estudos compostos por muitos casos. O número pequeno de casos, por certo, impõe limites ao alcance de nossas conclusões. Nosso objetivo, no entanto, não é fazer afirmações gerais que possam ser aplicadas a um grande número de casos em diferentes períodos e contextos, e sim articular questões, hipóteses, argumentos e evidências que possam ser úteis para outros pesquisadores.

A primeira dimensão de análise diz respeito ao contexto de criação dos partidos. Essa contextualização será realizada no Capítulo 3, no qual nos dedicaremos a identificar os fatores socioeconômicos, políticos e institucionais presentes no momento da criação do PSOL e do PSD. No primeiro caso, enfatizamos as características dos primeiros anos de governo Lula, a agenda econômica e política do governo federal, as relações com os partidos da base, os conflitos no interior do PT, e as discordâncias internas que culminaram na expulsão daqueles que se tornaram os fundadores do PSOL.

No que se refere ao PSD, criado no primeiro mandato do governo da presidenta Dilma Rousseff, pretendemos analisar as relações no interior dos partidos de apoio ao governo e os movimentos dos partidos independentes e de oposição (com destaque para o DEM) no sentido de buscar um reposicionamento mais vantajoso para seus membros. Essa contextualização será realizada a partir da pesquisa de estudos já realizados sobre a criação dos partidos, análises do primeiro mandato de Lula (quando o PSOL foi criado) e Dilma (quando o PSD foi criado), matérias de jornais da época da criação das legendas e informações obtidas nos portais e estatutos dos partidos. Pretendemos identificar as diferenças no contexto de criação dos dois partidos e a forma como ele pode ter influenciado as estratégias dos fundadores. Se a tentativa de se adaptar aos desafios do contexto – para sobreviver eleitoral e politicamente, em resposta a crises e/ou desavenças internas aos partidos, por necessidade de expandir a abrangência do partido para incorporar novos temas e bandeiras – são fatores importantes para compreender a origem dos partidos, devemos ser capazes de identificar esses fatores e a forma como contribuíram para o surgimento do PSOL e do PSD.

A segunda dimensão do estudo concentra-se na análise do perfil dos fundadores e dos primeiros membros dos dois partidos, que também será realizada no Capítulo 3. Além disso, pretendemos analisar se houve alguma mudança no *status* dos políticos que mudaram de partido. O objetivo deste esforço é identificar em que medida a mudança de partido pode ter sido motivada por cálculos de curto prazo envolvendo ocupação de cargos de destaque e busca por um melhor posicionamento no que se refere ao acesso direto a recursos e/ou autoridade sobre alocação de cargos e recursos. Para isso, iremos comparar os cargos ocupados anteriormente pelos parlamentares (na estrutura da Câmara dos Deputados e na estrutura do partido) com os cargos que passaram a ocupar posteriormente.²⁷

Na terceira dimensão, também incluída no Capítulo 3, será abordado o quanto esses partidos apresentam de novidade para o sistema político brasileiro. Para mensurar esse ponto, utilizaremos o modelo proposto por Barnea e Rahat (2010), que tem como objetivo medir o nível de novidade dos partidos de forma não dicotômica. Ou seja, o

²⁷ A literatura sugere que os partidos valorizam mais a ocupação de cargos no Poder Executivo do que no Legislativo ou na estrutura partidária. Focaremos nossa análise nas duas últimas instâncias, de mais fácil mensuração, mas, sempre que possível, incluiremos informações sobre a obtenção de cargos na estrutura do Executivo.

objetivo não é definir se um partido é novo ou não, mas compreender o quanto de novidade esse partido apresenta, e ao comparar com outro partido há a possibilidade de percebermos qual dos dois possui mais elementos inovadores.

A quarta dimensão tomará os partidos como unidade de análise, o que será realizado no Capítulo 4. Nosso foco recairá sobre o desempenho eleitoral dos partidos e algumas de suas características organizacionais. Abordaremos o desempenho eleitoral dos partidos a partir da perspectiva do número de candidatos e de eleitos e da votação obtida para todos os cargos e todas as eleições das quais participaram desde a sua criação.²⁸ Também serão analisadas as decisões relativas às coligações nas eleições majoritárias e proporcionais, a estrutura organizacional e o número de filiados de PSD e PSOL. Esta análise nos ajudará a identificar semelhanças e diferenças entre os partidos que podem estar associadas aos diferentes contextos de origem e às diferentes motivações para a criação dos partidos.

Para a realização da pesquisa, utilizaremos dados secundários sobre candidaturas, resultados eleitorais, coligações e informações sobre o contexto da criação dos partidos em questão. Tais dados serão obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral, no da Câmara dos Deputados, no do Senado e também em notícias veiculadas na mídia na época em que ocorreram os fatos importantes para compreender os contextos e as particularidades de cada partido.

Por fim, nas considerações finais, pretendo promover uma síntese dos achados da pesquisa em cada uma das dimensões de análise em diálogo com a literatura e outros estudos sobre o tema. Ao final, pretendo apontar sugestões para pesquisas futuras.

²⁸ Para o PSOL: eleições gerais de 2006, 2010 e 2014 e eleições municipais de 2008, 2012 e 2016. Para o PSD: eleições municipais de 2012 e 2016 e eleições gerais de 2014.

CAPÍTULO 3: PSOL E PSD - CONTEXTO DE CRIAÇÃO E PRIMEIROS MEMBROS: O QUE ESSES PARTIDOS TRAZEM DE NOVO?

No presente capítulo temos como objetivo examinar questões referentes à gênese de PSOL e PSD, pois consideramos, a exemplo de Panebianco (2005), que as origens dos partidos políticos podem nos proporcionar informações relevantes para compreender as estratégias que as legendas irão adotar posteriormente. Contudo, como afirma o autor, o desenvolvimento das organizações não é engessado pelas características de sua origem, logo não podemos afirmar com exatidão quais caminhos a legenda irá percorrer em seu desenvolvimento.

Para alcançar os objetivos propostos por este capítulo, iremos subdividi-lo em quatro seções. A primeira dedica-se a compreender o contexto político no qual PSOL e PSD surgiram; a segunda dimensão aborda as características dos primeiros membros que ingressaram nos partidos, assim como lideranças e figuras emblemáticas de ambas as legendas; na terceira seção utilizaremos os modelos de Duverger e Panebianco para analisar as características que envolviam os partidos em seu momento de origem; e, na quarta, abordaremos o quanto esses partidos podem ser considerados novos no cenário político nacional.

3.1 A ORIGEM DO PSOL

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foi fundado em quatro de junho de 2014, a partir de uma Convenção mobilizada por parlamentares que foram expulsos do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2003: a Senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados federais Luciana Genro (RS), João Fontes (SE) e Babá (PA). Porém, somente em 15 de setembro de 2005 seu registro eleitoral foi adquirido junto ao TSE.

Antes do surgimento do PSOL e da expulsão destes parlamentares, o PT vivia um quadro de tensões internas, pois estavam cada vez mais acirradas as divergências entre algumas de suas correntes intrapartidárias envolvendo as posições adotadas pelo

governo federal, comandado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Vale lembrar que o PT sempre se caracterizou pela divisão interna em tendências²⁹. Especificamente, no ano de 2003, um dos temas que mais gerava discordância era o da reforma da previdência. Entre as medidas incluídas nessa reforma estavam o aumento da idade mínima para aposentadoria e a taxaço de servidores públicos inativos, medidas que eram consideradas, por um grupo de parlamentares petistas, como contrárias aos interesses dos trabalhadores. Vale lembrar que o PT se opôs fortemente às propostas de igual teor durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FREITAS, 2015).

Antes da reforma da previdência ir para votação em plenário, o que estava previsto para acontecer em 2003, alguns parlamentares petistas (considerados “radicais”) e que eram contrários à proposta do governo, já haviam sofrido ameaças de serem expulsos do partido caso votassem contra a reforma³⁰. Mesmo com as ameaças, muitos desses parlamentares se posicionaram contra a reforma capitaneada por Lula, o que culminou em sua expulsão do Partido dos Trabalhadores no ano de 2003. Em dezembro do mesmo ano, estes políticos que haviam sido expulsos já se articulavam e admitiam o interesse em formar um novo partido.

Em matéria publicada na Folha de São Paulo em dezembro de 2003, o deputado João Batista Araújo, o Babá (PA), afirmava que “o PT mudou ‘completamente’ desde sua fundação e não cumpre as promessas feitas quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda era candidato”. O deputado afirmava, ainda, que “o governo Lula vem seguindo todo o receituário neoliberal. Lula cede aos banqueiros e confronta os trabalhadores”. Mas, na ocasião, Babá não admitia que faria oposição ao governo. Na mesma matéria, a deputada Luciana Genro admitia existir “espaço político” para a construção de um novo partido e informou que o grupo já tinha coletado mais de 6.000 assinaturas. Mas destacava que se tratava de um processo para o futuro.³¹

Além da já referida reforma da previdência, outros fatores também foram importantes para acirrar os ânimos entre as correntes internas do PT durante o governo Lula. Com o objetivo de viabilizar as condições para chegar à presidência, o Partido dos

²⁹ Para mais informações sobre as tendências internas ao PT, ver a tese de Pedro José Floriano Ribeiro intitulada “Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005”.

³⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3004200302.htm> Acesso em: 19/11/2017

³¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u56448.shtml> Acesso em: 19/11/2017

Trabalhadores experimentou várias mudanças em termos de sua orientação política. Segundo Singer (2010), o PT une os elementos radicais da sua origem de esquerda com ações de cunho pragmáticas eleitorais. Dois elementos são citados pelo autor para exemplificar o aumento do pragmatismo político do PT, responsável por aumentar as tensões internas do partido. Primeiramente, a adoção de diretrizes mais pragmáticas na formulação de suas alianças como, por exemplo, a aliança com o Partido Liberal (PL)³². O outro elemento é relacionado à “Carta ao Povo Brasileiro”³³ divulgada na campanha presidencial de Lula em 2002, que deixava claro a intenção de prezar pela estabilidade econômica. Logo, segundo Singer, a expectativa de uma ruptura mais profunda com o modelo econômico aplicado pelo governo anterior (Fernando Henrique Cardoso de 1994 a 2002) estaria seriamente comprometida.

Samuels (2004) afirma que a guinada em direção ao pragmatismo adotada pelo PT, sobretudo na segunda metade dos anos 1990, é fruto de uma visão mais pragmática adotada por seus líderes e pela militância. O objetivo era fazer com que o PT se transformasse em uma legenda mais moderada ideologicamente, sendo capaz de se aproximar do centro do espectro político. Já Hunter (2007) destaca fatores que são externos ao partido para explicar os motivos de tal mudança. Segundo a autora, na década de 1990, houve um momento propício para que o partido moderasse suas opiniões na tentativa de vencer as eleições presidenciais. O ambiente econômico tornava inviável competir eleitoralmente com uma agenda que fosse contrária às reformas pró-mercado e, na esfera política, o eleitorado e o sistema partidário encontravam-se fragmentados, fatores estes cruciais para a guinada dada pelo PT.

Oliveira (2017) destaca duas ações políticas do governo petista que também contribuíram para aumentar as divergências internas no partido. O apoio do PT à candidatura de José Sarney à presidência do Senado e o lançamento de Henrique Meirelles à Presidência do Banco Central³⁴.

Na esfera econômica, por seguir o padrão do governo anterior, o governo petista era acusado de se orientar mediante diretrizes neoliberais (TRISTÃO, 2011). O Brasil

³² Partido ao qual pertencia José de Alencar, vice-presidente do governo Lula.

³³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> Acesso em: 20/11/2017

³⁴ À época, Henrique Meirelles era filiado ao PSDB e atualmente é Ministro da Economia do Governo Temer e filiado ao PSD.

vivia uma crise em 2003 com a dívida pública consumindo mais de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) e o dólar em alta³⁵. Ao mesmo tempo, o Presidente Lula inicia diversos programas sociais, à medida que unifica políticas assistencialistas já existentes no governo anterior e cria outros programas como o Fome Zero em 2003.

Neste período, a esquerda brasileira se via em um dilema. Uma parte da esquerda – majoritariamente formada por integrantes do PT – era a favor da manutenção do projeto econômico de Lula, pois viam essas ações econômicas como imprescindíveis para manter os benefícios sociais vigentes. Já a outra parte – formada por membros de outros partidos de esquerda, mas também por segmentos mais à esquerda no interior do próprio PT – estava insatisfeita, uma vez que a não ruptura com a política econômica vigente impossibilitaria ganhos substantivos aos trabalhadores. Considerando que a corrente hegemônica dentro do PT apoiava Lula, os petistas descontentes lançam um manifesto que propunha a criação de um novo partido.³⁶

Em 2003, dentro deste contexto de profunda divergência interna no PT, o Congresso vota a reforma da previdência proposta por Lula. Como já mencionado anteriormente, os quatro parlamentares petistas que votaram contra a proposta foram expulsos do partido. Assim, deram início à criação de um novo partido de esquerda, que possuía como um de seus objetivos fazer oposição ao Governo Lula, bem como ocupar certo espaço à esquerda do PT no espectro ideológico. Os quatro congressistas expulsos eram oriundos de correntes distintas dentro do PT que, apesar das diferenças, possuíam semelhanças ideológicas. Logo, a composição inicial do PSOL não nasce de apenas um grupo descontente com a ala hegemônica do PT, mas de diversas correntes que se uniram em torno da crítica ao governo petista.

As divergências internas que resultaram na expulsão destes parlamentares são motivadas por conflitos ideológicos e disputa de poder. Segundo Oliveira (2017):

Portanto, a expulsão dos parlamentares “rebeldes” liga-se aos dois fatores. Um deles, de caráter ideológico, na medida em que os parlamentares foram expulsos por não compactuarem com proposta política do Partido (...). Acrescenta-se a isso a questão disciplinar majoritária dentro do partido. Quando votaram contra a orientação dos

³⁵Disponível em: [https://oglobo.globo.com/economia/em-2003-cenario-economico-brasileiro-era-pior-que-
agora-15596979](https://oglobo.globo.com/economia/em-2003-cenario-economico-brasileiro-era-pior-que-agora-15596979). Acessado em: 19/11/2017.

³⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3010200319.htm> Acessado em: 21/11/2017

líderes partidários, estabeleceram-se como opositores à autoridade que comandava as legendas (OLIVEIRA, 2017).

Com a expulsão dos congressistas “radicais” e o desligamento de muitos militantes do partido dos trabalhadores, a senadora Heloisa Helena³⁷ anuncia publicamente a possibilidade de trabalhar com outros setores visando à constituição de um novo partido. Em janeiro de 2004, no Rio de Janeiro, ocorre o encontro onde é lançada a Esquerda Socialista Democrática (ESD). Reunidos em torno da necessidade de construir uma alternativa de esquerda, parlamentares, militantes de esquerda, sindicalistas, intelectuais, dirigentes estudantis e diversas correntes organizadas das mais variadas origens lançavam o embrião do que se tornaria o PSOL. Nos dias 5 e 6 de junho de 2004, em Brasília, ocorreu o encontro que lançou o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A partir desta data teve-se início o processo de obtenção do registro legal do partido. Após vencer algumas dificuldades burocráticas, em 15 de setembro de 2005, o registro definitivo é obtido junto ao TSE³⁸.

No mesmo ano em que o PSOL consegue seu registro definitivo, o PT se vê envolvido em um escândalo de corrupção nacionalmente conhecido como mensalão. Na medida em que as investigações sobre o mensalão avançavam, o PT era cada vez mais exposto, pois diversos de seus membros figuravam como suspeitos no esquema de corrupção que consistia em pagar regularmente os parlamentares aliados para que aprovassem os projetos apresentados pelo Executivo. O ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genuíno, o ex-tesoureiro Delúbio Soares, e o ex-ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, eram os principais nomes petistas acusados de envolvimento no esquema que abalou muito a estrutura do partido então à frente da presidência³⁹. A repercussão em torno do episódio do mensalão contribuiu para o desgaste do Partido dos Trabalhadores. À medida que membros do PT eram questionados por suposta participação no esquema de corrupção, os conflitos internos entre seus membros se intensificava.

³⁷ Primeira Presidente do PSOL e quem assinou o primeiro estatuto do partido em 6 de junho de 2004.

³⁸ Disponível em: <https://www.lsr-cit.org/2005/10/09/um-historico-do-psol-a-luta-por-um-novo-partido-de-esquerda-no-brasil/> Acesso em: 19/11/2017.

³⁹ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG78680-6009,00-ENTENDA+O+ESCANDALOBR+DO+MENSALAO.html> acesso em: 20/11/2017.

Com a nova legenda socialista (PSOL) já registrada, outro grupo de políticos descontentes com o PT também se afasta do partido e, ainda em 2005, unem-se ao PSOL. Entre eles podemos destacar os Deputados Federais Chico Alencar (RJ), Ivan Valente (SP), Orlando Fantazzini (SP), João Alfredo (CE), Maninha (DF) e os Deputados Estaduais Randolfe Rodrigues (AP), Brice Bragato (ES), Carlos Gianazzi (SP) e Afrânio Bopp (SC)⁴⁰. Alguns militantes históricos do PT também ingressaram na nova legenda de esquerda, como por exemplo, Plínio de Arruda e Marcelo Freixo.

Em nota, os fundadores do PT, Ivan Valente e Plínio de Arruda, esclarecem alguns dos motivos que os levaram a abandonar seu partido de origem para, em seguida, se filiarem ao PSOL. Entre os motivos está claro o descontentamento com a predominância do campo majoritário petista e com a política econômica do governo Lula. Na referida nota, assinada por ambos, eles compreendem que: “o PT esgotou seu papel como instrumento de transformação da realidade brasileira. A manutenção da essência da política econômica do governo anterior frustrou boa parte dos militantes e apoiadores que esperavam mudanças”.⁴¹

Deve-se ressaltar que o PSOL já nasce com representação parlamentar no Congresso Nacional (sete deputados federais) e em algumas Assembleias Legislativas Estaduais (quatro deputados estaduais), o que aponta certa bagagem eleitoral e conhecimento sobre o funcionamento do jogo político. Possuir representação no parlamento também confere acesso a alguns recursos que são condicionados ao tamanho da bancada do partido como, por exemplo, tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e recebimento de recursos do Fundo Partidário. Cargos comissionados, como os servidores do secretariado parlamentar que prestam serviços de secretaria, a assistência e o assessoramento direto e exclusivo nos gabinetes dos deputados não dependem do número de representantes. Cada gabinete possui uma verba de R\$ 78.000,00 para contratar, no mínimo cinco e, no máximo, vinte e cinco servidores⁴².

⁴⁰ No ano de 2005 ainda não estava em vigor a Resolução-TSE nº 22.610 de 25/10/2007 que prevê punição aos políticos migrantes sem justa causa.

⁴¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u72733.shtml>, acessado em: 19/03/2018.

⁴² Disponível em: http://www2.camara.leg.br/comunicacao/camara-noticias/camara-destaca/55a-legislatura/gabinete-parlamentar/secretariado-parlamentar/informacoesgerais_sobre_osecretariadoparlamentar, acesso em: 23/03/2018.

Com isso, surge o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Ancorado em diversos grupos de orientação socialista, a legenda possui a expectativa de se tornar uma alternativa para os que compactuam com as idéias da esquerda. Se apresentando como um partido que visa fazer oposição ao governo federal, o PSOL se desenvolve com relativa independência do governo, sem receber o apoio burocrático que as legendas que constituem a base governista têm a seu dispor, o que não significa afirmar que era totalmente independente do Estado⁴³. Contudo, aparentemente, o PSOL seria menos dependente do Estado do que o PSD. Veremos que, como o PSOL prioriza a densidade organizativa, a militância e a doutrinação, poderia contar com outro elemento de coesão entre seus membros e entre o partido e o eleitorado e não seria tão dependente dos recursos públicos (os espólios) para distribuir aos correligionários. O PSD, por sua vez, se valeria principalmente desses recursos (cargos, emendas, verbas, influência) para atrair e manter coesão entre os membros, afinal é uma legenda bastante heterogênea que não se define claramente em termos ideológicos.

Portanto, o PSOL pode não ser dependente do governo, haja vista tem mostrado capacidade de crescer mesmo estando na oposição no nível federal. Por outro lado, a distribuição regional da força do partido mostra um elemento de continuidade entre os primeiros membros/mandatos e os estados e regiões nos quais o partido é mais forte. Isso parece sugerir que o partido apresenta um crescimento dependente dos mandatos que tinha na sua origem.⁴⁴

Todavia, se afastar do governo significa se afastar de alguns recursos fundamentais no jogo político. Primeiro, porque o Executivo tem “a chave do cofre”, dado que o orçamento é autorizativo. O Executivo pode usar a liberação de emendas

⁴³ No Brasil todos os partidos têm participação no Fundo Partidário e possuem acesso ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Isso garante aos partidos pequenos e de oposição acesso a recursos públicos. 95% dos recursos do Fundo são distribuídos proporcionalmente ao tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados e 5% são distribuídos igualmente.

⁴⁴ Abordaremos o crescimento do PSOL e sua relação com os estados em que o partido é mais forte ou possui membros com o acúmulo de capital político anterior à criação da legenda em seções futuras.

orçamentárias como moeda de troca recompensando aliados e punindo a oposição.⁴⁵ Ou seja, haveria um viés a favor dos políticos e partidos do governo na alocação das emendas do orçamento em detrimento dos políticos e partidos da oposição. Segundo, estar na base do governo daria aos parlamentares mais acesso à burocracia pública, mais acesso aos ministros, autoridades e órgãos do governo federal, o que pode permitir agilizar a burocracia, acelerar a tramitação de processos, a liberação de recursos e o atendimento de demandas dos aliados nos municípios. Além disso, pode aumentar a influência sobre a nomeação de cargos o que, por sua vez, é importante tanto do ponto de vista substantivo (pode significar mais influência sobre os rumos das políticas públicas e da alocação de recursos) e por colocar nas mãos do político/partido uma moeda de troca que ele pode usar para recompensar aliados.

Pereira e Mueller (2003) apresentam evidências de viés na execução das emendas. Mostram que durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2002), “os deputados da coalizão de governo executaram mais emendas individuais que o tamanho proporcional de sua bancada na Câmara, enquanto os parlamentares dos partidos de oposição foram sub-recompensados” (2003, p. 757). Considerando a busca por um bom desempenho na execução de emendas como uma forma de levar recursos para sua base eleitoral, integrar a base governista se torna bastante atraente para os parlamentares (MELO, 2004). Em contrapartida, estar fora dela pode implicar em custos significativos. Há também indícios de que sair da coalizão também pode afetar negativamente as chances de reeleição (PEREIRA e RENNÓ, 2001).

⁴⁵ Em março de 2015, o Congresso promulgou a emenda Constitucional N. 86 que tornou impositiva a execução das emendas individuais dos parlamentares ao Orçamento da União até o limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no ano anterior. A emenda também estabeleceu que metade do valor deveria ser aplicada na saúde, o que inclui o custeio do Sistema Único de Saúde (SUS).

3.2 A ORIGEM DO PSD

Se o PSOL declaradamente nasce para ocupar um espaço à esquerda do espectro ideológico e fazer oposição ao governo federal, o Partido Social Democrático (PSD) não possui esse tipo de pretensão. Em reportagem de março de 2011 que trata da cronologia da criação do PSD, o jornal Folha de São Paulo atribui a Gilberto Kassab a seguinte frase: “não será de direita, não será de esquerda nem de centro”⁴⁶. Também em reportagem da Folha de São Paulo, Kassab diz que o PSD fará “oposição responsável” ao governo Dilma⁴⁷. Em entrevista ao site da revista Veja, Guilherme Afif Domingos (um dos responsáveis pela criação do PSD) diz que o PSD irá disputar as eleições municipais de 2012 aliado ao PSDB⁴⁸. Em outra reportagem da Folha de São Paulo afirma-se que a presidenta Dilma se reuniu com membros do PSD⁴⁹ (que ainda não havia sido oficializado). Um dos participantes da reunião era Índio da Costa, que havia concorrido nas eleições presidenciais como vice de José Serra (candidato derrotado por Dilma). Nessa ocasião, Índio afirmou que “não compartilhamos a idéia de fazer oposição por oposição”. Já o principal entusiasta do PSD, Gilberto Kassab, que também participou do encontro, disse que o partido “nasceu bem”, pois fez a “primeira visita a quem deveria fazer, a presidente da República” e deixou o encontro afirmando que foi uma “visita a nossa presidenta Dilma Rousseff, presidenta de todos os brasileiros”. Esses trechos de reportagens servem para ilustrar o que está claro nos princípios e valores do PSD⁵⁰: este partido não fará “oposição pela oposição”, seus adversários não são inimigos, mas cidadãos com os quais deve haver diálogo. O fato de Gilberto Kassab, um dos líderes do PSD, ter feito parte do ministério do governo Dilma e agora

⁴⁶ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,kassab-psd-nao-sera-nem-esquerda-direita-ou-centro,698756>, acessado em: 08/09/2016.

⁴⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/03/891779-kassab-diz-que-psd-fara-oposicao-responsavel-a-dilma.shtml>, acessado em: 08/09/2016.

⁴⁸ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/afif-vamos-disputar-2012-aliados-ao-psdb/>, acessado em: 08/09/2016.

⁴⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/08/961583-dilma-tem-encontro-com-mais-de-60-lideres-do-psd-de-kassab.shtml>, acessado em: 08/09/2016.

⁵⁰ Disponível em: <http://psd.org.br/principios-e-valores/>, acessado em: 08/09/2016

compor o grupo de ministros de Michel Temer também é um indicador de que o PSD está disposto a dialogar com diversos grupos políticos.

Como boa parte dos primeiros deputados que migraram para o Partido Social Democrático eram provenientes do DEM, antigo PFL, para compreendermos melhor a gênese do PSD, devemos retornar ao projeto de refundação do Partido da Frente Liberal (PFL), que resultou em sua mudança de nome para Democratas (DEM) no ano de 2007. O esforço de transformar o antigo PFL se deu mediante a avaliação de que o partido estava encolhendo ao longo dos anos em que fez oposição ao governo federal, comandado por Lula e o PT desde 2003. Como sugere Ribeiro e Junior (2013), para se sustentar na oposição, o PFL necessitaria de maiores vínculos sociais e um programa sólido que aproximaria o partido de setores importantes da sociedade, mas o partido não dispunha desse capital. Outro ponto relevante destacado pelos autores era a força do PFL na região Nordeste, sendo que tal força era cada vez mais minada pela aproximação política desta região do Brasil com o governo petista.

As raízes do PFL/DEM remontam à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que apoiava o Regime Militar. Com a reforma partidária de 1979 e o fim do bipartidarismo (ARENA e MDB), o Partido Democrático Social (PDS) surge como sucessor da ARENA. Em 1985, enquanto o Congresso se articulava em torno da eleição indireta para Presidente da República, o baiano Antônio Carlos Magalhães (ACM), membro do PDS, rejeita a candidatura de Paulo Maluf, que possuía o apoio dos militares, e se posiciona de maneira favorável ao oposicionista Tancredo Neves⁵¹. Enquanto ACM desafiava os militares e apoiava Tancredo, ficava evidente certa tensão no PDS e, no ano de 1985, alguns de seus dissidentes fundaram o Partido da Frente Liberal (PFL). Após a vitória de Tancredo, ACM assumiu o posto de Ministro das Comunicações. Com o fim da ditadura militar, outro ex-ARENA, o pernambucano Marco Maciel, se tornou ministro da Educação e, posteriormente, migrou para a Casa Civil. Anos mais tarde, em 1994, Maciel foi eleito vice-presidente da República na chapa de Fernando Henrique Cardoso (FHC), inaugurando uma aliança entre PFL e PSDB, o que delineia uma coalizão de centro-direita que obteve bastante sucesso até o final do segundo mandato de FHC.

⁵¹ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,acm-foi-personagem-forte-na-politica-por-53-anos,21905>, acesso em: 30/03/2018.

A chegada do PT à presidência em 2002 alienou o PFL do governo federal pela primeira vez em sua história. Como sugere Borges (2010), a chegada do PT ao governo federal contribuiu para desorganizar o poder de grupos políticos de direita consolidados em certos estados e municípios brasileiros. Enquanto fazia parte da oposição, o PFL/DEM encolheu significativamente se considerarmos suas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como a quantidade de governadores eleitos nos estados brasileiros. O partido passou de 83 deputados federais (16,5%) em 1990, e do número que atingiu em seu auge, 105 (20,5%), em 1998, para 65 (12,7%) e 43 (8,4%) em 2006 e 2010, respectivamente. Ou seja, viu sua bancada se reduzir à metade ao longo do período. No Senado, o PFL chegou a ocupar 24,7% das cadeiras com 20 parlamentares no ano de 1999. Em 2010, já como DEM, tinha apenas 5 (6,2%). O partido também viu sua força reduzida nos governos estaduais passando de 7 eleitos em 1998 para 2 em 2010.

Para perdurar enquanto oposição, o PFL decide por sua reformulação. À medida que fortalecia sua agenda de cunho liberal, o DEM (ex-PFL) visava atrair eleitores de centro-direita. Alterar o nome do partido também foi uma estratégia importante, pois de certa forma disfarçou a ligação histórica do partido com a ditadura militar de 1964, a qual foi amplamente apoiada pela maioria dos políticos que estavam à frente do PFL. Mas nem só da mudança de nome e de um determinado reforço em sua agenda liberal consistiu a reformulação do PFL. A renovação de seu quadro político também deve ser considerada em nossa análise, pois ela permitiu que uma nova geração de políticos ocupasse os cargos de direção do partido. Ao longo desta reformulação, o ex-senador Jorge Bornhausen passa a presidência do partido para o deputado federal Rodrigo Maia⁵². Concomitantemente, Gilberto Kassab se torna presidente do conselho político do DEM, órgão que possui poder sobre as decisões que envolvem as coligações e as indicações de candidaturas. Sobre a renovação Jorge Bornhausen disse: "O PFL viveu bons e maus momentos. Guardamos as conquistas e viramos a página. Estava na hora de passar o comando para a nova geração, para a busca do poder, que vai trazer oxigenação ao partido. A geração que fundou o PFL tem mais de 60 anos".⁵³

⁵² Atual presidente da Câmara dos Deputados, filho do ex-prefeito do Rio de Janeiro Cesar Maia.

⁵³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90636.shtml>, acesso em: 22/03/2018.

Todavia, o esforço de recuperar o antigo PFL foi frustrante. O baixo desempenho eleitoral e a migração de seus membros para partidos mais próximos do PT, sobretudo no nível federal, demonstraram os limites do projeto de revitalização do partido. Além disso, o grupo liderado por Rodrigo Maia, César Maia e José Agripino divergia do grupo comandado por Gilberto Kassab e Jorge Bornhausen, o que gerou uma série de tensões internas no DEM, tensões que se acirraram no início de 2011⁵⁴. O que de fato estava em jogo era o controle das instâncias internas do partido, o que Panebianco (2005) definiu como domínio das “zonas de incertezas”⁵⁵. O grupo de Kassab passou por sucessivas derrotas internas frente ao grupo capitaneado por Rodrigo Maia, como, por exemplo, a eleição de ACM Neto para a liderança do DEM na Câmara dos Deputados em janeiro de 2011⁵⁶, e a eleição de José Agripino para a presidência do DEM⁵⁷, no mesmo ano. Tais derrotas certamente pesaram para que Kassab e seus seguidores abandonassem o DEM e formassem um novo partido.

Além dos conflitos internos do DEM, a conjuntura política também é importante para compreender a origem do PSD. A eleição de Dilma Rousseff para presidência em 2010 demonstrou a força momentânea do PT, sobretudo no nível nacional, mas também trouxe uma interpretação por parte dos atores políticos de que a hegemonia do Partido dos Trabalhadores tenderia a se estender para além dos quatro anos do mandato de Dilma.

Como argumenta Ribeiro e Junior (2013), Dilma teria boas chances de se reeleger considerando as vantagens que o titular do cargo (incumbente) possui perante os opositoristas, em condições normais, o que parecia bastante possível, já que sua coalizão era composta por oito partidos (PT, PR, PC do B, PSB, PMDB, PDT, PP e

⁵⁴ Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,dem-ainda-luta-por-kassab-imp-672982>, acessado em 23/11/2017.

⁵⁵ Segundo Panebianco (2005, p. 66) as zonas de incerteza são “(...) a competência, a gestão das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento da organização e o recrutamento”.

⁵⁶ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/193060-ACM-NETO-E-ELEITO-LIDER-DO-DEM.html>, acessado em 23/11/2017.

⁵⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/agripino-maia-eleito-novo-presidente-do-dem-2811507>, acessado em 23/11/2017

PRB) somando 62,6% das cadeiras do Congresso⁵⁸. Mesmo se o governo Dilma fosse um fiasco, o PT poderia optar por Lula como candidato na eleição seguinte, pois ele terminou seus oito anos de governo com uma aprovação bastante elevada⁵⁹.

O impacto estrondoso do Programa Bolsa Família⁶⁰, que beneficiava aproximadamente 12 milhões de famílias⁶¹ e a ascensão da classe média, aliados ao crescimento econômico (7,5% em 2010)⁶², eram as condições socioeconômicas que completavam o quadro de estabilidade favorável à continuidade do PT no poder.

Fatores institucionais também devem ser considerados para compreender as características que tiveram algum tipo de influência no surgimento do PSD. Ao longo da redemocratização brasileira, as legislações foram marcadas pela abertura e liberalidade em relação à criação de novos partidos, pois estabeleciam poucas exigências para que um partido recém criado desfrutasse do direito de participar das eleições e de ter acesso a recursos públicos. Algumas destas legislações merecedoras de destaque são a lei n° 6.767, que colocou fim ao bipartidarismo forçado em 1979; a Emenda Constitucional n° 25, que garantiu que as organizações partidárias que tiveram seus registros cassados, ao longo do regime militar, pudessem se reorganizar a partir de 1985; e, por fim, a Constituição Federal de 1988 foi responsável pela autonomia partidária.

Contudo, em 1995, a Lei dos Partidos Políticos apresentou características bem menos liberalizantes, tornando o registro de partidos e o acesso ao parlamento menos

⁵⁸ Disponível em: <https://cepesp.wordpress.com/2013/08/02/como-dilma-gerencia-a-coalizacao-partidaria/>, acesso em: 24/03/2018

⁵⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/12/16/aprovacao-a-governo-lula-e-de-80-e-bate-novo-recorde-diz-cniiboepc.htm>, acesso em 24/11/2017.

⁶⁰ Para mais informações sobre o tema ver: Hunter, Wendy, and Sugiyama, Natasha Borges. "Transforming Subjects into Citizens: Insights from Brazil's Bolsa Família." *Perspectives on Politics* 12.4 (2014): 808-828. Ver também: Sugiyama, Natasha Borges, and Hunter, Wendy A. "Whither Clientelism? Good Governance and Brazil's Bolsa Família Program." *Comparative Politics, Ph.D. Program in Political Science of the City University of New York* 45.4 Ed. Kenneth Paul Erickson, Irving Leonard Markovitz. (2013).

⁶¹ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral.bolsa-familia-fechara-2010-com-12-8-milhoes-de-familias-atendidas,658387>, acesso em 24/11/2017.

⁶² Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/03/economia-brasileira-cresce-75-em-2010-mostra-ibge.html>, acessado em: 24/11/2017

flexível. A lei exige que os partidos políticos no Brasil tenham caráter nacional, para isso o partido deve comprovar o apoio de eleitores correspondente a meio por cento dos votos da última eleição geral. O apoio deve ser efetivado mediante assinaturas distribuídas em um terço, no mínimo, dos estados brasileiros. O Fundo Partidário também foi regulamentado por essa legislação, 5% do valor seria distribuído igualmente a todos os partidos que possuíam estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os outros 95% seriam distribuídos aos partidos de maneira proporcional ao número de votos adquiridos na última eleição para a Câmara dos Deputados.

Já a distribuição do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) só foi regulamentada no ano de 1997, pela lei que ficou conhecida como Lei das Eleições (nº 9.504/97). Segundo o artigo, 47, 10% do tempo do HGPE seriam distribuídos de maneira igualitária a todos os partidos e os 90% seriam distribuídos “proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerados, no caso de coligação para eleições majoritárias, o resultado da soma do número de representantes dos seis maiores partidos que a integrem e, nos casos de coligações para eleições proporcionais, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integrem”.

Além das regulamentações supracitadas, duas decisões do TSE e uma do Supremo Tribunal Federal (STF) são importantes para entender o contexto institucional que influenciou o surgimento do PSD. A primeira trata-se da Resolução-TSE nº 22.610, de 25.10.2007, que garantia que os mandatos pertenciam aos partidos. Logo, o político que migrasse de partido sem justa causa ficaria sujeito a perder o mandato. Segundo esta resolução, justa causa seria a incorporação ou fusão do partido, a mudança substancial ou o desvio reiterado do programa partidário vigente, a grave discriminação pessoal ou perseguição dentro do partido e, por último, o que mais importa no nosso caso, a criação de um novo partido.

A outra decisão do TSE que impactou bastante nos primeiros anos de vida do PSD ocorreu em junho de 2012 e considerava que o novo partido poderia participar da divisão de 95% do Fundo Partidário proporcionalmente ao tamanho de sua bancada na Câmara. O partido alegava ter direito a participar da distribuição dos 95% dos recursos do Fundo Partidário mesmo com seus deputados federais tendo sido eleitos em 2010 por outros partidos. Na ocasião, o PSD contava com 50 deputados federais titulares que tinham conseguido, juntos, mais de 4,6 milhões de votos nas eleições de 2010. Com a

decisão do TSE, o PSD, que recebia o percentual mínimo de pouco mais de R\$ 40 mil por mês, passaria a receber algo em torno de R\$ 1 milhão por mês.⁶³ Já em decisão do STF, ficou definido que os novos partidos, criados após a última eleição, teriam direito a participar da divisão de dois terços do HGPE⁶⁴, mesmo não tendo participado da eleição para deputados federais. As duas determinações citadas anteriormente foram fundamentais para garantir a força do PSD nas suas primeiras eleições em 2012. Tais determinações podem ser interpretadas como mais um incentivo para infidelidade partidária e para criação de novos partidos, tendo em vista que os parlamentares migrantes não perderiam o acesso a tais recursos.

Com os fatos acima expostos, podemos perceber que o PSD é um partido que tem sua origem interna ao parlamento e foi impulsionado pelas disputas internas no interior do DEM entre o grupo de Kassab e o grupo de Rodrigo Maia. Uma vez que Kassab e seus seguidores se viram derrotados pela facção rival, optaram por criar um novo partido que os proporcionasse monopólio da decisão interna, ao mesmo tempo em que permitisse que eles pudessem se reposicionar política e eleitoralmente. O período de estabilidade era favorável ao governo petista no nível nacional e seus indicadores demonstravam que seu período de hegemonia tendia a perdurar por mais alguns anos. Dessa forma, pode-se crer que uma das motivações dos políticos que lideraram esse movimento e dos que posteriormente os seguiram era o temor de permanecer mais tempo alienados do governo federal, ao mesmo tempo em que se viam enfraquecidos também no nível subnacional (BORGES, 2010). O arranjo institucional completou o quadro favorável para o surgimento do PSD. Portanto, o nascimento do PSD não se configura como um caso típico de partido que se origina de crises ou de pressões por transformações demandadas por grupos sociais, mas por estratégias arquitetadas pela elite política instituída que possuía o objetivo de aumentar seus recursos de poder e melhorar suas condições para competir dentro das “zonas de incerteza”.

Com o anúncio de um novo partido e com diversos parlamentares manifestando interesse em integrar esse novo partido, líderes das legendas que perderiam seus

⁶³ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2012/Junho/psd-tera-aumento-em-cota-do-fundo-partidario>, acessado em: 24/11/2017.

⁶⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/stf-decide-que-psd-pode-participar-do-horario-eleitoral-5350900>, acesso em: 18/03/2018.

membros para o PSD se movimentaram no sentido de frear sua criação, e até mesmo reaver os mandatos dos parlamentares que migrassem para a sigla recém criada. O Democratas (DEM), partido que mais perdeu parlamentares para o PSD, foi a legenda que mais se preocupou em barrar a criação e a migração para o partido recém criado. Primeiro o DEM denunciou o PSD por fraude na coleta das assinaturas necessárias para o registro do partido, alegando que alguns eleitores assinaram o documento de apoio à criação do PSD em troca de cestas básicas⁶⁵. Outra tentativa por parte do DEM e também do PPS foi reaver os mandatos de seus membros migrantes⁶⁶, com a alegação de que estes não teriam participado da criação do PSD e, portanto, não teriam direito a manter suas cadeiras no parlamento.

Podemos considerar que o PT também possui uma parcela de responsabilidade nas estratégias adotadas pelo PSD, pois, desde o governo Lula, o partido se mostrou bastante flexível quanto às suas alianças, formando coalizões muito heterogêneas que incluíam partidos da esquerda à direita. Durante o governo Dilma, essa estratégia perdurou devido à necessidade que o sistema impõe aos governantes de construir coalizões amplas e sólidas. Necessidade que, em contexto de alta fragmentação parlamentar, pode implicar na exigência de aumentar o número de partidos da coalizão, tornando-a mais heterogênea e difícil de administrar. Portanto, o movimento da criação do PSD e a aproximação com o governo Dilma não pode ser compreendido sem incluir a disposição do executivo federal em incorporar partidos e políticos das mais diversas origens e perfis ideológicos em sua coalizão.

Outro ponto relevante sobre as estratégias do PSD é como ele está sempre se ajustando ao cenário político. O caso de Gilberto Kassab é emblemático dentro do PSD para ilustrar esse tipo de comportamento. Para Kassab parece não ter custado muito voltar atrás, abandonar o governo e, mais adiante, se aliar aos atores políticos que patrocinaram a queda de Dilma⁶⁷. Compreendemos que os baixos custos para essa mudança de postura decorre do fato de o PSD adotar um discurso vago, de mínimo

⁶⁵ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/dem-denuncia-psd-por-fraudes-em-assinaturas/>, acesso em: 19/03/2018.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.correiodobrasil.com.br/disputa-para-tirar-mandatos-de-futuros-filiados-do-psd-deve-acabar-na-justica/>, acesso em: 19/03/2018.

⁶⁷ Kassab foi ministro no governo Dilma e após o impedimento da Presidente, atualmente é ministro do Governo Temer. Disponível em: <https://tecnoblog.net/195461/gilberto-kassab-ministro-ciencia-tecnologia-comunicacoes-quem/>, acesso em: 21/03/2018.

comprometimento com valores, princípios e políticas concretas, nos moldes do que Manin (1995) destaca quando aborda a democracia de público. Logo, quanto menos o partido/político se compromete em torno de promessas e plataformas específicas, mais independência eles têm em seus mandatos para se movimentarem estrategicamente.

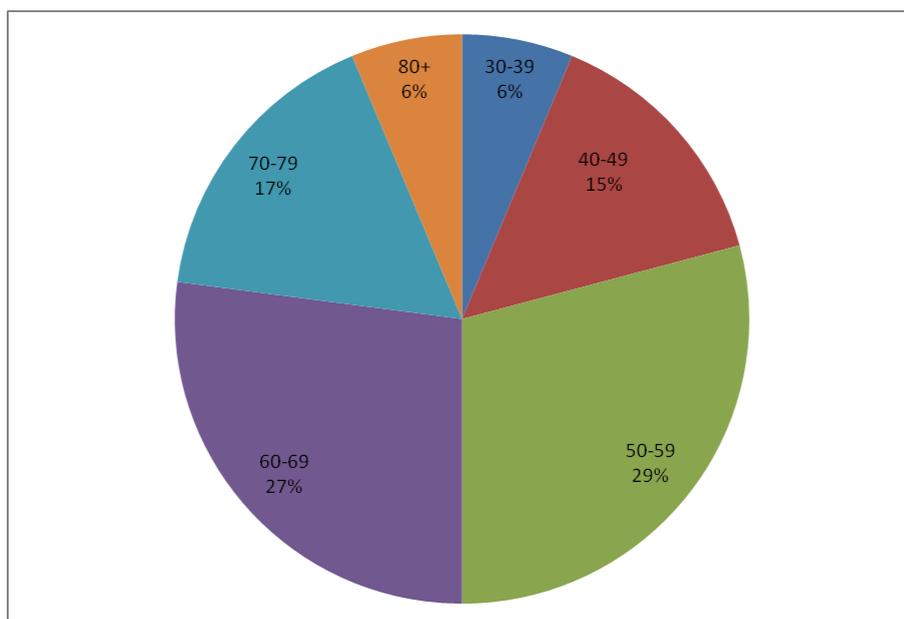
3.3 PERFIL E TRAJETÓRIA DOS “PRIMEIROS MEMBROS”

Esta seção tem como objetivo traçar o perfil dos primeiros membros do PSOL e do PSD. No caso do PSOL, considereirei como os primeiros membros os fundadores e os que migraram em um segundo momento após a criação do partido, totalizando 12 políticos. Já no caso do PSD considereirei os 50 deputados federais que foram eleitos para a 54ª legislatura (2011-2015). Estes foram eleitos e tomaram posse em 2011 quando eram filiados a diversos outros partidos, especialmente ao DEM.

A primeira variável aqui observada é o sexo. Enquanto entre os doze “primeiros membros” do PSOL quatro são mulheres (Heloisa Helena, Luciana Genro, Maninha e Brice Bragato), no PSD, dos 50 deputados que constituem o grupo que eu denominei de primeiros membros, há apenas duas mulheres.⁶⁸ Quanto à média de idade desses primeiros membros a diferença é pequena entre os dois partidos: a média de idade do PSOL é de 58,4 anos, enquanto do PSD é de 59 anos. O Gráfico 1 traz os dados relativos aos primeiros membros do PSD e o Gráfico 2 dos primeiros membros do PSOL, divididos por faixa etária.

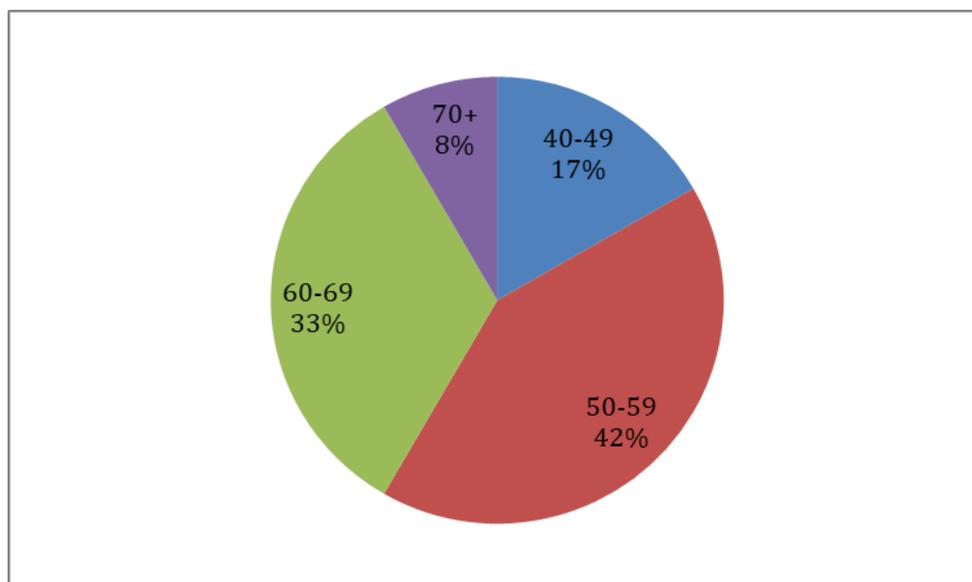
⁶⁸ A ex-senadora Kátia Abreu foi uma das primeiras pessoas a migrarem para o PSD, mas como incluí nesta análise apenas os deputados federais que compuseram a primeira bancada do PSD, ela não se encaixa no grupo dos “primeiros membros”.

Gráfico 1 - Faixa etária dos primeiros membros do PSD



Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do portal da Câmara dos Deputados.

Gráfico 2 - Faixa etária dos primeiros membros do PSOL

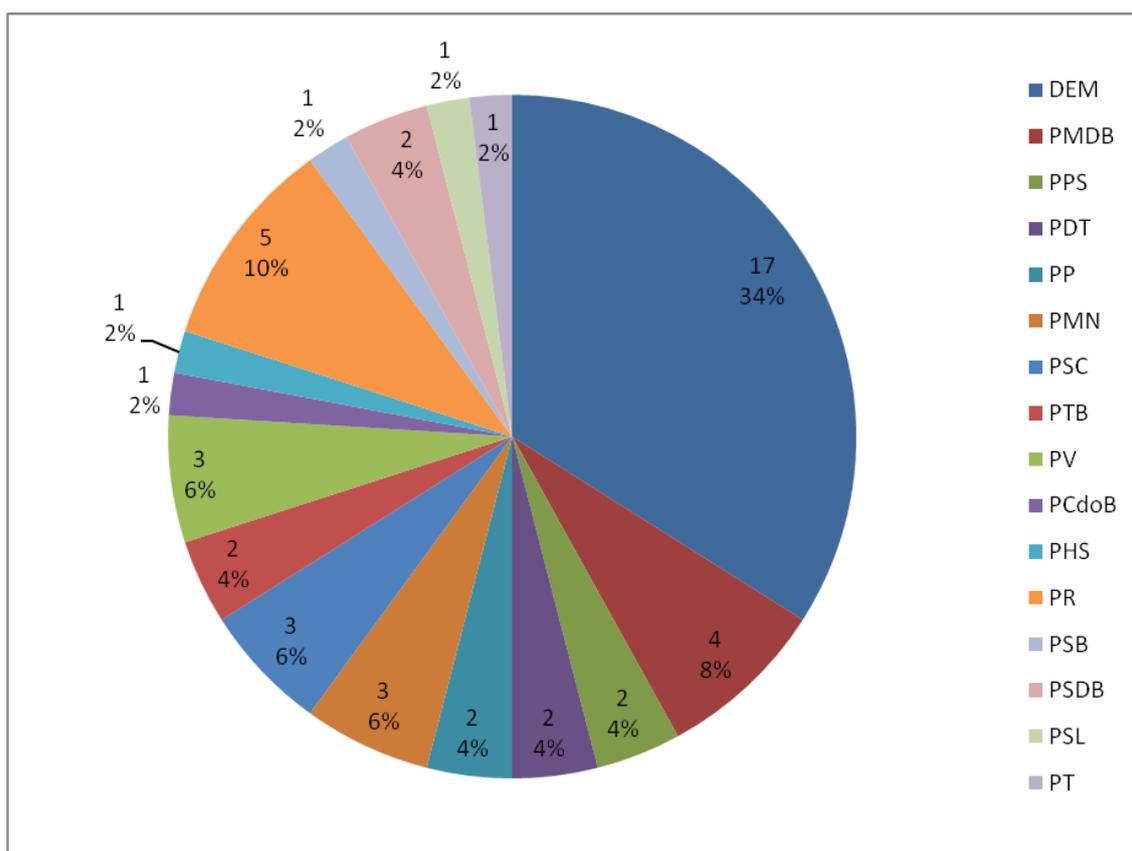


Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do portal da Câmara dos Deputados.

Quanto ao partido de origem destes primeiros membros, no caso do PSOL, todos eram filiados ao PT antes de migrarem. Já no caso do PSD, os primeiros membros são

oriundos de 16 partidos diferentes. O Gráfico 3 apresenta esses dados. Deve ser destacado que 34% dos primeiros membros do PSD pertenciam ao DEM, partido de oposição explícita ao governo Dilma Rousseff. O fato de que, entre esses partidos de origem, somente PT, PDT, PCdoB e PSB (totalizando 10% dos casos) são classificados pela literatura especializada como partidos de esquerda, também é uma característica interessante desse movimento de migração. Os demais migrantes eram provenientes de partidos que a literatura classifica como sendo de centro ou direita (CASTRO, NUNES e ANASTASIA, 2009). Tal característica pode colaborar com a hipótese elaborada por MELO (2000) de que as migrações tendem a se concentrar no interior dos campos ideológicos.

Gráfico 3 - Partido de origem dos primeiros membros do PSD

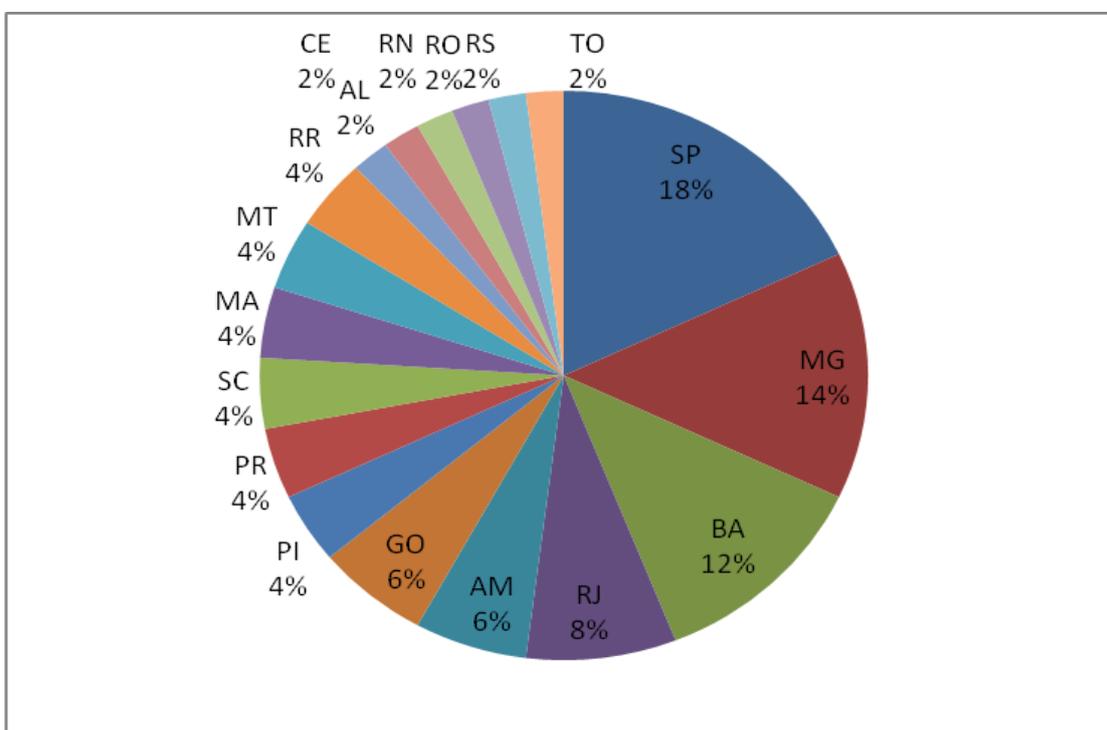


Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do portal da Câmara dos Deputados.

Os políticos que estão inseridos neste grupo de primeiros membros do PSD são de diferentes estados brasileiros e com presença em todas as regiões do país. Ao

observar o Gráfico 4, percebemos a presença de deputados provenientes de 18 estados, o que indica certa capilaridade do PSD desde seus primeiros momentos de existência. Na Tabela 1, estão indicados os estados de origem dos primeiros membros do PSOL: dois membros do estado de São Paulo e outros dez eleitos cada um em um estado diferente. Em termos regionais, o Sudeste é onde se concentra a maioria dos primeiros membros do PSD, somando 40%. Em segundo lugar, fica a região Nordeste, abrigando 26% dos primeiros membros do PSD.

Gráfico 4 - Estado de origem dos deputados federais que migraram para o PSD em 2011



Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do site da Câmara dos Deputados.

Tabela 1 - Estado de origem dos primeiros membros do PSOL

UF	Membros
DF	1
RJ	1
ES	1
SP	2
SE	1
CE	1
AL	1
RS	1
SC	1
PA	1
AP	1
Total	12

Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do site da Câmara dos Deputados.

A Tabela 2 apresenta dados relativos à experiência parlamentar dos primeiros membros do PSD. No ano em que migraram, 38% eram novatos na Câmara dos Deputados, 52% estavam entre o segundo e quarto mandato e apenas 10% possuíam cinco ou mais mandatos. Isso pode indicar um recrutamento feito pelos líderes do PSD junto a deputados federais com menos experiência na casa. Segundo Melo (2004), não há relação entre o número anterior de mandatos do parlamentar e a migração partidária.

Quanto ao PSOL, os primeiros membros considerados nesta análise não eram apenas deputados federais, mas também deputados estaduais, incluindo Heloísa Helena, a qual estava em seu segundo mandato como senadora. Entre os que eram deputados federais, somente Ivan Valente e Babá possuíam mais de um mandato na época da migração (três e dois mandatos, respectivamente).

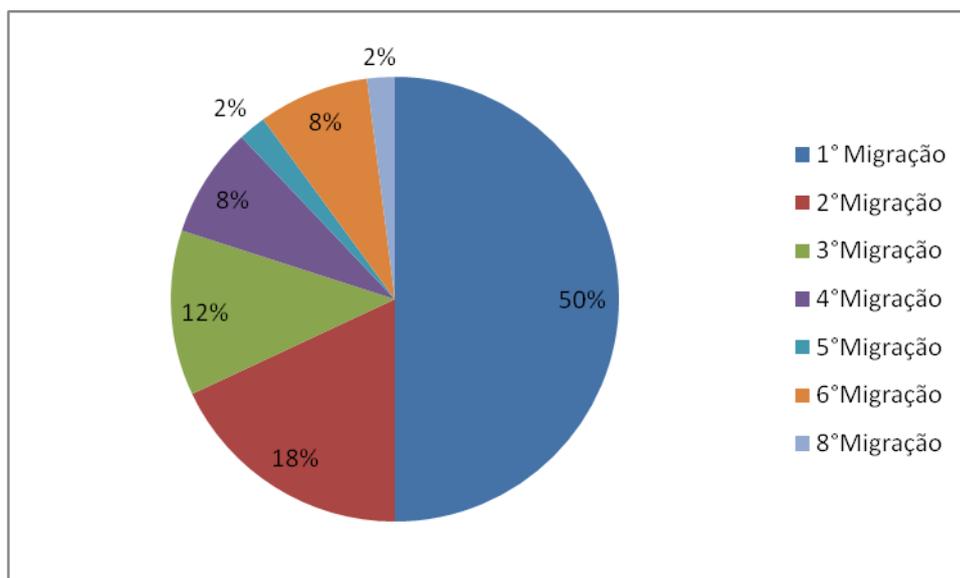
Tabela 2 - N° de mandatos como deputado federal dos primeiros membros do PSD

N° de mandatos	N° de parlamentares	%
1° mandato	19	38%
2° mandato	13	26%
3° mandato	7	14%
4° mandato	6	12%
5° mandato	2	4%
6° mandato	1	2%
7° mandato	1	2%
8° mandato	1	2%
Total	50	100,00%

Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do site da Câmara dos Deputados.

Outro traço interessante é o número de vezes que os primeiros membros do PSOL e do PSD já haviam mudado de partido anteriormente. Entre os primeiros membros do PSOL, apenas Chico Alencar já havia pertencido a outro partido diferente do PT, no caso, o MDB. Todos os demais foram filiados apenas ao PT antes de migrarem para o PSOL. Entretanto, no PSD, o número de migrações dos primeiros membros variou muito. O Gráfico 5 apresenta esses dados. Cabe destacar que 50% migraram pela primeira vez ao entrar para o PSD, o restante se divide entre a segunda e a oitava migração. Portanto, podemos considerar que a maioria desses deputados não era adepta de mudanças tão frequentes. Os dados mostram, do lado do PSOL, sólidos laços anteriores com um partido. Do lado do PSD, um terço já tinha mudado de partido duas vezes ou mais, o que pode indicar laços anteriores mais frágeis com seus respectivos partidos e maior disposição de migrar por motivos estratégicos.

Gráfico 5 - Migração para o PSD no total de mudanças de partido de seus primeiros membros



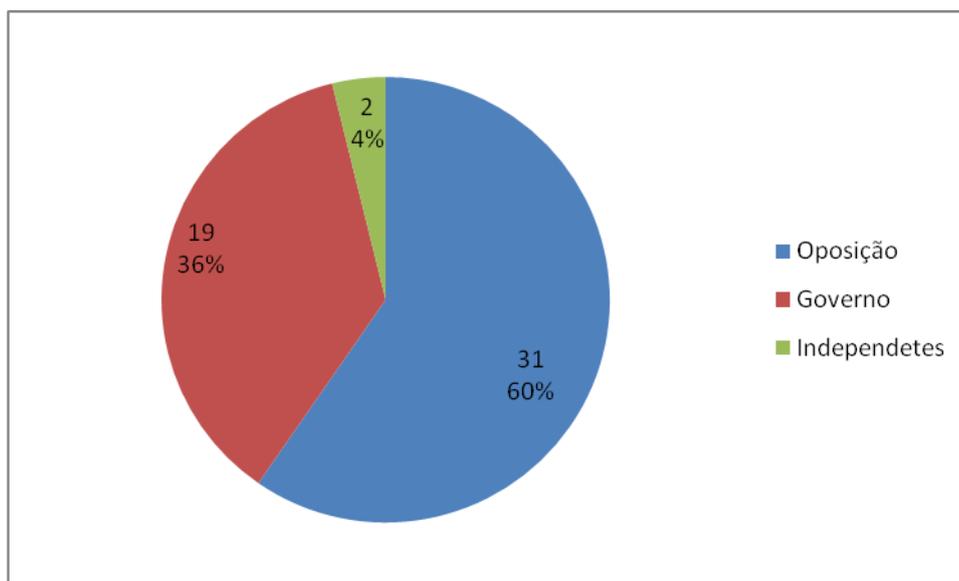
Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do site da Câmara dos Deputados.

O movimento no sentido oposição-governo, e vice-versa, também deve ser considerado, pois, como já afirmamos, se aproximar do governo federal significa se posicionar de forma mais vantajosa em diversos sentidos, inclusive, no que se refere ao acesso a recursos (MARTINS, 2015; MELO, 2007).⁶⁹ Para os primeiros membros do PSOL, esse movimento é muito claro, todos pertenciam ao PT, partido à frente da presidência, e migraram para oposição. Já o PSD, que nasceu com parlamentares oriundos de diversos partidos políticos o quadro, é mais complexo. O Gráfico 6 exhibe esses resultados para melhor esclarecimento. Ele mostra que 60% dos primeiros membros do PSD eram de partidos que não faziam parte do governo Dilma (DEM, PHS, PMN, PPS, PSDB, PSL, PTB e PV). Dois parlamentares podem ser considerados independentes no momento da migração, pois pertenciam ao PP, partido que só algum tempo depois passou a integrar a coalizão governista.⁷⁰

⁶⁹ Como critério para definir quem era de governo e oposição, nos valem do fato do partido possuir ou não cargos no ministério da presidente Dilma Rousseff. Segundo matéria do “congresso em foco”, os partidos são: PT, PMDB, PR, PDT, PCdoB, PP e PSB. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/manchetes-anteriores/conheca-dilma-e-seus-37-ministros/>, acesso em: 19/03/2018.

⁷⁰ Foi considerado como governo os partidos com membros no gabinete da Presidente Dilma Rousseff no momento de criação do PSD e a oposição foi considerada a partir do banco de dados do CEBRAP por cujo acesso somos gratos.

Gráfico 6 - Posição e relação ao governo dos primeiros membros do PSD



Fonte: Elaboração própria.

O último ponto relativo à trajetória dos primeiros membros que será abordado neste trabalho é em relação aos cargos ocupados por esses políticos na estrutura do partido e na Câmara dos Deputados, antes e depois da migração. Esse ponto é importante, pois é razoável considerar que cargos podem funcionar como atrativos ou moeda de troca para seduzir políticos a migrarem. Vários estudos sobre carreiras e trajetórias no Brasil (SAMUELS, 2000; LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003) destacam a atração exercida por cargos no Poder Executivo sobre membros do Legislativo, o que ajudaria a explicar a alta rotatividade na Câmara dos Deputados e os baixos níveis de profissionalização parlamentar. Isso ocorreria devido ao fato de que o arranjo institucional brasileiro concentra no ramo Executivo, em cargos eletivos ou não, mesmo nos níveis estaduais e municipais, autoridade e prerrogativas sobre decisões relativas a políticas públicas e à alocação de recursos financeiros. Neste sentido, os cargos no Executivo seriam mais decisivos para ampliar as chances eleitorais dos políticos. Neste trabalho, contudo, não foi possível incorporar essa informação que demandaria empregar mais tempo e outras estratégias de pesquisa.

Buscamos, portanto, verificar se houve ou não ascensão na carreira dos políticos migrantes considerando a ocupação de cargos no interior do novo partido ou na Câmara dos Deputados. Essa ascensão poderia ser um indício de que a busca por mais influência

e posições de liderança tenha sido uma das razões para explicar a migração. Uma matéria publicada pelo site Congresso em Foco em setembro de 2013 afirmava que parte dos esforços das lideranças dos recém-criados Solidariedade e Partido Republicano da Ordem Social (PROS) para filiar deputados federais envolvia a promessa de “um generoso rateio do dinheiro do Fundo Partidário, algo entre R\$ 3 e R\$ 3,80 por voto recebido pelos congressistas”. Um dos migrantes (deputado Ademir Camilo que, na ocasião, estava deixando o PSD para assumir o comando do Pros em Minas Gerais) se manifestou abertamente sobre a questão afirmando que “a minha proposta, e isso vai ser resolvido na quarta-feira, é que a direção nacional fique com 40% do fundo e que repasse 60% para as direções estaduais”.⁷¹ O evento, embora relativo a outros partidos, sugere que esta motivação – ampliar o acesso a posições de destaque e a recursos financeiros – pode estar presente na decisão de mudar de partido.

No caso do PSOL⁷², dos sete deputados federais, todos eram membros dos diretórios do PT, nacionais, regionais e estaduais, em muitos casos pertencendo a dois níveis ao mesmo tempo. Após a migração para o PSOL, apenas Chico Alencar foi membro do diretório nacional e Ivan Valente se tornou presidente nacional do PSOL, estando à frente do partido até dezembro de 2013. Na Câmara dos Deputados, Ivan Valente, Maninha, Babá e João Alfredo foram vice-líderes do PT. Depois que migraram para o PSOL, dos sete deputados federais apenas João Fontes não manteve cargo algum na estrutura da Câmara, os demais foram líderes e vice-líderes do PSOL. Neste caso, a ascensão na carreira deve ser vista mais como uma consequência natural do tamanho da bancada do que como algo que tenha funcionado como atrativo importante para a decisão em deixar o antigo partido e integrar o novo. Como foram poucos os primeiros membros à frente do novo partido, é natural que eles tenham provido os quadros de liderança no interior do partido e na Câmara dos Deputados.

No caso do PSD, dos 50 deputados federais analisados, 15 (30%) ocupavam cargos no antigo partido⁷³ ou na 54^o legislatura entre os anos de 2007 e 2010, enquanto 35 (70%) não ocupavam. As Tabelas 3 e 4 apresentam as informações. É interessante

⁷¹ Solidariedade e PROS foram os dois outros partidos criados na legislatura 2011-2014. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/nos-jornais-novos-partidos-prometem-verba-para-atrair-deputados/>. Acessado em 16/03/2018.

⁷² Só foi possível encontrar informações relativas a sete dos primeiros membros.

⁷³ Foi considerado somente o partido ao qual o parlamentar foi filiado antes de migrar para o PSD.

destacar que só 10% dos primeiros membros do PSD passaram a ocupar algum cargo na estrutura do partido e 68% não ocupavam cargos nos partidos anteriores e nem passaram a ocupar cargos no PSD. Esses dados indicam que, para muitos dos 50 deputados analisados, a estratégia utilizada para atrair novos membros não foi a oferta de cargos na estrutura partidária. Contudo, para os cargos dentro da Câmara dos Deputados⁷⁴, 66% passaram a ocupar cargos dentro da Câmara após a migração para o PSD e apenas 8% possuíam algum cargo na 54ª legislatura e deixaram de possuir. Aqui parece fazer mais sentido a idéia de que cargos no interior da Câmara Baixa possam estar entre os elementos utilizados como moeda para motivar esses parlamentares a migrarem.

Tabela 3 - Ocupação de cargos no partido antes e depois da migração para o PSD
N (%)

		Ocupou cargo no PSD logo após a migração		
		Sim	Não	TOTAL
Ocupava cargo no partido anterior	Sim	4 (8%)	11 (22%)	15 (30%)
	Não	1 (2%)	34 (68%)	35 (70%)
TOTAL		5 (10%)	45 (90%)	50 (100%)

Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do site da Câmara dos Deputados.

⁷⁴ Foram considerados cargos como: Membro da mesa diretora, presidente da comissão permanente, líder de bancada e vice-líder de bancada.

Tabela 4 - Ocupação de cargos na Câmara dos Deputados pelos primeiros membros do PSD antes e depois da migração N (%)

		Ocupou cargo na Câmara logo após a migração para o PSD		
		Sim	Não	TOTAL
Ocupava cargo na Câmara na legislatura 2007-2010	Sim	20 (40%)	4 (8%)	24 (48%)
	Não	13 (26%)	13 (26%)	26 (52%)
	TOTAL	33 (66%)	17 (34%)	50 (100%)

Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do site da Câmara dos Deputados.

Após observar os dados sobre o perfil e a trajetória dos primeiros membros, é possível perceber que o perfil típico dos parlamentares do recém criado PSD em 2011 se configura da seguinte maneira: homens, com a média de idade de 59 anos, mais da metade (52%) entre o segundo e o quarto mandato, com um número médio de migrações de aproximadamente 2,28. A maioria não ocupava cargo na estrutura do antigo partido e continuou não ocupando. Aproximadamente um quarto não ocupava cargo na Câmara dos Deputados enquanto estava no partido anterior e passou a ocupar no novo partido. As evidências são frágeis para sustentar que posições de liderança, seja no partido ou na Câmara, tenham sido fatores importantes para atrair os novos membros. Para compreender melhor o peso dessas variáveis seria importante agregar mais informação a partir de outras fontes de dados e empregar outras técnicas de análise.⁷⁵

Já os “primeiros membros” do PSOL apresentavam em 2005 o seguinte perfil: maioria de homens, com um terço de mulheres, média de idade de 58,4 anos (muito próxima da média do PSD), e 5 membros estavam no primeiro mandato como deputado federal. Entre seus 12 primeiros membros, apenas dois não estavam migrando pela primeira vez. Do total de 12 primeiros membros, os sete que eram deputados federais ocupavam algum cargo dentro da estrutura do partido e quatro na Câmara antes de

⁷⁵ Não foi possível encontrar para o caso do PSD reportagens e matérias na mídia que fizessem alguma referência à negociação em torno de cargos e recursos para atrair novos membros.

migrarem. Posteriormente à migração, apenas dois continuaram a ocupar algum cargo dentro do novo partido. Contudo, a partir daí, todos os que permaneceram como deputados federais, em algum momento, foram líderes ou vice-líderes do partido na Câmara dos Deputados.

3.4 DUVERGER E PANEBIANCO: ANALISANDO AS ORIGENS

Após descrever os processos que deram origem ao PSOL e ao PSD, bem como traçar o perfil dos seus primeiros membros, iremos utilizar dois modelos originários elaborados por Duverger (1980) e Panebianco (2005) a fim de compreender melhor tais processos. Antes de tudo, devemos ressaltar que os modelos propostos por esses autores foram elaborados a partir de contextos muito diferentes do brasileiro. Os partidos analisados por eles estão inseridos em um jogo político com regras que algumas vezes diferenciam-se das nossas, seja por pertencerem a uma época diferente ou a países diferentes. Contudo, julgamos de extrema importância seus modelos até os dias atuais e consideramos suas abordagens como ótimos esquemas para pensar os partidos e suas origens em diferentes contextos, sobretudo se considerarmos o caráter clássico de suas obras e a influência que exerceram sobre trabalhos posteriores.

Para Duverger (1980) as origens das legendas são importantes, pois elas balizam a dinâmica interna e a interação dos partidos com as regras que os circundam. Dessa forma, compreender a origem do partido é importante por ela determinar a ontologia partidária, à medida que condiciona o nível de concentração ou dispersão de poder no interior do partido e a diversidade de suas correntes internas, as quais, por sua vez, são importantes para compreendermos as disputas intrapartidárias, bem como a disposição de se afastar ou não do seu programa original ao longo da evolução da legenda. Ainda segundo o autor, não devemos perder de vista a demarcação ideológica do partido, pois esta pode influenciar tanto as características de sua origem, quanto seu desenvolvimento futuro. Portanto, devemos ter em mente a possibilidade de partidos de origem interna, à medida que são influenciados por determinada ideologia, apresentarem algumas características de partidos de origem externa, sobretudo se considerarmos o contexto

brasileiro que difere do contexto observado por Duverger ao elaborar sua teoria pioneira sobre partidos.

Já Panebianco (2005) justifica a importância do período embrionário das organizações partidárias a partir da preponderância do papel dos líderes, pois são eles os responsáveis por elaborar os objetivos e estratégias das legendas, à medida que formulam as bases sociais da organização⁷⁶. Com o intuito de estabelecer essas estratégias e transformar o partido em uma ferramenta para alcançar certos objetivos, os líderes da legenda devem definir quais os valores principais que irão orientar a organização do partido. Tais valores são denominados pelo autor (2005) de “identidade coletiva” do partido político e são importantes fatores na composição ideológica das agremiações.

Uma vez justificada a importância da gênese partidária para compreensão dos partidos, começaremos pelo modelo originário proposto por Duverger (1980). Segundo este autor, os partidos que possuem origem interna ao parlamento (Partidos de Quadros) tendem a ser *descentralizados*, pois os parlamentares que deram origem a esse tipo de legenda possuem bastante autonomia para agir e, dessa forma, influenciar a evolução da agremiação. Já os partidos que tem sua origem fora do parlamento (Partidos de Massas), tendem a subordinar o poder de seus parlamentares aos órgãos internos da organização partidária⁷⁷.

Como vimos anteriormente, a origem do PSOL está relacionada a parlamentares expulsos do PT, portanto, devemos considerá-lo como um partido de origem interna ao parlamento. Todavia, a propensão deste tipo de partido a ser descentralizado deve ser contestada neste caso específico. Ao considerarmos o estatuto⁷⁸ do PSOL fica clara a predominância das decisões do Congresso Nacional e das deliberações de suas instâncias internas, sobretudo as Convenções Nacionais e o Diretório Nacional, no processo de tomada de decisões.

⁷⁶ Panebianco (2005) nomeia essas bases sociais de “território de caça” e afirma que essas metas e estratégias estão sujeitas a alterações mediante a forma como os recursos partidários são disponibilizados.

⁷⁷ Definições mais precisas sobre as características distintivas entre Partidos de Quadros e Partidos de Massa já foram expostas em seções anteriores.

⁷⁸ O Primeiro de 2005 e o segundo e mais atual de 2010, que apresenta alterações aprovadas no II Congresso Nacional do PSOL realizado em agosto de 2009.

Art. 26 – Os órgãos do Partido devem respeito, em primeiro lugar, às resoluções do Congresso Nacional e às decisões das Convenções Nacionais e deliberações do Diretório Nacional, nessa ordem. § 1º Os órgãos do Partido terão autonomia para deliberar sobre as questões de política e tática do seu âmbito de intervenção, procurando o mais amplo debate prévio e a maior unidade na ação, sempre nos marcos da não contraposição ao Programa, ao Estatuto e das deliberações dos Congressos, das Convenções Partidárias e do Diretório Nacional. § 2º Não será exigida obediência a nenhuma deliberação do Diretório Nacional que se contraponha às resoluções do Congresso Nacional ou da Convenção Nacional, por serem estas duas as máximas instâncias de democracia partidárias, expressão da decisão soberana dos filiados. (ESTATUTO PSOL, 2010)⁷⁹.

Mesmo sabendo que o PSOL se organiza em torno de diferentes correntes internas (característica comum a diversos partidos de esquerda, sobretudo o PT), não devemos considerá-lo como uma agremiação que possui processo decisório de cunho descentralizado. Apesar da autonomia apresentada por suas tendências internas, suas ações políticas são subordinadas aos órgãos decisórios citados no artigo 26 de seu estatuto. Conclusão semelhante já havia sido apontada em outros estudos sobre o partido (OLIVEIRA, 2017).

A alta disciplina partidária é outra característica frequentemente atrelada aos partidos que possuem origem externa ao parlamento. Contudo, o PSOL, mais uma vez, a despeito de sua origem interna ao parlamento, possui essa característica. Em seu estatuto, o capítulo III dedica-se exclusivamente à disciplina e à fidelidade partidária:

Art. 12 – A disciplina partidária constitui uma das formas pela qual o Partido, enquanto assegura internamente a mais ampla democracia e direito à dissensão, preserva sua atuação com o máximo de unidade, respeitando as deliberações dos filiados, realizadas através dos Congressos e Convenções Nacionais, e dos órgãos do Partido, tais como o Diretório Nacional, Regional, Municipal e os Núcleos do Partido, sempre nos termos de seu programa e após a realização de amplos debates que garantam a expressão das diversas opiniões.

Art. 13 – Qualquer membro do Partido, independentemente do cargo que ocupe ou órgão ao qual pertença, que venha, por ação ou omissão, a descumprir o programa e Estatutos partidários, em seu todo ou separadamente, sofrerá as seguintes sanções: I – advertência; II – destituição de cargos políticos; III – afastamento por tempo determinado do Partido; IV expulsão do Partido. Parágrafo Único: As sanções acima previstas serão aplicadas conforme cada caso concreto pelo órgão ao qual o filiado estiver imediatamente subordinado, devendo ser aprovadas pela maioria dos membros efetivos do órgão, com exceção das sanções de expulsão, que somente poderão ser deliberadas e aplicadas pelo Congresso Nacional do Partido, ou pelo

⁷⁹ Disponível em: <http://www.psol50.org.br/partido/estatuto/>, acessado em: 21/12/2017.

Diretório Nacional, por deliberação de 2/3 de seus membros. (ESTATUTO PSOL, 2010)⁸⁰.

Um exemplo de que o PSOL é um partido que preza pela disciplina de seus membros e confirma que seus parlamentares possuem mandatos subordinados ao partido é o caso do Cabo Daciolo. Eleito pela primeira vez em 2014 para o cargo de deputado federal, ganhou notoriedade quando liderou a greve dos bombeiros no estado do Rio de Janeiro em 2011, comandando a invasão do quartel general da corporação e o acampamento nas escadarias da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). Após atuar de maneira contraditória a algumas diretrizes do partido⁸¹, Cabo Daciolo foi expulso do PSOL em maio de 2015. Com sua expulsão, a legenda diminuiu sua já enxuta bancada na Câmara dos Deputados, passando de cinco para quatro membros. Todavia, no mesmo ano, os deputados federais Glauber Braga (RJ) e a Luiza Erundina (PT) abandonaram o PSB e o PT, respectivamente, e se filiaram ao PSOL. Esse episódio ilustra a importância da disciplina partidária para o PSOL, mostrando que questões de ordem programática e ideológica podem prevalecer sobre os cálculos de ganhos e perdas materiais mais imediatas.

Contrariando a expectativa da teoria elaborada por Duverger (1980), o PSOL é um partido de origem intraparlamentar que apresenta algumas características de partidos que se originam fora do parlamento como, por exemplo, a centralidade decisória na cúpula que dirige a organização partidária e os mecanismos que tem como objetivo exigir de seus membros um alto nível de disciplina partidária. Possivelmente, uma das explicações para esse desencontro entre teoria e prática é o fato de o PSOL ter sido criado por ex-integrantes do PT e suas respectivas facções políticas. Acreditamos que os primeiros membros do PSOL trouxeram de seu antigo partido – este sim, formulado fora do parlamento – suas experiências organizativas e suas características decisórias centralizadoras, bem como sua exigência de alta disciplina partidária.

⁸⁰ Disponível em: <http://www.psol50.org.br/partido/estatuto/>, acessado em: 21/12/2017.

⁸¹ Para mais informações sobre as razões que levaram à expulsão, ver: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/apos-polemicas-psol-expulsa-deputado-cabo-daciolo-do-partido-5792.html>, acessado em: 21/12/2017.

O PSD compartilha com o PSOL o fato de ser um partido que se originou a partir de uma dinâmica interna ao jogo institucional, em um movimento capitaneado por indivíduos que já estavam inseridos na lógica política e parlamentar. Assim, o movimento de criação do PSD foi liderado por atores que já possuíam cargos eletivos, sem identificação enraizada em setores da sociedade civil. Uma diferença que deve ser destacada entre os dois partidos em questão é que o PSOL é resultado da expulsão de políticos de um partido, ao passo que o PSD nasce do interesse de políticos insatisfeitos com seu antigo partido que optaram por abandoná-lo em busca de melhor sorte.

Segundo o modelo originário proposto por Duverger (1980), como visto anteriormente, partidos de origem intraparlamentar tenderiam a ser descentralizados no que se refere às decisões internas, o que ocorreria em virtude da importância dos parlamentares na criação e na estrutura do partido. Todavia, ao observarmos o estatuto⁸² do PSD, percebemos a existência de mecanismos de controle e constrangimento por parte das lideranças que ocupam os cargos nas Executivas sobre o resto da organização partidária. No Art.21§3, afirma-se que “Para se evitar prejuízos, a Executiva Nacional poderá indicar as soluções que entender necessárias, em substituição à deliberação que for considerada contrária à orientação política nacional”. Contudo, como o partido não se posiciona claramente, é difícil saber qual é essa orientação política nacional.

Deve ser salientado que, apesar de o PSD já nascer com uma grande bancada na Câmara dos Deputados, os principais entusiastas da criação deste novo partido, Gilberto Kassab e Guilherme Afif Domingos, não eram parlamentares no momento (o primeiro era prefeito de São Paulo e o segundo vice-governador de São Paulo). Ambos estão até hoje na Executiva Nacional do partido. Kassab é o presidente licenciado do partido e atual ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do governo Michel Temer; já Afif Domingos, atual presidente do Sebrae Nacional, aparece atualmente como vogal⁸³.

⁸² Estatuto mais atual de dezembro de 2015.

⁸³ Vogal é a pessoa que tem voto em qualquer junta, júri ou assembléia. No artigo 68 do estatuto do PSD as funções que competem aos Vogais são: “desempenhar todas as atribuições que lhes forem delegadas” e “substituir e exercer, por indicação do presidente e até ulterior deliberação, os cargos de Secretário-Geral, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros.

Quanto à disciplina partidária, o estatuto do PSD também se posiciona no sentido de coibir ações que colidem com os interesses partidários, deixando responsável por punir essas questões o Presidente da Executiva Nacional:

Art.13- Nos casos considerados de alta gravidade, que atentem contra o quadro preceituado neste Estatuto, contra as deliberações da Direção Nacional e as condutas graves que atentem contra a ética, a urbanidade e o decoro poderão ensejar a aplicação sumária de qualquer medida disciplinar ao filiado e/ou ao órgão partidário por parte do Presidente Nacional do Partido ou pelo Relator por ele designado, *ad referendum* da Executiva Nacional. Parágrafo único – Independente da aplicação sumária de medidas disciplinares, a teor do que dispõe o *caput*, o Presidente da executiva Nacional poderá ainda adotar, liminarmente, soluções no campo político e/ou administrativo. (ESTATUTO PSD, 2018).⁸⁴

Se observarmos as notícias sobre as votações no plenário da Câmara dos Deputados, podemos perceber que os deputados federais do PSD não têm problemas em votar contra as orientações do partido. Na votação do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, o então líder do PSD na Câmara, Rogério Rosso (DF), anunciou que sua bancada votaria favoravelmente ao processo de impeachment. Dos 37 deputados federais que a legenda possuía na ocasião, 29 foram a favor e 8 se posicionaram contra a orientação do líder⁸⁵. Quando o assunto foi a rejeição da denúncia contra o presidente Michel Temer, segundo o líder da bancada na ocasião, Marcos Montes (MG), o PSD fechou a questão contra a denúncia e deixou claro que a bancada não pretendia punir parlamentares que não seguissem as orientações, ressaltando porém que essa seria uma decisão da executiva do partido⁸⁶. Na primeira votação, em agosto de 2017, 14 deputados votaram contrariamente à orientação do partido; na segunda, em outubro do mesmo ano, 18 contrariaram a orientação⁸⁷, mesmo com Gilberto Kassab, principal

⁸⁴Disponível em: <http://psd.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Estatuto-do-PSD-TSE.pdf>, acesso em: 24/04/2018

⁸⁵ Disponível em : <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/impeachment-de-dilma-saiba-como-votou-cada-um-dos-partidos-na-camara>, acessado em: 22/12/2017.

⁸⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/orientacao-de-5-dos-10-maiores-partidos-na-camara-e-pro-temer-a-de-2-contra.ghtml>, acessado em: 22/12/2017

⁸⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/veja-os-deputados-que-votaram-diferente-e-as-mudancas-de-voto-dos-partidos-nas-duas-denuncias-contra-temer.ghtml>, acessado em: 22/12/2017.

liderança do PSD, sendo atualmente ministro de Temer. Em todos esses casos nenhum deputado foi punido ou recebeu qualquer tipo de sanção.

A forma muito vaga e superficial como o PSD se apresentou publicamente em sua origem e continuou a fazê-lo desde então, evitando se posicionar no espectro ideológico, dá margens para uma série de manobras. Assim, garante ao partido flexibilidade para se aproximar do governo, em um primeiro momento, e passar para o outro lado, poucos anos depois. Por conseguinte, como falar em disciplina e em distanciamento dos valores e programas se não há uma orientação concreta? A ausência de contornos ideológicos e programáticos claros, no caso do PSD, aproxima o partido do que Kirchheimer (1966) chama de partido *catch all*. Outro fator que aproxima o PSD desta noção é a presença nele de diversos grupos de interesse que são integrados ao partido mediante um discurso eleitoral que visa atingir várias classes sociais.

Em suma, tanto PSOL quanto PSD são partidos de origem interna que, segundo seus estatutos, não apresentam estrutura organizativa e de decisões descentralizada, como a teoria elaborada por Duverger sugere. A diferença é que no estatuto do PSOL fica clara a hierarquia entre as decisões do Congresso Nacional, as decisões das Convenções Nacionais e as deliberações do Diretório Nacional, ao passo que no estatuto do PSD o poder gira todo em torno das decisões da Executiva Nacional do partido. Porém, os dois estatutos deixam claro que os parlamentares devem submeter suas decisões aos partidos.

Essa característica centralizadora dos partidos brasileiros em seus momentos de tomada de decisão e o fato de os estatutos partidários estarem recheados de formas de controle e constrangimento por parte das lideranças já havia sido destacada por Guarnieri (2009) e Ribeiro (2013). Os autores apontam o alto grau de centralização decisória das Executivas como um impeditivo de ações que porventura possam contrariar as diretrizes das organizações partidárias.

Quanto à disciplina partidária, ambos os estatutos prevêm constrangimentos para políticos indisciplinados. Foi possível encontrar na mídia casos em que políticos de ambos os partidos solicitavam sanções em resposta à atuação divergente das diretrizes partidárias. Os parlamentares do PSD que votaram contra as orientações do partido nos casos de interesse do governo federal, como exposto assim, não sofrerem nenhum tipo

de sanção. Em situações mais pontuais foi possível encontrar punições para políticos infiéis⁸⁸.

O segundo modelo originário aqui utilizado para compreender melhor a fundação dos partidos em questão é o proposto por Panebianco (2005). Deste modelo originário, iremos considerar três variáveis. A primeira delas diz respeito à forma como a organização teve início e como sua construção foi se desenvolvendo. Assim, Panebianco (2005) destaca três caminhos distintos que a construção da organização pode adotar: o primeiro deles seria a *difusão territorial*, que ocorre quando as elites locais formam grupos partidários que futuramente são incorporados a uma organização de âmbito nacional; o segundo caminho, nomeado pelo autor de *Penetração Territorial*⁸⁹, ocorre quando um centro é o responsável pelo estímulo que culmina no desenvolvimento de associações inseridas na organização nacional; a terceira maneira de desenvolvimento das organizações ocorreria de forma *Mista*, à medida que aglutinaria características das duas primeiras formas.

A criação do PSOL não ocorreu mediante integração de associações partidárias locais. Quando os parlamentares “rebeldes” foram expulsos do PT, eles começaram a elaborar uma legenda nacional que fosse pautada em valores socialistas e, à medida que outros parlamentares e militantes (maioria também proveniente do PT) engrossavam as fileiras deste novo partido, sua base ia se consolidando. Essa característica nacional de sua formação recebe grande destaque na narrativa contada pelo partido sobre sua história: “Sem alternativa política à esquerda que pudesse abrigar os lutadores pelo socialismo, estes parlamentares iniciaram um movimento nacional pela fundação de um novo partido, de esquerda, socialista e democrático.”⁹⁰

Nesse sentido, a organização do PSOL é inserida no conceito de *Penetração Territorial*, pois um centro suficientemente coeso – composto por políticos expulsos de

⁸⁸ Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonilva/expulsao/psd-anuncia-expulsao-do-deputado-estadual-gony-arruda/> e http://www.rdnews.com.br/legislativo/por-infidelidade-partidaria-emanuel-pede-a-expulsao-de-toninho-no-psd/53058?fb_comment_id=239125382945483_648759#f2523acf1cba9c, acessados em: 22/03/2018.

⁸⁹ Panebianco (2005) considera que para que uma legenda se desenvolva mediante Penetração Territorial é necessário um centro de poder coeso que seja o alicerce de uma primeira “coalizão dominante” na organização partidária.

⁹⁰ Citação presente no site do PSOL, na seção responsável por descrever a história do partido. Disponível em: <http://www.psol50.org.br/partido/historia/>. Acessado em: 06/01/2018.

diferentes tendências do PT – foi o responsável por promover a integração de outras associações políticas ao partido. Apesar de o PSOL ser constituído por grupos distintos, fator que poderia indicar um partido que se organizou a partir de *Dispersão Territorial*⁹¹, defendemos que a expulsão de membros “rebeldes” e seus esforços posteriores para criação de uma nova legenda, foram muito mais importantes para o desenvolvimento do PSOL do que a união de grupos distintos. Os grupos que compõem o PSOL em sua origem já se relacionavam anteriormente no PT, que por sua vez é um partido nacionalmente institucionalizado há algumas décadas.

Outra variável importante segundo Panebianco (2005) é o “patrocínio” que, nesse caso, não tem ligação com patrocínio financeiro apenas, mas refere-se ao amparo que um partido possui de determinada organização como, por exemplo, igreja, organização sindical e órgãos econômicos. Notamos que a gênese do PSOL não está baseada em nenhuma organização deste tipo, até mesmo a presença marcante de diversos movimentos sociais não pode ser considerada como “patrocínio”, pois a atuação de nenhuma dessas correntes se configurou como a pedra fundamental para que o PSOL pudesse se erigir. Inclusive, devemos salientar que a grande variedade de movimentos que compõe o PSOL impossibilita que o partido seja leal a apenas um grupo externo à legenda. Logo, consideramos que a acirrada competição interna entre as facções que compõe a agremiação se torna um impeditivo para que o PSOL se torne uma manifestação partidária de uma dessas correntes ou movimentos.

Por fim, a última variável proposta por Panebianco (2005) é a presença ou não de um líder carismático que define as metas ideológicas e possua certa identificação entre sua imagem pessoal e a imagem do partido. À medida que o carisma pessoal desse líder empresta e confere autoridade e legitimidade ao partido, este se torna um instrumento das idéias de seu criador.⁹²

Como já destacado em outro estudo (OLIVEIRA, 2017), a gênese do PSOL não possui relação com um caso típico de carisma, pois a legenda não se apresenta como a representação política de um líder individual isolado ou como veículo que visa

⁹¹ Panebianco (2005) destaca que a aglutinação de organizações nacionais pré-existentes pode ser uma característica das agremiações que se desenvolvem a partir de *Dispersão Territorial*.

⁹² Exemplos de partidos que possuem lideranças carismáticas são: o Partido Nacional Socialista Alemão, o Partido Gaullista (Rassemblement du Peuple Français - RPF) e o Forza Italia comandado por Silvio Berlusconi.

expressar seus interesses. Os “rebeldes” expulsos do PT que deram início ao PSOL eram políticos que possuíam bagagem eleitoral e vínculos com correntes militantes. Por isso, alguns políticos desempenharam papel de destaque como o já falecido Plínio de Arruda, Heloísa Helena e Luciana Genro. Podemos considerar que o PSOL não é uma legenda que se orienta exclusivamente por lideranças carismáticas, sobretudo se destacarmos a importância de membros como Ivan Valente e Chico Alencar que pertencem ao segundo grupo de ex-petistas que migraram para o PSOL.

O modelo originário proposto por Panebianco (2005) também é essencial para compreender o processo de criação do PSD, pois, como vimos, ele descreve dois processos distintos de “nascimento” partidário, mediante penetração ou difusão territorial. No entanto, os movimentos orientados pela dicotomia penetração/difusão territorial não são excludentes, como podemos perceber na gênese do PSD.

Mesmo sabendo que o esforço inicial para criação do PSD veio da insatisfação de Kassab e de seu grupo político dentro do DEM, entendemos que o PSD é uma legenda que compreende, em sua formação, tanto componentes nacionais como elementos típicos da lógica estadual. Guilherme Afif Domingos foi o responsável por elaborar o programa partidário da nova sigla, e em sua fala para Folha de São Paulo fica clara a importância dos estados brasileiros: “Nós vamos crescer com as nossas alianças. As pessoas podem esperar do PSD um grande arco de aliados, nas diversas regiões do país”⁹³. Outro elemento que corrobora com este caráter *misto* da formação do PSD é a importância dos governadores no impulso organizativo inicial do partido, bem como sua consolidação nas primeiras eleições municipais. Como Gerardi e Krause (2014) demonstram, a legenda assume mais prefeituras nos estados em que o governador ou seu vice são filiados ao PSD. Assim, como a maioria das organizações partidárias brasileiras (PERES, GUARNIERI & RICCI, 2012), a legenda surge a partir de um centro, e nos estados da federação sua apropriação se dá conforme as dinâmicas locais.

Em relação à segunda variável, “patrocínio”, vemos que o PSD é uma agremiação que surge a partir de um impulso organizativo inerente ao jogo político, sobretudo se considerarmos que o partido é organizado por políticos que possuíam mandato. Desta forma, não há organizações externas que possam ter “patrocinado” a criação do partido nos moldes que Panebianco (2005) sugere (como ocorreu, por

⁹³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2909201118.htm>. Acessado em: 08/01/17

exemplo, com outro partido recém-criado no Brasil, o Solidariedade [SD], que foi “patrocinado” pela Força Sindical⁹⁴). No caso do PSD, a relevância dos políticos com mandatos se deu por estes possuírem recursos políticos importantes como o acesso a algumas Secretarias da Prefeitura de São Paulo e do Governo Estadual de Santa Catarina. Tais secretarias foram utilizadas para colher as assinaturas necessárias para o registro do partido junto ao TSE, demonstrando o quanto possuir acesso a espaços de poder pode ser determinante para o surgimento de um novo partido e o quanto o PSD é oriundo de estruturas políticas já consolidadas (KRAUSE & GERARDI, 2012).

A última variável adotada por Panebianco (2005) diz respeito ao “carisma”. É preciso destacar que um partido que se baseia essencialmente em uma figura carismática não é a mesma coisa que uma agremiação que possui uma figura carismática entre suas lideranças. O “carisma” ressaltado por Panebianco (2005) tem ligação com uma figura política capaz de conferir legitimidade ao partido e promovê-lo à medida que sua imagem fica cada vez mais atrelada à legenda. O principal fundador do PSD, Gilberto Kassab, possuía atuação política bem menos relevante antes da criação de sua legenda, sobretudo se compararmos ao destaque que ele possui no cenário atual, proporcionado em grande medida pela nova legenda.

Kassab foi Secretário de Planejamento enquanto Celso Pitta era prefeito da cidade de São Paulo, foi eleito Deputado Federal em duas ocasiões antes de ser eleito vice-prefeito da capital paulista em 2004, compondo a chapa de José Serra, que mais tarde renunciaria ao cargo para se candidatar ao governo do estado. Com a renúncia de Serra, Kassab assume a prefeitura e em 2008 é eleito para mais quatro anos no comando da maior cidade do Brasil. Já em 2010, Kassab apoiou a candidatura de Serra à presidência, e durante este mesmo ano começou a articular a criação do PSD. Em 2011, o PSD consegue seu registro junto ao TSE e, nas eleições de 2014, Kassab lança sua candidatura ao Senado enquanto era Presidente do partido⁹⁵ e é derrotado pelo seu antigo aliado José Serra. Apesar de já possuir certa bagagem política, Gilberto Kassab garante seu acesso ao “núcleo de poder” no âmbito nacional durante o Governo Dilma. Impulsionado pela bancada do PSD, que “já nasce grande”, como vimos na seção

⁹⁴ Organização sindical brasileira criada em 1991. Atualmente seu presidente é o Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, também conhecido como Paulinho da Força.

⁹⁵ Atualmente ocupa o cargo de presidente licenciado do PSD.

anterior, Kassab assumi o Ministério das Cidades no Governo Dilma e, posteriormente, no Governo Temer, se mantém como Ministro, mas desta vez ocupando a pasta da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Observando, mesmo que brevemente, a carreira política de Gilberto Kassab, é perceptível que com a criação do PSD novas oportunidades de acesso ao poder no nível nacional foram abertas. Liderar a criação de um novo partido proporcionou à Kassab acesso ao poder em nível nacional, seja no Governo Dilma ou no governo de Michel Temer. Logo, não podemos considerar que Kassab “emprestou” seu carisma ao partido que ele lidera a fim de conferir legitimidade à legenda, mas o que ocorreu foi o contrário: foi a presença de um novo partido político no interior do qual ele pôde exercer papel de liderança e se movimentar com mais liberdade no espectro político-ideológico que abriu as portas para que ele aumentasse sua visibilidade nacional.

Graças ao modelo originário proposto por Panebianco (2005), podemos perceber que o PSOL é um partido que se difundiu pelo Brasil mediante *penetração territorial*, uma vez que parlamentares ex-petistas formaram um núcleo e, a partir dele, o partido começou a alcançar visibilidade pelo resto do território. Já o PSD possui em sua origem e posterior difusão características tanto de *penetração* quanto de *difusão territorial*, podendo assim ser classificado como *misto*, tendo em vista que tanto a ação de um grupo central quanto a integração de grupos políticos de cunho local foram fundamentais para que a legenda atingisse o patamar atual.

Quanto ao “patrocínio”, não foi possível observar sua presença nas duas legendas aqui observadas. A multiplicidade de movimentos que engrossam as fileiras do PSOL não permite identificar movimentos que patrocinaram a criação do partido. Também não podemos afirmar que o PSOL possua compromisso com um movimento específico em detrimento de outros. Já o PSD nasce de um movimento de reposicionamento no interior do jogo político-partidário. Portanto, em sua gênese, não está presente nenhum grupo ou associação que estivesse organicamente comprometido com seu nascimento e sua posterior manutenção no cenário político.

O “carisma” é a terceira e última variável utilizada por Panebianco (2005) e, quanto a ela, vimos que nenhum dos dois partidos possui características que confirmasse a presença de um líder carismático que tivesse o poder de conferir legitimidade ao partido. Apesar da relevância de figuras como Heloísa Helena (PSOL) e Gilberto Kassab (PSD) para o surgimento desses partidos, nenhum desses atores

apresenta algum tipo de liderança carismática que fosse capaz de legitimar a legenda. Assim, nenhum dos dois partidos em questão possui um líder que defina suas metas, sua ideologia e suas bases sociais, não se estabelecendo uma identificação entre sua imagem pessoal e a imagem do partido. Heloisa Helena já não é mais filiada ao PSOL e Kassab alcançou status de político influente no nível nacional apenas após a criação do PSD, possivelmente como desdobramento dos espaços que se abriram com a criação dessa nova agremiação.

3.5 O QUE ESSES PARTIDOS POSSUEM DE NOVIDADE?

Uma vez abordada a gênese desses novos partidos à luz dos modelos originários elaborados por Duverger e Panebianco, direcionaremos, agora, nossos esforços para compreender o que esses casos apresentam de novidade. Ou, ao inverso, o quanto as duas legendas já estavam inseridas no sistema.

Com certa frequência, as elites já incluídas no jogo político necessitam se reordenar, visando se adequar a determinada conjuntura de competição política (KRAUSE et al., 2016). Mediante um cálculo estratégico, elas se apresentam sob a configuração de uma nova legenda, sendo comum a existência de partidos que são oriundos de cisões ou fusões de legendas já existentes (LOPÉZ, 2005). Logo, essas novas agremiações não necessariamente representam novas demandas ou interesses de grupos sociais anteriormente excluídos (HARMEL & ROBERTSON, 1985), como sugerem LaPalombara e Weiner (1966).

Segundo Barnea e Rahat (2010), as organizações partidárias são adaptáveis, modificando-se e renovando-se para se adequarem melhor às constantes transformações que ocorrem na realidade social, cultural e política. Tais mutações sofridas pelos partidos ocorrem de forma variada, mas são fundamentais para que uma legenda permaneça no jogo político. Perante esse cenário de constante atualização dos partidos políticos, os autores destacam a importância de uma análise que seja capaz de nos fazer distinguir agremiações que trazem novos elementos para a esfera política de seus pares, o que simplesmente se intitulam como “novo”.

Barnea e Rahat (2010) alegam que a determinação do que possa se constituir enquanto um novo partido extrapola o limite da semântica, influenciando as interpretações sobre o sistema partidário e a relação entre partido político e eleitor. Portanto, além de diferenciar uma organização partidária nova de uma antiga, elucidar melhor o próprio conceito de “novo” é fundamental para compreender o fenômeno dos novos partidos.

Não há consenso sobre o fenômeno dos novos partidos na Ciência Política. Alguns autores adotam uma postura mais flexível para classificar as novas legendas, outros são mais rígidos quanto a essa definição. Em suma, enquanto alguns cientistas políticos consideram uma singela mudança de sigla como suficiente para que uma legenda seja classificada como nova, outros autores afirmam que rupturas e fusões partidárias são continuação dos partidos antigos (BARNEA; RAHAT, 2010). Devido a essa discrepância, observa-se um hiato conceitual que pode se tornar um obstáculo para que o diálogo e a pesquisa sobre o tema sejam aprofundados, dificultando o progresso da análise empírica sobre os partidos e fenômenos relacionados. Por conseguinte, Barnea e Rahat (2010) empenham-se na definição do que constitui um novo partido, como mensurar seu grau de *newness*⁹⁶ e como distinguir legendas novas, seminovas ou antigas. No que se refere à *newness*, devemos destacar que os atores não operam esse conceito de forma dicotômica, mas sim mediante um gradualismo. O objetivo não é afirmar se determinada organização partidária é portadora de novidade ou não, mas qual o grau de novidade que essa organização partidária apresenta.

Seguindo o modelo proposto por Katz e Mair (1993), os autores concebem que a organização partidária possui três faces: partido no eleitorado, partido como organização e partido no governo, e propõem oito critérios que são agrupados nessas três faces: nomenclatura da legenda, ideologia, eleitorado, *status* formal/legal, instituições internas do partido, militantes, representantes e programa.

A primeira face do partido, “o partido no eleitorado”, é composta por três critérios de mensuração de novidade. O primeiro deles é a nomenclatura do partido, que permite três possibilidades: a primeira possibilidade seria uma nomenclatura completamente nova, a segunda seria uma nomenclatura com traços de um partido antigo e a terceira possibilidade envolveria a manutenção do nome de um partido antigo.

⁹⁶ *Newness* pode ser traduzido de forma literal como *novidade*.

Quanto ao segundo critério, a ideologia, uma legenda é considerada como nova na medida em que ela incorpora valores e interesses não defendidos anteriormente e promove novas questões ou questões que eram consideradas secundárias. No que concerne ao eleitorado, interessa saber em que medida o partido se constitui a partir de novos eleitores associados a um novo partido ou se são eleitores que migraram da antiga legenda para a nova (BARNEA; RAHAT, 2010).

Na segunda face dos partidos políticos, “os partidos como organização”, também há três critérios para medir o grau de novidade. O primeiro seria o status formal/legal da agremiação, que se configura enquanto uma variável dicotômica e direta, e define o partido como novo baseado na data de quando a legenda foi regularizada. O segundo está relacionado às instituições internas, que podem ser construídas inteiramente do zero, reconstruídas a partir de velhas instituições de partidos antigos ou a legenda pode utilizar a mesma base institucional de um partido antigo. O terceiro e último critério da segunda face dos partidos políticos são seus militantes; quanto maior a quantidade de militantes registrados que não migraram de um antigo partido, maior o grau de novidade (BARNEA; RAHAT, 2010).

Para finalizar este modelo, temos a terceira face dos partidos políticos: o partido no governo, que, por sua vez, é composto por apenas dois critérios. O primeiro deles diz respeito aos representantes da legenda, estes podem ser *insiders*, *outsiders* ou a legenda pode apresentar um grupo misto de representantes. Quanto mais os representantes estão inseridos no sistema menor o grau de novidade do partido. O último critério é o do programa do partido. Apesar dos autores admitirem as dificuldades de compreender as variações de um programa novo para um programa antigo, eles avaliam essa variável em relação à presença de temas já encontrados totalmente, parcialmente ou de nenhuma forma nos programas defendidos por partidos mais antigos (BARNEA; RAHAT, 2010).

Desta forma, o nível de novidade deve ser compreendido de maneira relativa, pois uma nova legenda pode defender ideologias antigas e uma agremiação antiga pode inserir em sua pauta novas demandas. Apesar de sua complexidade e limitação, os autores consideram esse modelo como uma ferramenta extremamente útil para auxiliar as pesquisas sobre novos partidos, pois além de nos ajudar a mensurar o quanto uma legenda apresenta de novidade, ela nos possibilita comparar o grau de novidade de diversos partidos.

Quadro 2- Indicadores do modelo para mensurar novidade (Barnea e Rahat, 2010)

Face do partido	Critério	Definição operacional
Partido no eleitorado	Nomenclatura da legenda	Nomenclatura totalmente nova
		Nomenclatura com traços de um partido antigo
		Nomenclatura antiga
	Ideologia	Bandeiras não contempladas por partidos existentes
		Bandeiras parcialmente contempladas
		Bandeiras já contempladas por partidos existentes
	Eleitorado	Eleitorado próprio
		Mistura entre eleitorado específico e eleitorado migrante de outras legendas
		Eleitorado totalmente oriundo de outro partido
Partido como organização	Status legal/formal	Registro reconhecido legalmente como novo
		Em processo de reconhecimento/registro
		Registro não reconhecido legalmente como novo
	Instituições internas	Instituições e procedimentos internos novos
		Instituições e procedimentos internos parcialmente novos
		Antigas instituições e procedimentos internos
	Militantes	Militantes específicos
		Militantes próprios e militantes oriundos de outros partidos (misto)
		Antigo grupo de militantes
Partido no Governo	Representantes	Maioria de candidatos outsiders
		Mistura entre insiders e outsider
		Maioria de candidatos e parlamentares <i>insiders</i>
	Programa	Programa novo, não contemplado por outras legendas
		Programa parcialmente contemplado por legendas já existentes
		Programa contemplado por legendas existentes

Fonte: Elaboração própria a partir de Barnea e Rahat (2010).

3.5.1 Operacionalizando o modelo

Para compreender de forma mais detalhada os processos e características do PSOL e do PSD, utilizaremos a proposta de Barnea e Rahat (2010) para mensurar o grau de novidade das duas legendas para posterior comparação. É importante destacar que nossa pretensão aqui não é definir, de forma absoluta, se um partido é novo ou não, sobretudo se considerarmos que a ferramenta aqui utilizada não possui caráter dicotômico.

Para mobilizar de forma mais satisfatória o modelo proposto por Barnea e Rahat (2010), assumiremos três possibilidades para cada indicador, de modo que cada possibilidade seja equivalente a um partido novo, um partido misto ou um partido antigo. Dessa forma, elaboramos um índice para classificar o nível de novidade do PSOL e do PSD, no qual atribuiremos 2 para características de uma partido novo, 1 para atributos de um partido novo com alguns elementos de partidos antigos e 0 para questões em que os partidos não inovam em nada. Com isso, o índice poderá variar de 0 para um partido que não apresenta nenhuma novidade a 16 para um partido que apresenta novidade em todos os aspectos do modelo.

3.5.1.1 Partido no eleitorado

Nomenclatura do partido

Partindo da perspectiva interna do partido, podemos classificar o nome da agremiação organizada por Kassab como uma legenda que possui traços de um partido antigo. Apesar do criador do PSD dizer que sua sigla foi escolhida pelo fato de seu partido ser desenvolvimentista, assim como o antigo PSD de Juscelino Kubitschek⁹⁷,

⁹⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/891692-kassab-lanca-psd-e-faz-ato-em-sp-para-coletar-assinaturas.shtml>, acessado em: 12/01/2018.

não encontramos nenhuma ligação entre os dois partidos. Ao analisar notícias e manifestações públicas de seus líderes no período em que o partido foi forjado, não foi possível observar, na maioria dos casos, menções sobre a relação de proximidade entre as legendas.

Contudo, é inevitável fazermos comparações entre o atual PSD de Gilberto Kassab e o antigo PSD que surge na década de 1940. Ao fazer esse exercício, conseguimos observar algumas características semelhantes. O antigo PSD foi fundado em 1945 pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas, sendo considerado um partido de cunho oligárquico. Durante a primeira experiência democrática brasileira (1945-1964) o PSD constantemente se aliou ao PTB e raramente se viu alienado do poder central. Também ficou conhecido pela importância de suas lideranças regionais, o que conferia ao partido um caráter mais regional do que nacional⁹⁸. Assim como o PSD antigo, o novo PSD também foi fundado por atores já integrados ao Estado sem laços e vínculos fortes e orgânicos com a sociedade civil, o que permitia que as particularidades locais fossem respeitadas e que o partido tivesse flexibilidade para realizar alianças.

Já o PSOL é uma legenda que possui nomenclatura completamente nova, sem fazer menção a nenhum outro partido já existente, referindo-se a seus ideais de socialismo e liberdade, temas caros ao partido.

Ideologia

O PSOL nasce com posições ideológicas bem definidas ficando claro em seu estatuto o esforço do partido em se posicionar à esquerda do espectro político. Ao analisar as propostas de lei nos dois primeiros biênios da 53^o (2007-2008) e 55^o (2015-2016) legislaturas, Oliveira (2017) nos mostra que os parlamentares do PSOL, ao formular suas propostas, priorizam categorias ideológicas típicas da esquerda como, por exemplo, expansão do Welfare State, da educação pública e a regulamentação do mercado. As bandeiras levantadas pelo PSOL, em sua maioria, não diferem muito das levantadas por outros partidos de esquerda, mas há algumas pautas bem características no discurso de seus membros, como os direitos humanos e causas LGBT, questões defendidas com bastante afinco por seus quadros, o que não se vê com a mesma frequência e ênfase em outros partidos. Portanto, classificamos o PSOL quanto à sua

⁹⁸Cf. Lucia HIPÓLITO. Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ideologia como um partido que possui bandeiras parcialmente contempladas por partidos existentes.

Comparando com o contexto de surgimento de partidos de esquerda como o PCB (década de 1920) e a dissidência que gerou o PCdoB (1958), mais tarde o PDT (1979) e o próprio PT (1980), notamos que os vínculos mantidos por essas legendas com os sindicatos e movimentos de trabalhadores ajudam a entender a existência, nesses partidos, de uma ênfase muito maior na clivagem e no conflito capital-trabalho do que nas chamadas pautas pós-materiais, identitárias e/ou nos chamados direitos coletivos. O PSOL surge em um contexto diferente – duas décadas após a promulgação da Constituição – quando uma série de novas bandeiras relacionadas aos direitos de minorias – negros, mulheres, indígenas, quilombolas, gays, lésbicas, travestis, bissexuais, transsexuais, etc. – haviam conquistado maior espaço na agenda pública brasileira como resultado do retorno à democracia, de processos eleitorais ininterruptos, da expansão do mercado político, do fortalecimento do associativismo (ainda muito frágil, por certo), e da maior inclusão política e social de novos atores e, com eles, suas demandas, problemas e reivindicações. Desde o início, o partido mostrou alinhamento com essas bandeiras e uma disposição constante para incorporá-las e articulá-las em seu programa.

No PSD, Kassab afirma que seu partido é defensor de um projeto que seja positivo para o Brasil, reforçando que seu partido não é de centro, esquerda ou direita. Quanto às diretrizes do partido, não há muita novidade em relação aos demais partidos do cenário brasileiro. Ele basicamente levanta bandeiras que já são bastante defendidas, como liberdade de imprensa e de expressão, defesa do meio ambiente e condenação da corrupção, o que fica evidenciado em seu estatuto. Portanto, devemos classificá-lo como um partido que defende bandeiras que já são contempladas por agremiações mais antigas.

Eleitorado

Devido ao fato de a maioria dos políticos que integram o PSD serem ex-membros do DEM, podemos sugerir que boa parte de seus votos migraram deste partido. Todavia, mesmo considerando que o eleitorado do PSD é um misto entre eleitores oriundos de diversos partidos mais antigos, sobretudo o DEM, e um eleitorado específico, deve-se destacar que esse indicador é um desafio para ser utilizado na

realidade brasileira. Isso ocorre devido à tendência ao personalismo no comportamento do eleitor brasileiro, tão destacada na literatura, resultado, em parte, do sistema eleitoral de lista aberta que incentiva o cultivo da reputação pessoal em detrimento da partidária, e da fragilidade dos laços entre partidos e eleitores no Brasil. Por isso, é mais razoável supor que os parlamentares do PSD simplesmente levaram consigo os votos dados a eles pessoalmente, não sendo possível falar em transferência de votos de um partido para o outro. Esse traço do sistema eleitoral brasileiro coloca um limite para a aplicação desse critério na análise do grau de novidade do PSD. É pouco provável que os primeiros membros do PSD tenham sido punidos por terem deixado seus partidos. Do total dos 50 primeiros membros do partido, 28 se reelegeram em 2014, sendo que quatro por outras legendas (PROS, DEM e PP duas vezes). Dos sete membros que vieram de partidos de esquerda que, em geral, mantém vínculos mais orgânicos com eleitores e militantes, apenas três se reelegeram deputados federais em 2014. Dos outros quatro, três saíram derrotados das eleições que disputaram em 2012 e 2014, mas não é possível afirmar de forma inequívoca o peso que a mudança de partido teve no resultado.

No caso do PSOL, é possível afirmar que os primeiros membros, ao serem expulsos do PT, levaram com eles boa parte do eleitorado que apoiava suas respectivas facções dentro do antigo partido. Mas, também, um eleitorado específico se ligou ao PSOL, sobretudo se considerarmos as bandeiras levantadas por esta legenda que não eram tão salientes no interior do PT, como as que se referem à causa LGBT, fortemente atrelada ao deputado federal Jean Wyllys, que se filiou ao PSOL em 2009 sem ter nunca pertencido a outro partido anteriormente.

Apesar da migração partidária apresentar-se como uma prática muito difundida na democracia brasileira e de ser fomentada por muitos incentivos institucionais e políticos, não é verdade que se trata de uma estratégia inteiramente livre de riscos e custos. Para políticos pertencentes a partidos com fortes vínculos orgânicos com movimentos sociais e com maiores índices de identificação partidária, pode ser uma estratégia arriscada. O papel da militância partidária tende a ser mais importante em partidos com esse perfil, especialmente os de esquerda. Essa militância, formada por um público muito atento, possui maior capacidade de punir um político que se distancie, sem justificativa, das orientações do partido ao qual esteve historicamente associado. Também é importante lembrar que somente uma minoria de deputados federais no Brasil se elege exclusivamente com os votos dados à sua pessoa. A grande maioria

elege-se com votos dados ao partido e à coligação. Políticos com longo histórico de filiação a um partido, especialmente no campo da esquerda, tendem a cultivar mais a reputação partidária; estão mais propensos, portanto, a serem punidos nas urnas pela migração, a não ser que sejam capazes de persuadir os eleitores da razoabilidade da decisão⁹⁹.

Do total dos 12 primeiros membros do PSOL, três se reelegeram para a Câmara dos Deputados (Chico Alencar, RJ; Ivan Valente, SP; Luciana Genro, RS) e apenas um para o legislativo estadual (Carlos Gianazzi, SP) em 2006. Já na eleição municipal de 2008, a ex-senadora Heloisa Helena se torna a vereadora mais votada de Maceió (AL). Concluimos que, nesse caso, talvez seja possível falar de transferência de votos de eleitores insatisfeitos com o PT e que buscavam uma alternativa à esquerda. Contudo, uma conclusão mais segura depende do emprego de outras estratégias e técnicas de pesquisa.

3.5.1.2 Partido como organização

Status legal/formal

Apesar de possuir o mesmo nome de um partido que vigorou do fim do Estado Novo até o começo do Regime Militar de 1964, o PSD é considerado legalmente como um partido novo, pois seu registro foi deferido pelo TSE em setembro de 2011. Fundado em 2004 e tendo seu registro definitivo pela Justiça Eleitoral em 2005, o PSOL também é um partido que legalmente pode ser considerado como novo.

Instituições internas

A despeito de a Constituição Federal de 1988 garantir aos partidos políticos liberdade para inovar em suas instâncias participativas e organizativas, a estrutura das instituições e procedimentos internos do PSD podem ser consideradas como antigas. Ao

⁹⁹ Um exemplo da necessidade de se justificar com o eleitorado sobre a decisão de mudar de partido pode ser encontrado na página do deputado Chico Alencar. Com o título de “Mudar de enxada para continuar o plantio” o deputado carioca explica as razões pelas quais optou pela migração. Disponível em: <http://www.chicoalencar.com.br/chico2004/chamadas/enxada29092005.htm>, acesso em: 21/03/2018.

analisar seu estatuto, observamos a manutenção das estruturas utilizadas por uma série de outros partidos como, por exemplo, as comissões executivas e provisórias, e também convenções, diretórios, conselhos de ética e fiscal, procuradoria jurídica e órgãos para ação política.

O PSOL também pode ser considerado um partido que possui instituições internas antigas, sobretudo se considerarmos que boa parte de sua organização é reflexo da sua vinculação com o PT como, por exemplo, suas numerosas correntes internas e a estrutura em torno de convenções e diretórios nacionais, estaduais e municipais.

Para aprofundar a análise desse indicador, seria necessário buscar outros sinais de novidade em procedimentos inovadores de tomada de decisão, de mobilização popular e de recrutamento de candidatos, dentre outros. Outra alternativa seria investigar procedimentos que não são inteiramente inovadores, mas são pouco usuais no sistema político e partidário brasileiro, como a prática de realização de prévias para escolha de candidatos (pelos menos para os cargos de maior expressão). Alas internas voltadas para a mobilização de grupos específicos e subrepresentados na arena política como negros e mulheres também poderiam ser sinais de novidade, em alguma medida. Esta tarefa, contudo, extrapolou o tempo e os recursos disponíveis para a realização desta pesquisa.

Militantes

Quanto a este critério encontramos dificuldades semelhantes de mensuração. Nossa hipótese seria a de que, no caso do PSOL, há uma mescla de militantes próprios, novos, e de militantes do partido a que pertenciam anteriormente os primeiros membros, no caso, o PT. As pesquisas de opinião com eleitores seriam uma estratégia interessante para mensurar em que medida ocorreu ou não transferência de parte da militância. Os dados sobre identificação partidária ajudam pouco a compreender essa questão, pois, em geral, os eleitores brasileiros possuem pouca identificação no eleitorado. A exceção é o PT que, no auge da crise do partido no ano de 2018, ainda exibia 19% de identificação, segundo pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Instituto Ibope. Na mesma pesquisa, o PSOL aparece com 2% de identificação, sua melhor marca, sendo que nos anos anteriores não passava de 1%.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/03/13/pt-e-o-partido-preferido-dos-brasileiros-seguido-por-mdb-e-psdb-diz-ibope.htm>, acesso em: 02/04/2018.

No caso do PSD, é ainda mais difícil aplicar este critério devido à dificuldade de operar com a categoria “militante” para se referir aos eleitores e apoiadores do partido.¹⁰¹ Isso decorre da ausência de contornos ideológicos e programáticos claros do PSD, uma estratégia intencional do partido desde a sua fundação, como já assinalado. A comparação entre os índices de identificação partidária do DEM, de onde veio a maior parte dos primeiros membros, e do PSD ajudaria pouco, neste quesito, porque ambos os partidos apresentam números muito baixos (1%).

3.5.1.3 Partido no governo

Representantes

Podemos considerar o quadro de representantes do PSOL e do PSD como sendo formado, em sua maioria, de candidatos e parlamentares *insiders*. Como já abordamos anteriormente, ambos os partidos tiveram sua origem no interior do parlamento.

Programa

O programa do PSD não apresenta nenhum grande diferencial em relação aos outros partidos. Sua postura de negação a ideologias o coloca em uma situação de defender todos os tipos de interesses e compreende as mais variadas camadas da população, defendendo tanto a iniciativa quanto a propriedade privada, bem como políticas sociais endereçadas aos mais necessitados. Logo, consideramos que o programa do PSD já é contemplado, em grande medida, por organizações partidárias já existentes.

Já o PSOL, apesar de possuir um programa que contempla questões comuns aos antigos partidos de esquerda (defesa dos direitos trabalhistas, previdenciários e do serviço público), possui alguns traços mais específicos, como, por exemplo, sua luta contra agendas conservadoras que possam ameaçar minorias como as mulheres, negros,

¹⁰¹ Uma busca no google por “militantes do PSD” retorna 514.000 resultados. Todos os resultados nas duas primeiras páginas referem-se, contudo, ao Partido Social Democrata português.

indígenas e toda a comunidade LGBT. Portanto, podemos considerar seu programa como parcialmente contemplado por legendas já existentes.

3.5.1.4 Modelo operacionalizado

O Quadro 3 apresenta uma síntese da classificação do PSOL e do PSD em relação a seu nível de novidade com base no modelo de Barnea e Rahat (2010). Insistimos que a utilização dessa referência é um exercício apenas exploratório que pode nos auxiliar a avaliar a própria validade do modelo na análise de casos concretos no sistema partidário brasileiro contemporâneo.

Quadro 3 - Classificação do PSOL e do PSD segundo o modelo de Barnea e Rahat (2010)

Face do partido	Critério	PSOL	PSD
Partido no eleitorado	Nomenclatura da legenda	Nomenclatura totalmente nova	Nomenclatura com traços de um partido antigo
	Ideologia	Bandeiras parcialmente contempladas	Bandeiras já contempladas por partidos existentes
	Eleitorado	Mistura entre eleitorado específico e eleitorado migrante de outras legendas	Eleitorado oriundo de outro partido
Partido como organização	Status legal/formal	Reconhecido legalmente como novo	Reconhecido legalmente como novo
	Instituições internas	Antigas instituições e procedimentos internos	Antigas instituições e procedimentos internos
	Militantes	Militantes próprios e militantes oriundos de outros partidos (misto)	Antigo grupo de militantes
Partido no governo	Representantes	Maioria de candidatos e parlamentares <i>insiders</i>	Maioria de candidatos e parlamentares <i>insiders</i>
	Programa	Programa parcialmente contemplado por legendas já existentes	Programa contemplado por legendas existentes

Fonte: Elaboração própria.

Com base no quadro acima, podemos perceber que, ao utilizar o modelo de novidade proposto por Barnea e Rahat (2010), o PSOL traz mais novidade para o quadro partidário brasileiro do que o PSD. Considerando o índice que varia de 0 a 16, o PSOL computa 8 pontos e o PSD apenas 3.

3.6 CONCLUSÃO

Ao longo deste capítulo, analisamos o contexto político no qual PSOL e PSD surgiram e o perfil dos primeiros membros de ambos os partidos. Operacionalizamos dois modelos originários elaborados por Duverger (1980) e Panebianco (2005) para interpretar a criação destas duas legendas e, por fim, aplicamos o modelo proposto por Barnea e Rahat (2010) aos casos em questão, visando aferir o nível de novidade que o PSOL e o PSD apresentam no cenário político brasileiro.

Para compreender o contexto de criação de PSOL e PSD foi imprescindível retomar um pouco da trajetória das organizações partidárias de onde vieram a maior parte de seus primeiros membros. No caso da origem do PSOL, destacamos dois elementos centrais que motivaram as tensões que culminaram na ruptura de políticos engajados em sua criação com sua antiga legenda, o PT. Tais elementos são a disputa por poder interno e a acusação de que o PT havia alterado suas diretrizes ideológicas ao longo de sua história, sobretudo no início dos anos 2000. Esses conflitos tiveram como consequência, em um primeiro momento, a expulsão de políticos que adotaram posições contrárias à orientação do Partido dos Trabalhadores sobre a votação parlamentar que possuía como tema a reforma da previdência. Estes políticos expulsos foram os responsáveis por consolidar o que viria ser a nova legenda e, posteriormente, receberam outros colegas de seu antigo partido, que também se viram insatisfeitos com o PT e migraram de forma espontânea para o partido recém-criado.

Se as raízes do PSOL remontam ao PT, as raízes do PSD nos levam até o DEM. Mesmo se considerarmos que muitos membros do PSD vieram de partidos diferentes, foi do DEM que seus principais líderes, como Kassab e Afif Domingos, vieram, bem

como a maioria dos parlamentares que compuseram a primeira bancada do PSD. O partido Democratas, nomeado de PFL até 2007, tem suas origens ainda no período em que o Brasil era governado pelos militares, pois muitos de seus membros iniciaram suas carreiras políticas na extinta ARENA e, posteriormente, no seu sucessor, o PDS. Este, em 1985, após a dissidência de alguns membros, abriria espaço para o surgimento do Partido da Frente Liberal (PFL). Da sua fundação até o ano de 2002, o PFL sempre esteve na coalizão governista. Contudo, com a eleição de Lula para o executivo nacional, o partido se viu pela primeira vez alijado do bloco político que governaria o Brasil, encontrando sérias dificuldades de se sustentar enquanto oposição. Em 2007, com a renovação das lideranças do partido e a alteração do seu nome (passando de PFL para DEM), algumas divergências internas se acirraram, dando margem para o grupo liderado por Kassab abandonar o partido em busca de melhor sorte no jogo político.

Quanto ao perfil dos primeiros membros, podemos notar algumas diferenças e outras semelhanças. Entre as semelhanças se destacam o fato de a maioria ser homem e ter média de idade próxima dos 60 anos.¹⁰² Entre as diferenças, o que mais chamou atenção é o fato de os primeiros membros do PSD migrarem mais do que os do PSOL e possuíram mais mandatos como deputados federais.

Ao considerarmos as abordagens de Duverger (1980) e Panebianco (2005) sobre as origens do PSOL e PSD, podemos compreender que apesar de ambos terem suas origens internas ao parlamento, não são agremiações descentralizadas como Duverger (1980) sugere. Graças ao modelo originário proposto por Panebianco (2005) podemos perceber que o PSOL é um partido que se difunde mediante penetração territorial, ou seja, um centro que se dissipa para o resto do território. Diferentemente, o PSD apresenta características tanto de penetração territorial quanto de difusão, podendo ser considerado como um partido misto no que diz respeito à forma como se deu seu desenvolvimento pelo território brasileiro. Quanto ao patrocínio de alguma instituição ou a presença de algum líder carismático que fosse capaz de conferir legitimidade às legendas recém-criadas, vimos que nem o PSD nem o PSOL exibem tais características em sua constituição.

¹⁰² Como podemos ver em matéria do Congresso em Foco, homens com aproximadamente 60 anos são a maioria no Congresso e é razoável deduzir que são a maioria nos partidos brasileiros, mas para tal afirmação se faz necessário maior aprofundamento no tema. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/a-face-e-os-numeros-do-novo-congresso/>, acesso em: 30/03/2018

Por fim, a última abordagem desenvolvida neste capítulo foi sobre o grau de novidade que o PSOL e o PSD apresentaram ao sistema político brasileiro a partir de sua fundação. Para essa análise, utilizamos o modelo proposto por Barnea e Rahat (2010) e, a partir dele, elaboramos um índice para mensurar qual das duas legendas em questão apresentou mais novidades em relação à outra. Após avaliar os oito indicadores apresentados pelos autores em uma escala de 0 a 16, notamos que o PSOL apresenta mais novidades que o PSD com 8 pontos na escala contra apenas 3, respectivamente.

No próximo capítulo, os partidos passarão a ser nossa unidade de análise. Abordaremos questões referentes ao seu desempenho na arena eleitoral e seu desenvolvimento e organização.

CAPÍTULO 4 - UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO ELEITORAL E DAS CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS DE PSOL E PSD

Nesta seção, temos o objetivo de analisar e comparar o desempenho eleitoral do PSOL e do PSD. Acreditamos que esta análise nos auxiliará na compreensão do desenvolvimento dos partidos e na forma como variáveis internas e organizacionais se articulam com suas estratégias na arena eleitoral.

Tanto para Duverger (1980) quanto para Panebianco (2005), a origem do partido é responsável por moldar suas características, que posteriormente terão impacto na sua forma de desenvolvimento. Apesar de não se pronunciarem explicitamente sobre como as características originárias podem afetar seu desempenho eleitoral futuro, os autores deixam claro que tais características afetam seu desenvolvimento, que acabam por afetar suas estratégias. Essas estratégias, por sua vez, têm grande impacto sobre a forma como os partidos jogam o jogo eleitoral e são extremamente relevantes para seu sucesso nas eleições.

Iremos analisar o desempenho dos partidos nas eleições de 2006 (primeira eleição disputada pelo PSOL), 2008, 2010, 2012 (primeira eleição disputada pelo PSD), 2014 e 2016. Tanto a análise quanto a comparação do desempenho eleitoral de ambos os partidos no recorte referido serão orientados por questões como a quantidade de candidatos, de votos, de eleitos e as estratégias nas coligações. Para além destes indicadores, também nos interessa discutir tendências e particularidades dos partidos em questão nas eleições abordadas. Desta forma, conseguiremos mensurar o quanto PSOL e o PSD melhoraram ou pioraram seu desempenho em cada pleito e quais atores foram mais relevantes nas votações, comparando os dados por eleições (municipais e gerais) e entre os partidos. A análise do PSD começa apenas quando focarmos na eleição de 2012, na primeira eleição que disputou.

Outro ponto merecedor de destaque nesta seção é o financiamento das campanhas. A prática generalizada do caixa dois no país (recursos não contabilizados e não declarados à Justiça eleitoral) faz da utilização dos dados oficiais uma estratégia frágil para apreender o impacto do dinheiro sobre o desempenho de candidatos e partidos (MANCUSO, 2015). Na dificuldade de acessar informações sobre o caixa dois,

a alternativa é considerar os recursos contabilizados. Alguns estudos mostram que o dinheiro tem um papel crucial no resultado das eleições. Lemos, Marcelino e Pederiva (2010), analisando o financiamento nas eleições de 2002 e 2006, chegaram à conclusão de que “o dinheiro importa para as campanhas: os eleitos gastam, em média, cinco vezes mais do que os não-eleitos”.

Em relação a esse aspecto, vemos que o PSOL é bem mais restritivo do que o PSD. O artigo 71 do estatuto do partido afirma que:

Não serão aceitas contribuições e doações financeiras provindas, direta ou indiretamente, de empresas multinacionais, de empreiteiras e de bancos ou instituições financeiras nacionais e/ou estrangeiros, sempre no marco das vedações contempladas pelo art. 31 da Lei 9096/95. (ESTATUTO PSOL, 2010)

Nosso objetivo será verificar se essas restrições se aplicam na prática. Em caso positivo, é razoável esperar que elas apresentem impactos sobre o desempenho dos candidatos do PSOL, colocando-os bem atrás dos candidatos do PSD.

Além disso, sabemos que o PSD já nasce com uma numerosa bancada no Congresso, ao passo que o PSOL possui poucos congressistas ao longo de sua história, o que pode afetar o desempenho dos partidos nos pleitos, haja vista que, quanto maior a bancada, mais tempo de Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), maior a fatia do Fundo Partidário e maior a capacidade de atrair o apoio de lideranças locais.

A análise do desempenho dos partidos por estado e região também nos permitirá verificar em que medida o desenvolvimento posterior do PSOL e do PSD ficou marcado pela origem dos partidos (considerando a origem dos membros que possuíam mandatos quando de sua criação) e em que medida eles foram capazes de se lançar para outros espaços e regiões.

Para a exposição dos dados adotamos a seguinte estratégia: analisamos o desempenho de cada um dos partidos separadamente com foco em uma comparação longitudinal no sentido de identificar tendências no tempo. Em seguida comparamos os partidos entre si, destacando semelhanças e diferenças entre eles.

Além do desempenho eleitoral, também podemos mensurar o sucesso de um partido observando dados sobre indentificação partidária. Contudo, no Brasil, os níveis de identificação entre eleitores e partidos são muito baixos, com exceção do PT que em

2017 contava com a preferência de 18% dos brasileiros segundo Datafolha, os demais partidos apresentam índices muito baixos, como o PSOL com apenas 1% e o PSD e o DEM com 0%. Portanto, para o presente trabalho, levaremos em consideração apenas o desempenho eleitoral para mensurar o sucesso dos partidos em questão.

4.1 ELEIÇÕES GERAIS

4.1.1 PSOL nas eleições de 2006, 2010, 2014

Dois anos após sua fundação e um ano após obter seu registro eleitoral, o PSOL disputa suas primeiras eleições em 2006. No referido ano, estavam em disputa os cargos de Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais. Incluindo todos os cargos elegíveis, o PSOL lançou quinhentos e trinta e nove (539) candidatos (307 deputados estaduais, dos quais 20 eram distritais, 190 deputados federais, 17 senadores, 24 governadores e 1 presidente) mas conseguiu eleger apenas seis, três Deputados Federais – Ivan Valente (SP), Luciana Genro (RS) e Chico Alencar (RJ) – e três Deputados Estaduais – Carlos Gianazzi (SP), Raul Marcelo (SP) e Marcelo Freixo (RJ). Todos ex-membros do PT e apenas Marcelo Freixo (RJ) havia conseguido um cargo eletivo pela primeira vez em 2006. Ivan Valente (SP), Luciana Genro (RS) e Chico Alencar (RJ) já possuíam mandatos de deputados federais pelo PT e em 2006 foram reeleitos, desta vez pelo PSOL. Carlos Gianazzi (SP) e Raul Marcelo (SP) foram vereadores em São Paulo e Sorocaba, respectivamente, pelo PT. Em 2006 se tornaram deputados estaduais pela primeira vez, lançando suas candidaturas pelo PSOL.

Por ser a primeira eleição do PSOL, podemos considerar sua importância na estruturação nacional da legenda, pois, além de disputar cargos eletivos, o pleito de 2006 foi importante para aumentar a visibilidade do partido no âmbito nacional e

indicar alguns traços relevantes de seu posicionamento político como, por exemplo, a oposição ao governo federal encabeçado pelo PT e sua primeira estratégia de alianças políticas.

No que se refere às estratégias de alianças políticas, em 2006 o PSOL integrou uma coligação chamada de “Frente de Esquerda”, composta também por PSTU e PCB. Esta coligação, formada unicamente por partidos que são considerados de esquerda, esteve presente na maioria das unidades federativas além das eleições presidenciais e demonstra bem a disposição do PSOL de unir suas forças com partidos que não se distanciam muito ideologicamente. Devemos destacar que o padrão de coligações adotado pelo PSOL é muito semelhante ao adotado pelo PT, em seus primeiros anos de existência. O Partido dos Trabalhadores privilegiava alianças com partidos que fossem considerados de esquerda, quadro bastante diferente do que ocorre desde que esta legenda assumiu o Governo Federal em 2003.

Graças à sua criação a partir de uma ruptura com outro partido, é razoável imaginar que os primeiros candidatos do PSOL e, conseqüentemente, os primeiros eleitos, foram ex-membros do PT. Esta expectativa é confirmada, pois entre os seis candidatos eleitos, todos são ex-petistas e apenas Marcelo Freixo nunca havia sido eleito para nenhum cargo pela antiga legenda. Entre os candidatos do PSOL eleitos para a Câmara dos Deputados, a Deputada Federal Luciana Genro foi a que recebeu a maior votação nominal: com um total de 185.071, foi a quarta deputada mais bem votada no Rio Grande do Sul. Já Marcelo Freixo foi o Deputado Estadual eleito com menos votos para a Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. Futuramente, ele teria um importante papel nas eleições municipais do Rio, obtendo boa quantidade de votos na eleição para prefeito, mas ficando em segundo lugar, como veremos ao longo desta seção.

Em sua primeira disputa eleitoral para Câmara dos Deputados, as votações mais expressivas do PSOL ocorreram nos estados de SP, RJ e RS, os mesmos estados em que a legenda conseguiu eleger seus Deputados Federais, que já possuíam mandatos na Câmara dos Deputados pelo partido antigo. Já na votação para o Legislativo estadual, os estados que mais se destacaram foram RJ e SP, os mesmos estados nos quais os partidos conseguiram eleger seus três Deputados Estaduais, dos quais dois já haviam sido vereadores pelo PT.

Outra questão que deve ser destacada no primeiro pleito do PSOL, é que a agremiação lança candidaturas ao governo estadual em vinte e quatro das vinte e sete unidades federativas. Com exceção de MG, AM e SE, todos os outros estados tiveram candidatos do PSOL ao executivo estadual. Em MG e no AM, a legenda apoiou um candidato do PSTU, partido que compunha com PSOL e PCB a coligação “Frente de Esquerda” em diversos estados e na disputa pelo executivo nacional.

Apesar de o PSOL lançar um elevado número de candidatos a governador, nenhum conseguiu se eleger ou passar para o segundo turno. Em apenas quatro estados os candidatos a governador pelo PSOL alcançaram mais de 3% dos votos, sendo eles Ricardo Oliveira (AL), Clécio Luiz (AP), Antonio de Andrade (DF) e Edmilson Rodrigues (PA). Esse resultado deixa evidente a diferença de desempenho do partido nas eleições proporcionais e majoritárias. Enquanto nas primeiras o partido tenderá a apresentar uma tendência de avanço crescente, o sucesso no pleito majoritário é bem mais exceção que regra. Considerando todos os 24 estados em que competiu, o partido obteve em sua primeira eleição para governador quase 1,3 milhão de votos.

Uma possibilidade é a de que os políticos que já possuíam mandatos poderiam ter sido punidos por terem saído do PT. Se foram capazes de se eleger, podemos pensar em três possibilidades: (1) ou levaram consigo os votos dos eleitores do PT insatisfeitos com o partido, em busca de uma alternativa à esquerda; (2) ou levaram consigo eleitores que votavam nos candidatos individualmente, isto é, a reputação pessoal contou mais que o partido; (3) ou atraíram novos eleitores. Infelizmente, não temos dados para verificar essas hipóteses que poderiam servir para iluminar alguns traços relacionados às bases sociais do PSOL.

**Tabela 5 - Desempenho do PSOL na eleição para governador por região - 2006
(proporção de votos sobre o total)**

Região	Votos recebidos	Proporção do total
Norte	153.525	10,37
Nordeste	273.720	10,74
Sul	101.227	1,90
Sudeste	663.284	4,62
Centro-Oeste	106.834	7,47

Fonte: Elaboração própria. TSE.

Já no caso das eleições para o Senado Federal, o partido lança candidaturas em dezessete estados. Em alguns dos estados em que não lançou nenhum candidato para o Senado, a legenda apoiou os candidatos do PSTU (RN, SP, SC e RS) ou do PCB (AM, PE e GO). Assim como os candidatos a governadores, também nenhum candidato ao Senado pelo PSOL foi eleito, sendo que a votação mais expressiva ocorreu na PB com Vital Farias somando aproximadamente 6% dos votos.

**Tabela 6 – Desempenho do PSOL na eleição para senador por região - 2006
(proporção de votos sobre o total)**

Região	Votos recebidos	Proporção do total
Norte	47.015	6,64
Nordeste	129.364	7,66
Sudeste	152.946	2,84
Centro-Oeste	22.202	1,80

Fonte: Elaboração própria. TSE.

Em 2006, o PSOL foi o segundo partido que mais lançou candidatos para o executivo estadual (24) e para o Senado (17), perdendo apenas para o Partido Social da Democracia Cristã (PSDC) que lançou, respectivamente, 27 e 19 candidaturas. O grande número de candidatos pode ser parte da estratégia da legenda em se difundir nacionalmente, levando em conta que este foi o primeiro pleito do qual participou. Contudo, esta pode não ser uma peculiaridade do PSOL. Segundo Guarnieri (2009), os partidos de esquerda como PT, PSTU PCO e PSOL estão entre as agremiações partidárias que mais lançam candidaturas, sugerindo alguma relação entre o volume de candidatos e a ideologia da legenda.

Considerando a disputa para a Presidência da República, a candidata do PSOL e então senadora e presidente da legenda Heloisa Helena, obteve resultados importantes, sobretudo se considerarmos a visibilidade de sua campanha. A coligação “Frente de Esquerda” alcançou o terceiro lugar com 6,85% dos votos nas eleições para o executivo federal, somando mais de 6,5 milhões de votos. Entre os estados que mais contribuíram

para esta votação estão o RJ, o DF, o RR e o AL (este último é o reduto eleitoral de Heloisa Helena).

Tabela 7 – Resultado das eleições Presidenciais de 2006

Candidato	Partido	Coligação	Votos Nominais	%	Situação
Lula	PT	PT / PRB / PC do B	46.662.365	48,60%	2º turno
Geraldo Alckmin	PSDB	PSDB / PFL	39.968.369	41,63%	2º turno
Heloísa Helena	PSOL	PSOL / PSTU / PCB	6.575.393	6,85%	Não eleito
Cristovam Buarque	PDT	Sem coligação	2.538.844	2,64%	Não eleito
Ana Maria Rangel	PRP	Sem coligação	126.404	0,13%	Não eleito
José Maria Eymael	PSDC	Sem coligação	63.294	0,06%	Não eleito
Luciano Bivar	PSL	Sem coligação	62.064	0,06%	Não eleito

Fonte: Elaboração própria. TSE.

Mesmo com um bom desempenho na eleição de 2006, a ex-senadora Heloisa Helena e então presidente do PSOL, na eleição seguinte, em 2010, declarou apoio à candidatura de Marina Silva para a presidência, quando o partido já havia decidido pelo lançamento de Plínio de Arruda Sampaio, militante da esquerda brasileira apoiado por uma série de intelectuais ligados ao PSOL.¹⁰³ Essa postura foi amplamente rechaçada pelo PSOL¹⁰⁴. Após o mal-estar gerado pela escolha do candidato do PSOL, a presidência em 2010, Heloisa Helena abandona a direção do partido¹⁰⁵. Em 2015, Heloisa Helena sai do PSOL para ingressar na REDE, partido capitaneado por Marina Silva¹⁰⁶.

Considerando os resultados do pleito de 2010, o PSOL não obteve o mesmo destaque de quatro anos antes na eleição para o executivo federal. Desta vez, com chapa

¹⁰³ Disponível em: <https://solidariedadesocialista.wordpress.com/2010/04/11/psol-define-plnio-como-candidato-a-presidente-da-repblica/>. Acesso em: 20/02/2018. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/heloisa-helena-caoa-saia-justa-no-psol-17hjyxfi6dppqgli51pf32oe>, Acesso em: 20/02/2018.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://psol50sp.org.br/blog/2009/11/27/psol-e-marina-silva-uma-aliana-insustentavel/>, Acesso em: 20/02/2018.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/heloisa-helena-deixa-a-presidencia-do-psol>; Acesso em: 20/02/2018.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/09/heloisa-helena-deixa-o-psol-e-se-filia-ao-partido-rede-sustentabilidade.html>; Acesso em: 15/04/2018.

composta unicamente pelo PSOL, Plínio de Arruda Sampaio e seu vice Hamilton Assis terminaram as eleições em quarto lugar, com 886.816 votos, somando menos de 1% dos votos. Os candidatos Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva conseguiram mais votos que o candidato psolista em todos os estados brasileiros, fazendo com que a legenda ficasse à frente apenas de partidos pequenos como PSTU, PCO, PCB, PSDC e PRTB.

Tabela 8 – Eleições Presidenciais 2010

Candidato	Partido	Coligação	Votos Nominais	%	Situação
Dilma Rousseff	PT	PT / PRB / PDT / PMDB / PTN / PSC / PR / PTC / PSB / PC do B	47.651.434	46,91%	2º Turno
José Serra	PSDB	PSDB / PTB / PPS / DEM / PMN / PT do B	33.132.283	32,61%	2º Turno
Marina Silva	PV	Sem coligação	19.636.359	19,33%	Não Eleito
Plínio de A. Sampaio	PSOL	Sem coligação	886.816	0,87%	Não Eleito
José Maria Eymael	PSDC	Sem coligação	89.350	0,09%	Não Eleito
José Maria	PSTU	Sem coligação	84.609	0,08%	Não Eleito
José Levy Fidelix	PRTB	Sem coligação	57.960	0,06%	Não Eleito
Ivan Pinheiro	PCB	Sem coligação	39.136	0,04%	Não Eleito
Rui Costa Pimenta	PCO	Sem coligação	12.206	0,01%	Não Eleito

Fonte: Elaboração própria. TSE

Uma importante diferença entre as eleições de 2006 e de 2010 é em relação às alianças feitas pelo PSOL. Se em sua primeira eleição o partido coliga com o PSTU e o PCB em boa parte do Brasil, no pleito de 2010 o PSOL não se coliga com nenhum partido na maior parte dos estados.¹⁰⁷ As declarações de Heloisa Helena sobre o apoio à

¹⁰⁷ As exceções de alianças são em GO com o PSTU e a coligação inédita no AC com o PRTB. O PRTB é um partido que no nível nacional possui ideologia conservadora lançando em 2010 e 2014 Levy Fidelix como candidato a Presidência da República. Essa é a primeira vez que o PSOL se coligou com algum partido que não faz parte do campo da esquerda. Ver declaração de apoio de Teles Milito, presidente estadual PSOL-AC. Disponível em: <http://agazetadoacre.com/psol-declara-apoio-aos-majoritarios-da-frente-popular-2/>, acesso em 15/04/2018.

candidatura de Marina Silva (PV) geraram, dentro do partido, um desgaste que pode ter dificultado negociações com outras legendas para formar alianças¹⁰⁸.

A análise do desempenho do partido nas eleições e seu comportamento em alianças sugere a existência de um dilema interno, comum às agremiações que se orientam programaticamente e que cultivam um perfil ideológico claro: ser pragmático e flexível em suas alianças com o intuito de ser mais competitivo ou restringir as alianças de modo a se manter fiel aos seus princípios e programa, mesmo que isso venha a comprometer seriamente seu desempenho nas eleições. A análise mostrará que esse dilema marcou e ainda marca a trajetória do PSOL sendo um elemento importante para compreender as decisões e os resultados alcançados pelo partido.

Além do candidato a Presidente da República, nas eleições gerais de 2010, o PSOL lançou 23 candidatos para os governos estaduais, 28 candidatos ao senado em 21 estados diferentes¹⁰⁹, 259 deputados federais e 462 deputados estaduais (dos quais 21 eram deputados distritais). Assim como na eleição anterior, também não conseguiu eleger nenhum candidato para o executivo, tanto nacional quanto estadual. Já no legislativo, a legenda consegue eleger dois senadores – Randolfe Rodrigues (AP) e Marinor Brito (PA). Para Câmara dos Deputados, foram três eleitos e, entre os candidatos a deputados estaduais, foram quatro os eleitos.

Com comportamento parecido com o pleito de 2006, a legenda continua lançando muitas candidaturas para o executivo estadual. Apenas em quatro estados a agremiação não lançou candidatos (AC, AP, SP e TO). Mais uma vez, ela não consegue eleger nem ir para o segundo turno com nenhum de seus membros, mesmo sendo o partido que mais lançou candidatos a governadores em 2010. Comparando com a eleição anterior na quantidade de votos absolutos, seu desempenho piorou considerando os candidatos a governos estaduais, pois, em 2006, o PSOL recebeu 1.298.590 dos votos para este cargo, ao passo que, em 2010, esse número caiu para 776.601, aproximadamente 40% a menos de votos.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/119329-1>, acesso em: 15/04/2018

¹⁰⁹ Em 2010 foram eleitos dois senadores por estado.

Tabela 9 - Desempenho do PSOL na eleição para governador por região- 2010
(proporção de votos sobre o total)

Região	Votos recebidos	Proporção do total
Norte	116.582	4,88
Nordeste	163.745	5,88
Sul	64.176	1,14
Sudeste	202.891	4,09
Centro-Oeste	229.207	34,15

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Não apenas para concorrer aos governos estaduais, mas também para o Senado a tendência em lançar muitos candidatos continua. Em 2006, o PSOL foi o segundo partido que mais lançou candidatos para o executivo estadual e para o Senado (24 para governador e 17 candidatos ao Senado em 17 estados). Já em 2010, o partido é o que mais lança candidaturas para esses dois cargos (23 para governador e 28 para o Senado em 21 estados). Contudo, seus candidatos ao Senado tiveram maior sorte. Ao todo, foram 3.041.854 votos para candidatos a senadores da legenda, número bem maior do que os 351.527 votos adquiridos pelos candidatos psolistas ao Senado em 2006. Dessa forma, dois candidatos foram eleitos em 2010, Randolfe Rodrigues do AP e Marinor Brito do PA¹¹⁰. Outra candidatura que merece destaque nesta disputa é a de Heloisa Helena: a ex-senadora, que na ocasião ainda estava no PSOL, não conseguiu ser eleita em Alagoas, seu estado natal, mesmo sendo especulada até para a disputa presidencial.

¹¹⁰ Marinor Brito foi eleita após Jader Barbalho (PMDB) ter sua candidatura impugnada, mas no final de 2011, por determinação do STF, Jader Barbalho (PMDB-PA) assume sua cadeira no Senado levando o PSOL à perda de uma cadeira. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/impugnado-com-base-na-lei-da-ficha-limpa-jader-barbalho-eleito-para-senado-pelo-para-4986248>. Acesso em: 20/02/2018 e Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/supremo-libera-posse-de-jader-barbalho-no-senado.html>. Acesso em: 20/02/2018

Tabela 10 – Desempenho do PSOL na eleição para senador por região - 2010
(proporção de votos sobre o total)

Região	Votos recebidos	Proporção do total
Norte	1.070.770	73,14
Nordeste	565.871	19,65
Sul	90.098	0,97
Sudeste	1.134.341	12,77
Centro-Oeste	180.774	5,99

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

A legenda também aumenta seu número de candidatos ao cargo de deputado federal: em 2006 foram 190 candidatos e em 2010 esse número aumenta para 259. Em comparação com outros pequenos partidos de esquerda como PSTU (29), PCO (3) e PCB (16), o PSOL é o que mais lança candidatos para a Câmara dos Deputados e o único que consegue conquistar cadeiras. Entretanto, ao compararmos o PSOL com todos os partidos, ele não aparece nem entre os cinco que mais lançaram candidatos para este cargo.

Entre os eleitos para a 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2011-2014), foram reeleitos o paulista Ivan Valente e o carioca Chico Alencar. A novidade se deu pela não eleição da Luciana Genro apesar de boa votação no RS. A terceira cadeira do PSOL na Câmara dos Deputados foi então ocupada por Jean Wyllys (RJ), eleito pelo coeficiente eleitoral e o primeiro congressista do PSOL sem ligação anterior com o PT.

Considerando as eleições para as Assembleias Estaduais, o partido também aumenta o número de seus candidatos, passando de 307 em 2006 para 462 em 2010. Para essa disputa, o PSOL continua sendo o partido que mais lança candidatos entre os pequenos partidos de esquerda. No entanto, ao considerar todos os partidos, o PSOL não aparece nem entre os cinco primeiros. Ao aumentar a quantidade de votos válidos para as Assembleias Legislativas de 834.660 em 2006 para 1.065.592 em 2010, a legenda consegue um representante a mais em relação ao pleito anterior, aumentando de três para quatro eleitos.

Entre os resultados merecedores de destaque estão a reeleição de Marcelo Freixo (RJ), com 177.253 votos nominais, o segundo deputado estadual mais bem votado no

estado do Rio de Janeiro nesta eleição, e Carlos Gianazzi (SP), que se elege com 100.808 votos nominais. Mesmo com votação nominal pouco expressiva, a ex-PSTU Jandira Rocha (RJ) consegue se eleger. Já o ex-prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, se torna o deputado estadual mais votado do PA, com mais de 85 mil votos nominais em 2010.

Nas eleições gerais de 2014, o PSOL continua aumentando seu número de candidatos. Para este pleito, o partido somou 1086 candidaturas, das quais 638 eram candidatos a deputados estaduais (dentre estes, 21 eram candidatos a deputados distrital), 386 candidatos a deputado federal, 19 candidatos ao Senado, 26 para o executivo estadual e 1 para o cargo de Presidente da República. Em 2014, apenas o PT e o PSB lançaram mais candidaturas que o PSOL. Levando em conta os resultados, a legenda aumentou seu número de deputados federais de três para cinco, bem como seu número de deputados estaduais de quatro pra doze eleitos. Contudo, mais uma vez não consegue eleger nenhum integrante do executivo. Já para o senado, diferentemente do pleito anterior, não elege nenhum candidato.

Assim como na eleição anterior, a escolha do nome que representaria o partido na disputa ao executivo nacional foi cercada de incertezas. Em dezembro de 2013, o Congresso Nacional do PSOL decide pela pré-candidatura do então senador Randolfe Rodrigues, que defendia as bandeiras levantadas nas manifestações populares de junho de 2013 como, por exemplo, a necessidade de uma reforma política¹¹¹. Contudo, o próprio candidato desiste das eleições alegando não ter conseguido unificar a legenda ao redor de sua candidatura e indica Marcelo Freixo como um nome capaz de conseguir tal unidade partidária.

Em junho de 2014, em Brasília, ocorre outra Convenção Nacional do PSOL, que decide pela candidatura da ex-petitista Luciana Genro e de Jorge Paz como seu vice. Desse modo, como ocorrera quatro anos antes, o PSOL apresenta mudança em seu candidato para o executivo federal faltando poucos meses para eleição, e mais uma vez não consegue o apoio de PCB e PSTU para reeditar a coligação “Frente de esquerda” de 2006. Porém, não podemos creditar o fracasso nas negociações apenas à indecisão do

¹¹¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/06/randolfe-rodrigues-desiste-da-candidatura-presidente-pelo-psol.html>, acesso em: 03/03/2018.

PSOL¹¹², sendo que as negociações não avançaram e algumas divergências entre PSOL, PSTU¹¹³ e PCB¹¹⁴ barraram a aliança destes três partidos, o que culminou em candidaturas próprias das três legendas.

Em suma, concorrendo à eleição presidencial mais uma vez em chapa composta apenas pelo PSOL, o número absoluto de votos em relação a 2010 aumentou, mas o partido não obteve o mesmo destaque da candidatura da Heloisa Helena em 2006. Luciana Genro concentrou 1.612.186 dos votos, obtendo o quarto lugar e não superando os três principais partidos da disputa (PT, PSDB e PSB).

Tabela 11– Eleições Presidenciais de 2014

Candidato	Partido	Coligação	Votos Nominais		Situação
			%		
Dilma Rousseff	PT	PT/PMDB/PDT/PCdoB/PP/PR/P SD/PROS/PRB	43.267.668	41,59	2º turno
Aécio Neves	PSDB	PSDB/PTB/PTC/PMN/PTdoB/P TN/SD/DEM/PEN	34.897.211	33,55	2º turno
Marina Silva	PSB	PSB/PRP/PPS/PSL/PPL/PHS	22.176.619	21,32	Não eleito
Luciana Genro	PSOL	Sem coligação	1.612.186	1,55	Não eleito
Pastor Everaldo	PSC	Sem coligação	780.513	0,75	Não eleito
Eduardo Jorge	PV	Sem coligação	630.099	0,61	Não eleito
José Levy		Sem coligação			Não eleito
Fidelix	PRTB	Sem coligação	446.878	0,43	Não eleito
José Maria	PSTU	Sem coligação	91.209	0,09	Não eleito
Jose Maria		Sem coligação			Não eleito
Eymael	PSDC	Sem coligação	61.250	0,06	Não eleito
Mauro Iasi	PCB	Sem coligação	47.845	0,05	Não eleito
Rui Costa		Sem coligação			Não eleito
Pimenta	PCO		12.324	0,01	Não eleito

Fonte: Elaboração própria. TSE

¹¹² Disponível em: <https://www.diarioliberalidade.org/brasil/batalha-de-ideias/47992-psol-trabalha-pela-frente-de-esquerda.html>, acesso em: 15/04/2018

¹¹³ Disponível em: <https://www.pstu.org.br/nota-de-ze-maria-sobre-a-proposta-da-frente-de-esquerda-nas-eleicoes-2014/>, acesso em: 15/04/2018

¹¹⁴ Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/5614/pcb-lanca-mauro-iasi-pre-candidato-a-presidencia-da-republica>, acesso em: 15/04/2018

Em 2014, permanece a tendência de o PSOL lançar muitos candidatos para os governos estaduais e para o Senado. Com exceção do AP, a legenda lança candidatos ao executivo estadual em todas as outras unidades federativas (com 26 candidatos no total é o partido que mais lança candidatos a governador em 2014). Apesar de obter melhor resultado do que nos pleitos anteriores se considerarmos a quantidade absoluta de votos – superando os 1.298.590 de 2006 e os 776.601 de 2010 – os 1.764.632 recebidos em 2014 não são o suficientes para eleger nem chegar ao segundo turno com nenhum candidato. Mais uma vez, o RJ é o estado no qual o partido consegue o melhor desempenho, 8,9% dos votos válidos.

Tabela 12 - Desempenho do PSOL na eleição para governador por região- 2014
(proporção de votos sobre o total)

Região	Votos recebidos	Proporção do total
Norte	89.663	6,81
Nordeste	483.036	24,91
Sul	144.279	3,17
Sudeste	989.050	11,57
Centro-Oeste	58.604	3,60

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE.

Já na disputa pelo Senado Federal, o PSOL é o segundo partido que mais lançou candidatos, 19 no total, ficando atrás apenas do PSTU que lançou 20. Todavia, não obteve o mesmo sucesso de 2010, não conseguindo eleger nenhum candidato, conseguindo o melhor resultado em Alagoas com Heloisa Helena, que obteve mais de 30% dos votos válidos em seu estado. A quantidade de votos absolutos cai consideravelmente de 2010 para 2014, passando de 3.027.046 votos para 1.045.275 votos. A queda no desempenho deve estar relacionada com o fato de que, em 2010, o partido lançou mais candidatos e foram disputadas duas vagas por estado ao Senado. É importante lembrar que o PSOL continuava com uma cadeira no Senado dos dois eleitos em 2010 - Randolfe Rodrigues do AP e Marinor Brito do PA - cujos mandatos iriam até

2018. No caso de Marinor Brito, o mandato durou apenas um ano, como já citado anteriormente.

**Tabela 13 – Desempenho do PSOL na eleição para senador por região - 2014
(proporção de votos sobre o total)**

Região	Votos recebidos	Proporção do total
Norte	126.433	13,57
Nordeste	553.938	36,90
Sul	145.751	4,06
Sudeste	169.658	3,76
Centro-Oeste	49.485	3,25

Fonte: elaboração própria a partir de dados de TSE

Com 386 candidatos ao cargo de deputado federal, o PSOL é o partido que mais lança candidaturas pra a Câmara dos Deputados em 2014. Nota-se um aumento progressivo no numero de pleiteantes ao cargo se compararmos com as eleições de 2006 e 2010. Atualmente, as figuras de maior destaque do partido são seus deputados federais.

Em 2014, o PSOL consegue seus melhores resultados na disputa ao cargo de deputado federal, aumentando sua bancada de três para cinco parlamentares, graças a um aumento de 50% em sua votação (1.745,470 em 2014 contra 1.144.216 em 2010). O paulista Ivan Valente e os cariocas Chico Alencar e Jean Wyllys conseguem se reeleger. As novidades são o ex-deputado estadual pelo PA Edmilson Rodrigues e o Cabo Daciolo, terceiro parlamentar carioca e o segundo da história do PSOL que não possuía qualquer vinculo com o PT. Mais uma vez, o Rio de Janeiro se destaca em termos da força eleitoral do PSOL.

No primeiro ano da 55ª Legislatura (2015-2018), a bancada do PSOL na Câmara dos Deputados sofre alterações. Após divergências internas, Cabo Daciolo é expulso do partido e o PSOL opta por não recorrer ao TSE para reivindicar o mandato do deputado. No mesmo ano, o deputado federal Glauber Braga (RJ) abandona o PSB e se filia ao

PSOL¹¹⁵, transformando-se no terceiro deputado federal da agremiação que não possuía vínculo anterior com o PT. Em 2016, é a vez da ex-petista Luiza Erundina se filiar ao PSOL, o que aumenta sua bancada na Câmara para seis parlamentares, a maior bancada psolista até o momento.

Na disputa para as Assembleias Estaduais, o PSOL também aumentou seu número de candidatos em relação aos dois pleitos anteriores, com 638 candidatos (incluindo os candidatos a deputados distritais) contra os 307 de 2006 e os 462 de 2010. Na votação absoluta, também podemos notar um aumento em relação aos pleitos anteriores: foram 1.786.081 contra 834.660 em 2006, e 1.065.592 em 2010.

Paralelamente ao aumento no número de votos recebidos, o PSOL consegue também aumentar seu número de deputados estaduais de quatro em 2010 para doze eleitos em 2014. O estado do RJ é mais uma vez merecedor de destaque, com cinco membros do PSOL vitoriosos para o legislativo estadual, com a reeleição de Marcelo Freixo e a eleição de Paulo Ramos, Flavio Serafini, Eliomar Coelho e Dr. Julianelli. São Paulo também apresenta bom resultado com a reeleição de Carlos Gianazzi e o retorno de Raul Marcelo (eleito em 2006) para o legislativo estadual. O estado do Amapá também elege dois psolistas para seu legislativo, o Professor Paulo Lemos e Fabrício Furlan. Renato Roseno (CE), Edilson Silva (PE) e Pedro Ruas (RS) fecham o grupo de deputados estaduais eleitos pelo PSOL em 2014.

Após as eleições, assim como ocorreu com a bancada na Câmara dos Deputados, as bancadas do PSOL nos legislativos estaduais também sofrem algumas transformações. Após votar de maneira contrária à orientação partidária no estado, o deputado federal Fabrício Furlan (AP) é expulso do partido. Ainda em 2015, o Dr. Julianelli (RJ) abandona o PSOL e passa a integrar a REDE¹¹⁶. Já em 2016, com a filiação do ex-PSB deputado federal Glauber Braga (RJ) ao PSOL, seu aliado político e deputado estadual Wanderson Nogueira (RJ) segue o mesmo caminho. Pela primeira vez na história, o PSOL consegue eleger deputados estaduais que não possuíam vínculos anteriores com o PT, como, por exemplo, Flávio Serafini (RJ) e Paulo Lemos

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.glauberbraga.com.br/noticia/611/deputado-glauber-braga-filia-se-ao-psol>, acesso em: 12/03/2018

¹¹⁶ Partido organizado por Marina Silva que consegue seu registro eleitoral em 2015. Alguns políticos importantes do PSOL como Heloisa Helena e Randolfê Rodrigues abandonaram sua legenda e se filiaram à REDE.

(AP), os quais já iniciaram suas carreiras nos PSOL, e Pedro Ruas (RS) e Paulo Ramos, (RJ) ex-militantes do PDT e Wanderson Nogueira (RJ) ex-PSB.

Algumas novidades surgem nas eleições gerais de 2014 se considerarmos as alianças feitas pelo PSOL. Na disputa pelo cargo de Presidente da República, o PSOL concorre sem alianças. Para as disputas dos executivos estaduais, o PSOL participa de coligações em doze estados: em sete a aliança se dá com o PSTU (AL, MG, PA, RO, RR, RS e SP), em três estados (CE, SE e DF) a coligação com o PSTU e o PCB é retomada, reeditando a “frente de esquerda” de 2006. No Piauí, coliga-se apenas com o PCB e, em Pernambuco, faz, pela primeira vez, uma aliança com o PMN.

Para o Senado, a aliança com o PMN continua no estado de Pernambuco. Em Alagoas e Rondônia se coliga com o PSTU. Já no pleito para deputados estaduais e federais, as coligações com o PSTU são mantidas nos mesmos sete estados em que se uniram para disputa do executivo estadual (AL, MG, PA, RO, RR, RS e SP). A “frente de esquerda” é retomada com PSTU e PCB no Ceará e em Sergipe. No Piauí segue a mesma aliança com o PCB que já havia sido feita para o governo estadual. Mais uma vez, a aliança com o PMN ocorre em Pernambuco. No Amapá – estado no qual o partido tinha entrada com Randolfe Rodrigues, muito votado pelo PSOL em 2010 – o partido se coliga, de forma inédita para os cargos de deputados, com PSB, PC do B e PT.

Antes de concluir esta seção com nossas últimas considerações, apresentamos nos quadros 4 e 5 uma síntese das informações relativas ao desempenho eleitoral e do comportamento do PSOL em coligações nas eleições gerais de 2006 e 2014.

Quadro 4 - Comparativo do desempenho eleitoral do PSOL nas eleições gerais por cargo (2006-2014)

	2006	2010	2014
Votação presidente	6.575.393	886.816(↓)	1.612.186(↑)
Candidatos governador	24	23(↓)	26(↑)
Votação governador	1.298.590	776.601 (40,2↓)	1.764.632 (↑)
Eleitos governador	0	0	0
Candidatos senador	17	28 (↑)	19 (↓)
Votação senador	351.527	3.027.046 (↑)	1.045.275(↓)
Eleitos senador	0	2(↑)	0(↓)
Candidatos deputado federal	190	259(↑)	386(↑)
Votação deputado federal	1.149.619	1.144.216(↓)	1.745,470(↑)
Eleitos deputado federal	3	3	5(↑)
Candidatos deputado estadual	307	462 (↑)	638 (↑)
Votação deputado estadual	834.660	1.065.592 (↑)	1.786.081 (↑)
Eleitos deputado estadual	3	4(↑)	12(↑)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

* Na eleição de 2010 houve renovação de 2/3 das vagas no Senado e eleição de dois senadores por estado. O PSOL lançou candidatos em 21 estados, em alguns deles, mais de um candidato.

**Quadro 5 - Comportamento do PSOL em coligações nas eleições gerais por cargo
(2006-2014)**

	2006	2010	2014
Presidente	Frente de esquerda (PSOL, PSTU e PCB)	Sem coligação	Sem coligação
Governador	Frente de esquerda (PSOL, PSTU e PCB) em quase todos os estados, exceções AC, MA, RO, RR e TO.	Aliança com PSTU em GO e com PRTB no AC.	Coligações apenas com o PSTU em sete estados (AL, MG, PA, RO, RR, RS e SP). Coligação com PSTU e PCB em três estados (CE, SE e DF). Apenas com o PCB (PI). Apenas com PMN (PE).
Senador	Frente de esquerda (PSOL, PSTU e PCB) em AL, ES, MG, MT, PA, PB, SE e DF	Aliança com PSTU em GO e com PRTB no AC.	Apenas com o PSTU (AL e RO). Apenas com PMN (PE).
Deputados federais	Frente de esquerda (PSOL, PSTU e PCB) na maioria dos estados. Exceto AC, MA, RO, RR e TO	Aliança com PSTU em GO e com PRTB no AC	Coligações apenas com o PSTU em sete estados (AL, MG, PA, RO, RR, RS e SP). Coligação com PSTU e PCB (CE e SE). Apenas PCB (PI). Apenas PMN (PE). Aliança com PSB, PT e PCdoB (AP)
Deputados estaduais	Frente de esquerda (PSOL, PSTU e PCB) na maioria dos estados. Exceto AC, MA, RO, RR e TO.	Aliança com PSTU em GO e com PRTB no AC.	Coligações apenas com o PSTU em sete estados (AL, MG, PA, RO, RR, RS e SP). Coligação com PSTU e PCB (CE e SE). Apenas PCB (PI). Apenas PMN (PE). Aliança com PSB, PT e PCdoB (AP)

Fonte: Elaboração própria.

O PSOL não conseguiu ir para o segundo turno em nenhuma das eleições presidenciais das quais participou. Nos três casos, a disputa ficou entre um candidato do PT e um do PSDB, com os petistas sendo vitoriosos nos três pleitos. Em 2006, a candidata do PSOL e então presidente da legenda, Heloísa Helena, declarou que

nenhum membro do PSOL, tendo cargo eletivo ou não, deveria se manifestar a favor ou contra nenhum candidato que disputava o segundo turno¹¹⁷. No pleito de 2010, com a disputa do segundo turno entre José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), o partido se manteve independente, contudo adotou uma postura de “nenhum voto a Serra” ao mesmo tempo em que não aderiram à candidatura petista¹¹⁸. Em 2014, a postura do partido foi de liberar os votos de seus militantes e, mais uma vez, desencorajar os votos na candidatura tucana. Luciana Genro, candidata do PSOL à presidência na ocasião, afirmou que não declararia se votaria em Dilma ou anularia seu voto¹¹⁹. Já a bancada do PSOL na Câmara se posicionou favorável à candidatura petista¹²⁰. Em todos os casos, a justificativa foi de que nenhum dos dois partidos (PT e PSDB) possuíam compromisso com pontos programáticos defendidos pelo PSOL e que, independentemente do resultado, a legenda continuaria fazendo oposição ao Governo Federal.

O PSOL é reconhecido por ser uma legenda que lança muitos candidatos para os cargos de Governador e de Senador. Ao longo de três eleições, o Amapá foi o estado em que o partido teve menos candidaturas ao executivo estadual, apenas uma vez em 2006. Já para o Senado, os estados nos quais o partido lançou candidatos apenas uma vez foram: Piauí e Roraima em 2006, Ceará, Rio Grande do Sul e São Paulo em 2010 e Pernambuco em 2014. Não há nenhum estado em que o PSOL nunca tenha lançado candidatos ao Senado ou ao Governo Estadual.

Observando os dados comparados do desempenho do PSOL nas três eleições das quais participou para governos estaduais e Senado, fica claro que seu pior desempenho ocorreu na região Sul do país. Apesar de nunca ter conseguido eleger um governador, seu melhor desempenho na disputa para este cargo ocorreu no Centro-Oeste em 2010, quando o partido conseguiu 34,15% de votos para seus candidatos a governador. Já na disputa para o Senado Federal, a legenda obteve maior sucesso na região Norte no pleito

¹¹⁷ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/10/03/filiado-do-psol-nao-podera-apoiar-candidato-a-presidente-diz-heloisa>, acesso em: 16/04/2018.

¹¹⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/leia-na-integra-posicionamento-do-psol-sobre-segundo-turno-das-eleicoes-presidenciais-4985164>, acesso em: 16/04/2018.

¹¹⁹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/carta-nas-eleicoes/psol-libera-voto-de-militantes-no-segundo-turno-940.html>, acesso em: 16/04/2018.

¹²⁰ Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/bacanda-do-psol-anuncia-apoio-a-dilma/>, acesso em: 16/04/2018.

de 2010. Na ocasião, o partido alcançou 73,14% somando todos os estados da região. Certamente esse resultado foi impulsionado pela eleição de Randolfe Rodrigues (AP) e de Marinor Brito (PA) ao Senado.

Se considerarmos as eleições para o legislativo, os estados que mais se destacam foram RJ e SP. Ambos são redutos eleitorais de psolistas que já possuíam mandatos em seus antigos partidos como Ivan Valente (SP), Luiza Erundina (SP) e Chico Alencar (RJ). Contudo, no Rio de Janeiro, destacam-se outros membros que não possuíam cargos eletivos em partidos antes de integrarem para o PSOL como, por exemplo, Jean Wyllys e Marcelo Freixo. Uma boa hipótese que precisa ser testada com mais afinco é de que a força do PSOL no Rio de Janeiro esteja relacionada à fraqueza do PT. Assim, o partido pôde ocupar este campo na esquerda. Vale lembrar que, no Rio de Janeiro, o PDT é um dos partidos mais a esquerda que conseguiu ocupar uma parte do cenário político, sobretudo na época de Leonel Brizola.

Ao longo dos três pleitos nacionais disputados pelo PSOL, sua bancada na Câmara dos Deputados apresentou pouca variação de tamanho. Em 2006 e 2010 o partido elegeu três deputados federais e manteve seus membros até o fim das respectivas legislaturas. Em 2014 o partido alcançou a marca de cinco deputados federais, constituindo sua maior bancada até então. Todavia, na 55ª legislatura (2015-2019) sua bancada sofreu algumas alterações. Ainda no primeiro ano da legislatura, o deputado federal Cabo Daciolo foi expulso do partido, fazendo com que a bancada diminuísse para quatro membros. Mas, no mesmo ano, o ex-PSB Glauber Braga se filiou ao PSOL e, no ano seguinte, a ex-prefeita de São Paulo pelo PT Luiza Erundina fez o mesmo. Com isso, o PSOL alcançou seis membros em sua bancada, a maior de sua história.

Já no Senado, sua maior bancada foi em 2011, primeiro ano da 54ª legislatura, quando o partido contou com dois senadores. Contudo, no ano seguinte, a bancada diminuiu para apenas um membro, pois a senadora Marionor Brito perdeu sua cadeira para Jader Barbalho. Em setembro de 2015, último ano da 54ª legislatura, Randolfe Rodrigues decidiu sair do PSOL e se filiar à REDE, fazendo com que o PSOL deixasse de possuir representantes no Senado Federal.

Nas três eleições nacionais que o PSOL participou, seu comportamento em termos de alianças foi semelhante tanto no nível nacional quanto no estadual. Em 2006, a coligação com o PCB e PSTU no nível nacional se repetiu em quase todos os estados.

Em 2010 e 2014, o partido concorreu sozinho à Presidência da República. Nos estados, em 2010, se coligou apenas com o PSTU em Goiás e com o PRTB no Acre (primeira vez que a legenda se coligou com um partido que não compunha o bloco de esquerda). Entretanto, em 2014, as coligações nos estados se configuraram de forma bastante diversa, sugerindo assim certa tendência para flexibilização das alianças psolistas, sobretudo se considerarmos as alianças inéditas com o PMN em Pernambuco e com o PSB, PCdoB e PT no Amapá.

4.1.2 PSD nas eleições de 2014

Em 2014, o PSD participa de sua primeira eleição nacional dois anos depois de sua primeira eleição, as municipais, de 2012. A esta altura, o partido já contava com a quarta maior bancada na Câmara dos Deputados¹²¹, graças à estratégia bem sucedida de atrair a adesão de um número expressivo de deputados federais eleitos por outras legendas no pleito de 2010 (um ano antes do PSD conseguir seu registro junto ao TSE). No executivo estadual, a sigla já contava com dois governadores: Raimundo Colombo, de Santa Catarina (eleito em 2010 pelo DEM) e Omar Aziz do Amazonas (eleito pelo PMN em 2010). O partido também contava com dois senadores antes de participar de seu primeiro pleito nacional, Katia Abreu (TO) e Sergio Petecão (AC), ambos eleitos por outros partidos, o DEM e o PMN, respectivamente.

No pleito de 2014, o PSD não lançou candidato a presidente, mas compôs a chapa encabeçada pelo PT de Dilma Rousseff¹²². Para o executivo estadual, o partido concorreu com quatro candidatos a governador (RN, AP, SC e MT) e um vice-governador (RS). Ao todo, foram dois governadores eleitos: Raimundo Colombo de SC (reeleito) e Robinson Faria (RN). No Rio Grande do Sul, o candidato a vice-governador José Paulo Cairoli foi eleito na chapa do governador José Ivo Sartori do PMDB. Vale

¹²¹ Ficando atrás de PT, PMDB e PSDB

¹²² Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/06/em-convencao-nacional-psd-aprova-apoiar-dilma-na-eleicao-de-outubro.html>, acesso em: 02/03/2018.

destacar que tanto Raimundo Colombo (SC) quanto Robinson Faria (RN) já exerciam mandatos: o primeiro como governador e o segundo como vice-governador.

Tabela 14- Votação dos candidatos do PSD no primeiro turno das eleições para governador em 2014

UF	Candidato	Votação Nominal	%
AP	Luiz Cantuaria Barreto	53.079	13,86%
MT	Janete Gomes Riva	144.440	9,92%
RN	Robinson Mesquita De Faria*	623.614	42,04%
SC	João Raimundo Colombo*	1.763.735	51,36%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

*Candidatos eleitos.

Para o Senado Federal, foram 8 candidaturas pessedistas nos estados do Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rondônia, São Paulo. Os eleitos foram dois, Omar Aziz (AM) com 58,51% dos votos válidos, e Otto Alencar (BA), com 55,88%. Um destaque negativo para o partido foi a derrota de seu fundador Gilberto Kassab em São Paulo: com 1.128.582 votos, ele ficou em terceiro lugar, atrás do eleito José Serra (PSDB) e de Eduardo Suplicy (PT).

Tabela 15 - Votação dos candidatos do PSD para o Senado nas eleições de 2014

UF	Candidato	Votação Nominal	%
AM	Omar Jose Abdel Aziz*	933.996	58,51%
BA	Otto de Alencar*	3.341.111	55,88%
GO	Vilmar Da Silva Rocha	1.012.496	37,52%
MS	Antonio Joao Hugo Rodrigues	86.971	7,15%
MT	Rui Carlos Ottoni Prado	137.380	10,24%
PA	Helenilson Cunha Pontes	313.525	9,24%
RO	Rubens Moreira Mendes Filho	193.184	25,94%
SP	Gilberto Kassab	1.128.582	5,89%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

*Candidatos Eleitos.

Para o cargo de deputado federal, o partido lançou 161 candidatos, dos quais 36 obtiveram sucesso. A sigla elegeu deputados em 17 estados (AM, BA, DF, GO, MG,

PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SE, SP, TO). O Rio de Janeiro foi o estado em que a legenda elegeu mais deputados federais, seis no total, um a mais do que possuía antes do pleito. São Paulo era o estado com mais deputados federais pessedistas mas, após as primeiras eleições do partido, caiu de sete parlamentares para quatro.

Já entre os deputados estaduais e distritais foram eleitos 400 e 47, respectivamente. Na capital federal nenhum foi eleito. Nos demais estados o PSD atingiu a marca de 73 deputados eleitos e apenas em quatro estados não elegeu nenhum deputado estadual (AP, MA, MS e RR), mostrando capacidade de penetração e capilaridade da agremiação no território brasileiro. O destaque fica por conta de Santa Catarina, com nove deputados estaduais eleitos, sendo que os quatro deputados mais bem votados do estado pertenciam ao PSD. Esse dado reafirma a força do partido no estado que também contou com a reeleição do governador Raimundo Colombo. Bahia e Rio de Janeiro eram os estados em que a sigla mais possuía membros nas assembleias antes do pleito de 2014, havendo 10 em cada. Contudo, após a disputa de 2014, as bancadas nesses estados diminuíram, passando para oito e sete membros, respectivamente. Antes de sua estréia em eleições nacionais, o partido contava com 87 parlamentares espalhados pelas Assembleias Estaduais. Após o pleito, esse número cai para 73.

Quanto às estratégias de coligação, fica clara a ausência de restrições orientadas ideológica ou programaticamente. Em resolução da Executiva Nacional do PSD assinada por Gilberto Kassab em abril de 2014, determinou-se que só seriam permitidas coligações em cargos majoritários ou proporcionais se houvesse indicação de um representante do partido, ao menos, em uma vaga para os cargos de governador ou vice-governador e senador. Caso não ocorresse tal indicação, a Direção Estadual ou Distrital só poderia firmar coligações com o aval prévio da Executiva Nacional¹²³. Esta resolução é uma demonstração clara do caráter pragmático das alianças do PSD. Com membros do seu partido concorrendo em cargos para o executivo estadual e o Senado, sua visibilidade aumenta nestes estados. Ao mesmo tempo, a possibilidade da Executiva Nacional dar o aval para alianças que não respeitem essas regras pode ser um indício de que o núcleo do partido estava disposto a ouvir as demandas específicas de cada localidade.

¹²³ Disponível em: <http://psd.org.br/wp-content/uploads/2016/08/31.pdf>, acesso em: 02/03/2018.

4.1.3 Comparando o desempenho de PSOL e PSD em eleições nacionais

A comparação da atuação do PSOL e do PSD nas eleições nacionais não é uma tarefa simples e devemos sempre ponderar o fato de o PSD ter participado de apenas uma eleição geral (2014) até o momento, ao passo que o PSOL conta com três participações (2006, 2010, 2014). Contudo, esse fato não deve ser impeditivo para levantarmos algumas questões sobre o desempenho e as formas como os partidos atuam nos pleitos nacionais.

O primeiro traço que chama atenção é o número de eleitos: enquanto em sua primeira disputa em uma eleição nacional o PSD consegue eleger 36 deputados federais (22,4%) das 161 candidaturas do partido, o PSOL consegue eleger apenas três em 2006, três em 2010 e cinco em 2014, mesmo lançando mais candidatos que o PSD (respectivamente, 190, 259 e 386 candidatos).

A disputa para os legislativos estaduais segue a mesma lógica. Em sua estréia em eleições nacionais, o PSD lançou um total de 447 candidatos para as Assembléias Legislativas e para a Câmara Distrital e elegeu 73 (16,3%). Já o PSOL conseguiu seu melhor desempenho em deputados estaduais eleitos apenas em 2014, na terceira eleição disputada, com 12 cadeiras em seis estados diferentes. Como podemos observar na Tabela 16, mesmo com a melhora progressiva dos resultados do PSOL ao longo de três eleições, o PSD consegue obter um resultado muito melhor em seu único pleito nacional.

Tabela 16 - Candidatos e eleitos – PSOL e PSD (2006-2014)

	PSD				PSOL			
	2014		2006		2010		2014	
	Cand	Eleitos	Cand	Eleitos	Cand	Eleitos	Cand	Eleitos
Dep federais	161	36 (22,4)	190	3 (1,6)	159	3 (1,9)	386	5 (1,3)
Dep est/dist.	447	73 (16,3)	307	3 (0,9)	462	4 (0,8)	638	12 (1,8)

Fonte: Elaboração própria

Outra diferença marcante entre os partidos é a estratégia em relação ao lançamento de candidaturas. No caso do PSOL, observa-se o esforço em lançar muitos candidatos para o Senado e para os executivos estaduais, além de sempre apresentar um candidato próprio para a presidência. Apesar disso, o PSOL até hoje não conseguiu eleger um candidato a governador. O PSD, em sua primeira eleição, lançou apenas oito candidatos ao Senado e quatro ao executivo estadual, elegendo dois senadores e dois governadores já em seu primeiro pleito.

Outra forma de avaliar o desempenho dos partidos é compará-los com partidos similares em tamanho e em termos ideológicos e/ou programáticos. Para esse tipo de análise, comparamos o PSOL com o PSTU, o PCO, o PCB e o PSTU, ao passo que o PSD é comparado do ao PSDB. Vale destacar que esses partidos são mais antigos que o PSOL e o PSD e, por conseguinte, já participaram de mais eleições e tiveram mais tempo de se enraizarem no imaginário dos eleitores.

Tabela 17- Comparação entre o PSOL e os pequenos partidos de esquerda

2006								
Partido	Dep. Estadual *		Dep. Federal		Governador		Senador	
	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos
PSOL	307	3	190	3	24	0	17	0
PCdoB	260	10	71	12	1	0	6	1
PCB	60	1	15	0	3	0	12	0
PCO	44	0	30	0	14	0	9	0
PSTU	60	0	28	0	4	0	13	0

2010								
Partido	Dep. Estadual *		Dep. Federal		Governador		Senador	
	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos
PSOL	462	4	259	3	23	0	28	2
PCdoB	628	18	119	15	1	0	9	1
PCB	35	0	15	0	13	0	9	0
PCO	2	0	3	0	3	0	1	0
PSTU	41	0	29	0	16	0	21	0

2014								
Partido	Dep. Estadual *		Dep. Federal		Governador		Senador	
	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos
PSOL	638	12	386	5	26	0	19	0
PCdoB	704	25	75	10	1	1	2	0
PCB	34	0	52	0	13	0	9	0
PCO	9	0	9	0	5	0	3	0
PSTU	125	0	88	0	12	0	20	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

*Soma de deputados distritais e estaduais.

Os dados nos mostram que o PSOL se distingue do PSTU, do PCB e do PCO por se apresentar como alternativa viável eleitoralmente, principalmente nas eleições legislativas. Nas três eleições analisadas, PCO, PSTU e PCB não elegeram nenhum candidato aos cargos de deputado estadual e federal e aos majoritários. A única exceção

foi a eleição de um deputado estadual pelo PCB em 2006. Embora o PSOL estabeleça limites e restrições às estratégias que podem ser empregadas por seus candidatos na disputa (no que se refere às coligações e ao financiamento, por exemplo), a legenda está de fato na disputa eleitoral competindo por cargos, assim como o PCdoB. Este último apresenta um desempenho geral bastante superior ao do PSOL, mas é necessário registrar que possui uma longa história, tendo sido criado em 1958 como uma dissidência do antigo Partido Comunista do Brasil criado em 1922.

Outra comparação interessante é entre o PSD e outros partidos que apresentam grande bancada na Câmara dos Deputados e, com exceção do DEM, são alocados no centro por boa parte da literatura especializada. Contudo, são partidos mais antigos e com grande visibilidade nacional, o que pode pesar em favor de seu desempenho nas urnas.

Tabela 18- Comparação do desempenho entre PSD e PSDB, DEM e PMDB (2014)

Partido	Dep. Estadual *		Dep. Federal		Governador		Senador	
	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Candidatos	Eleitos
PSD	447	73	161	36	4	1	8	2
PSDB	661	97	296	54	12	3	8	4
DEM	415	45	154	21	2	0	5	3
PMDB	750	142	341	65	18	7	11	5

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

*Soma de deputados distritais e estaduais.

Ao comparar esses partidos, é possível perceber que o PSDB e o PMDB lançam mais candidatos e possuem maior potencial para elegê-los do que o PSD que, por sua vez, mesmo em sua primeira eleição, não fica muito atrás do PSDB, sendo que este é um dos partidos mais importantes do Brasil, protagonizando as eleições presidenciais desde 1994. Ao observarmos a eleição para o executivo estadual, é possível notar que tanto o PSDB quanto o PSD conseguem eleger 25% de seus candidatos e, no pleito para deputado federal, o PSD elege proporcionalmente mais candidatos do que o PSDB (22% e 18%, respectivamente). O PMDB se destaca na disputa ao cargo de governador elegendo sete candidatos. Mesmo sendo o partido que mais elege deputados federais, proporcionalmente ao número de candidatos lançados, fica atrás do PSD. O DEM

possui desempenho pior do que o PSD em quase todas as disputas, menos para o cargo de senador.

Por último, devemos destacar as diferenças em termos do comportamento dos partidos no que se refere às alianças. A direção do PSOL se mostra bastante rígida nesse ponto, proibindo alianças com uma série de partidos que não compartilham de seus objetivos definidos em seu estatuto e programa e incentivando a união com partidos que se aproximem minimamente de suas expectativas, como o PSTU e o PCB. Já a direção do PSD se preocupou, em 2014, em fazer alianças com partidos que indicassem seus membros para cargos como o de governador, de vice-governador e de senador. Podemos notar que enquanto o PSOL busca se orientar por questões ideológicas e programáticas e busca compatibilizá-las com seu objetivo de obter votos e ganhar eleições, o PSD se orienta por questões pragmáticas e objetivos eleitorais.

Soares (1964), um dos pioneiros nos estudos sobre coligações no Brasil, destaca duas explicações para a ocorrência de coligações em nosso país. A primeira explicação é motivada por uma busca racional dos partidos em maximizar seu desempenho eleitoral, pois, com o mesmo número de votos, partidos coligados conseguem eleger mais representantes do que se não estivessem coligados. Desse modo, essa estratégia seria desenvolvida com o objetivo de economizar esforços. A segunda perspectiva destacada pelo autor (1964) sobre as coligações aborda a questão ideológica como um fator de moderação das estratégias de coligação, pois a orientação ideológica do eleitorado seria relevante para explicar o comportamento dos partidos. Assim, quanto mais determinado eleitorado é orientado por questões ideológicas, mais resistente ele será a alianças partidárias inconsistentes ideologicamente.

As coligações também são importantes para distribuição do tempo do HGPE, pois quanto mais partidos coligados, mais tempo na televisão a aliança terá. Segundo a Lei nº 9.504/97, também conhecida como lei das eleições, o tempo de televisão deve ser dividido da seguinte maneira: 10% do tempo dividido de maneira igualitária para todos os partidos e os outros 90% do tempo distribuídos de forma proporcional ao número de representantes na Câmara dos Deputados. Em caso de coligação para as eleições majoritárias, deve ser considerada a soma dos representantes das seis maiores bancadas dos partidos que integrem a coligação. Já para as eleições proporcionais é considerado o resultado da soma dos representantes de todos os partidos que formam a aliança.

O sistema político brasileiro permite, ainda, que os partidos sejam livres para definir quais critérios serão utilizados na estratégia de montar suas alianças, podendo se coligar de maneira diversa em cada um dos níveis da federação. Portanto, as organizações partidárias não são obrigadas a repetirem nos estados e municípios as mesmas alianças que são forjadas no nível nacional.¹²⁴ Também, no interior das coligações, os votos são transferidos livremente de um partido para o outro.

Assim, as regras do sistema político brasileiro se mostram atrativas para se fazer alianças nas disputas eleitorais. Contudo, uma ressalva deve ser feita. Em municípios pequenos e médios, a transmissão do HGPE depende de condições tecnológicas que muitas vezes não são comuns na maioria dos municípios brasileiros. Nestes casos, em muitos municípios os candidatos não contam com esse espaço na televisão e seus eleitores assistem o HGPE de outros municípios (JARDIM, 2004).

Para Soares (1964), os partidos pequenos utilizam as coligações como estratégia para conseguir mais representatividade, tendo em vista que para eles a dificuldade de atingir o quociente eleitoral é maior. Por este motivo, tradicionalmente, os partidos menores se posicionam de maneira contrária ao fim das coligações. No fim do ano de 2017, o Congresso promulgou a emenda que extingue coligações para as eleições de 2020, bem como cria cláusulas de barreira ¹²⁵. O PSOL se manifestou contra a cláusula de barreira, mas se manifestou a favor do fim das coligações, como fica claro no trecho extraído do voto em separado de Chico Alencar e Ivan Valente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

A cláusula de barreira nos moldes propostos pela PEC 282/2016, segundo estimativas, reduziria significativamente a representação dos partidos no Congresso Nacional, restringindo a poucos partidos o direito de funcionamento parlamentar. É bem verdade que este Parlamento precisa enfrentar a criação de legendas de aluguel e fisiológicas e, por essa razão, saudamos a proposta do fim das coligações em eleições proporcionais. Todavia, a cláusula de barreira, além de inconstitucional, viola

¹²⁴ Para as eleições de 2006, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou através da Resolução N° 21.002/2002 que as coligações deveriam seguir um padrão vertical. Ou seja, as coligações estaduais deveriam ser um reflexo das coligações para as eleições presidências. Esta determinação valeu apenas para uma eleição e foi abolida quando o Congresso aprovou a Emenda Constitucional N° 52 ainda no ano de 2006.

¹²⁵Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/04/congresso-promulga-emenda-que-veda-coligacoes-e-estabelece-clausula-de-barreira>, acesso em: 15/04/2018.

flagrantemente o direito de minorias. “É uma cláusula de caveira”, disse o então Ministro Ayres Brito (Voto proferido por Ivan Valente e Chico Alencar na CCJC, 2016, p. 8)¹²⁶

O posicionamento de Chico Alencar e Ivan Valente em relação às coligações é mais uma evidência de que o PSOL colocou questões ideológicas e programáticas acima de considerações de natureza estratégica. É válido ressaltar que as coligações nas eleições proporcionais sem restrições para a transferência de votos geram grandes distorções na vontade manifestada pelo eleitor nas urnas.

Com base nessa discussão acerca dos benefícios e limites das coligações, fica claro como o PSOL possui maiores dificuldades na hora de formar suas alianças do que o PSD. Seja por seu posicionamento ideológico no campo da esquerda ou pela importância que seu eleitorado atribui às questões ideológicas e programáticas, o fato é que fazer alianças com qualquer partido não é uma opção possível para o PSOL. Por outro lado, o PSD, por não se posicionar ideologicamente, não se vê preso a um eleitorado que possa questionar coerência de suas alianças. Também não podemos falar em inconsistência ideológica em suas estratégias para coligações, pois o partido se afirma como uma legenda que superou essa dualidade entre esquerda e direita.

4.2 PSOL E PSD NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

4.2.1 PSOL nas eleições municipais de 2008, 2012 e 2016

No ano de 2008 ocorreu a primeira eleição municipal com a presença do PSOL. O partido lançou 2433 candidaturas pra o legislativo municipal e 280 candidatos a prefeito, sendo que 22 eram candidatos em capitais. Belo Horizonte (MG), Aracaju (SE), Macapá (AP) e Palmas (TO) foram as únicas capitais nas quais a legenda não

¹²⁶ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1544395.pdf>, acessado em 27/04/2018.

apresentou candidato a prefeito. Assim como na eleição de 2006, o PSOL seguiu lançando muitos candidatos ao executivo, mas não conseguiu eleger nenhum. Para o cargo de vereador foram 25 eleitos em 22 municípios, distribuídos em 13 unidades da federação (AC, AL, AP, AM, CE, GO, MT, MG, PA, PR, RJ, RS e SP).

Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul foram os locais onde o PSOL alcançou seus melhores resultados, em dois deles (RJ e RS) elegendo vereadores nas capitais. Apesar de não conseguir eleger prefeitos, a votação de Luciana Genro para a prefeitura de Porto Alegre (RS) foi bastante expressiva: a candidata obteve mais de 9% dos votos para o executivo municipal da capital gaúcha, ficando em quarto lugar. Heloisa Helena, outra fundadora do partido, também teve um bom resultado: foi a vereadora mais votada de Maceió (AL), somando quase 30 mil votos, eleita com 7,4% do total dos votos para o legislativo da capital alagoana.

Quanto às coligações do pleito de 2008, o padrão não difere muito das eleições gerais de 2006, mesmo considerando as peculiaridades de cada contexto municipal. A partir de uma resolução do Diretório Nacional¹²⁷, o PSOL proibiu seus candidatos de fazerem alianças com partidos que não possuíssem posições políticas compatíveis com as orientações do partido, entre eles, PT, PSDB, DEM e PMDB, bem como os “partidos mensaleiros” como, por exemplo, PR, PP e PTB. Na resolução, o partido afirma a necessidade de consolidar seu lugar como “oposição de esquerda e programática ao governo Lula” e a necessidade de se diferenciar da “oposição da velha direita”. Ainda na resolução referida, o PSOL afirma que suas alianças devem ser subordinadas ao programa aprovado em seu primeiro Congresso e ao objetivo estratégico de construção do Socialismo no Brasil. A legenda distingue as alianças estratégicas das alianças táticas, as primeiras seriam alianças com o objetivo de compor o bloco histórico dos trabalhadores e a segunda se refere a aliados táticos que não contradigam o programa e princípios da legenda.

Por outro lado, as coligações com os partidos que compunham a “frente de esquerda” no pleito de 2006, PCB e PSTU, foram aprovadas por esta mesma resolução, ao passo que as alianças com os partidos restantes deveriam ser aprovadas pela

¹²⁷Disponível em: http://www.psolnacamara.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=54:resolucao-do-diretorio-nacional-acerca-das-coligacoes-municipais-para-as-eleicoes-2008-30062008-&catid=10&Itemid=58, acessado em: 02/03/2018.

comissão de ética, devendo também seguir as diretrizes expostas no estatuto do partido e nas resoluções dos Congressos Nacionais da legenda.

Após as eleições em 2008, a Executiva Nacional do PSOL passou a analisar os casos nos quais seus candidatos descumpriram as orientações da resolução já mencionada. Após essa investigação, cinco vereadores eleitos foram expulsos do partido por não respeitarem as determinações da legenda sobre as coligações¹²⁸.

Em 2012, o PSOL participa de seu segundo pleito municipal, com 341 candidaturas a prefeito e 3923 candidatos a vereadores. O partido amplia o número de candidatos a prefeito e a vereador em comparação com a eleição municipal anterior e, mais uma vez, mantém a estratégia de lançar muitos candidatos ao executivo, se consagrando como o partido que mais lançou candidatos ao executivo municipal em capitais, 23 no total. O partido apenas não lançou candidatos em Manaus (AM), Recife (PE) e, a exemplo da eleição anterior, em Aracaju (SE).

Além de aumentar de forma relevante o número de candidaturas, o resultado eleitoral obtido pelo PSOL em 2012 também foi superior ao de 2008. Analisado internamente pela legenda como positivo¹²⁹, o resultado da eleição de 2012 revela um significativo crescimento da legenda em relação ao pleito municipal anterior¹³⁰.

Entre os resultados positivos devem ser destacados os dois primeiros prefeitos a se elegerem pelo PSOL. Pela cidade de Itaocara (RJ) foi eleito o ex-petista e sindicalista Gelsimar Gonzaga com 6796 votos, quase 45% dos votos válidos. Outro eleito, desta vez no segundo turno, foi Clécio Luiz, com aproximadamente 50% dos votos válidos. Este somou mais de 100 mil votos e se tornou o primeiro prefeito do partido em uma capital (Macapá-AP). Em Belém (PA), o PSOL também conseguiu fazer com que um candidato à prefeitura chegasse ao segundo turno mas, neste caso, Edmilson Rodrigues não foi eleito, obtendo 336.059 votos.

Para o legislativo municipal, em 2012, o PSOL conseguiu eleger 49 vereadores em 13 estados (AL, AP, BA, CE, GO, MA, MG, PA, RJ, RN, RS, SC e SP) de todas as

¹²⁸ Disponível em: <https://www.psol50.org.br/blog/2008/12/18/coligacoes-eleitorais-irregulares-serao-punidas/>, acessado em: 02/03/2008.

¹²⁹ Disponível em: <http://randolferodrigues.com.br/uma-eleicao-de-vitorias-para-o-psol/>, acessado em: 02/03/2008

¹³⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2012/noticia/2012/10/pmdb-e-psdb-perdem-vereadores-e-pt-cresce-nas-camaras-municipais.html>, acessado em: 02/03/2008

regiões do Brasil. Desta vez foram 11 capitais com vereadores eleitos pelo partido (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Florianópolis, Goiânia, Belém, Macapá, Maceió e Natal). Entre os destaques, mais uma vez os estados de São Paulo e Rio de Janeiro devem ser mencionados, com 8 vereadores eleitos, incluindo suas capitais.

Considerando as coligações para o pleito de 2012, a executiva nacional do PSOL proibiu seus diretórios nacionais de fazerem alianças com partidos como PSDB, DEM, PMDB, PR, PTB, PSD, PRB e PP. Ao todo, foram vetadas alianças em 150 cidades. Mais uma vez, as coligações com PSTU e PCB foram vistas com bons olhos pela direção nacional da legenda e, em alguns municípios, algumas exceções foram permitidas, como as alianças com partidos como PT, PSB, PCdoB, PPS e PDT. Ivan Valente justificou essas exceções da seguinte maneira: “São partidos que faziam parte da frente de esquerda da década de 1990. Mas cada caso é analisado de forma isolada”.

131

A literatura sobre coligações eleitorais no Brasil nos oferece pistas para compreender este comportamento do PSOL nas eleições municipais. Machado e Miguel (2011) adicionam um terceiro elemento, além da ideologia e do pragmatismo, que diz respeito à dimensão territorial e às singularidades locais. Ao considerar a existência de mais de um nível de disputa política (municípios, estados e união), os autores destacam os impactos que as peculiaridades das esferas da federação causam na dinâmica de interação partidária e, conseqüentemente, na disputa eleitoral.

Segundo Avelino, Biderman e Barone (2012), boa parte da estrutura organizativa dos partidos se dá de maneira relativamente descentralizada graças às singularidades propiciadas pelo pacto federativo no Brasil. Esse entendimento acompanha o argumento de Panebianco (1990), para quem “as nações federativas tendem a reproduzir organizações partidárias descentralizadas, o que resultaria em mobilizações em torno de questões locais”. Assim, no Brasil, apesar de haver recorrentemente a intervenção de órgãos hierarquicamente superiores, as convenções municipais gozam de certa autonomia sobre as decisões das campanhas municipais como, por exemplo, no caso das coligações. Portanto, apesar de existir claramente uma

¹³¹ Disponível em: <http://www.toninhovespoli.com.br/eleicoes-2012/campanha/deu-na-imprensa/>, acessado em: 02/03/2018.

estrutura hierárquica bem definida entre as instancias partidárias, os líderes locais possuem um grau de liberdade razoável para costurar suas estratégias políticas.

Outra variável importante para entender o nível de flexibilidade dos partidos na realização das alianças e o quanto elas são ou não consistentes ideologicamente é o tamanho do município. Peixoto (2010) chama a atenção para esta variável afirmando que em municípios pequenos as chances de coligações ideologicamente inconsistentes são maiores, quando comparamos com os municípios maiores. Isso ocorreria porque os partidos, ao buscarem expandir sua presença pelo território, encontrariam forças políticas consolidadas no nível local. Assim, pelo menos em um primeiro momento, precisam flexibilizar suas posições para entrarem na competição local. As eleições nesses municípios também teriam menor visibilidade e as alianças consistentes teriam mais chances de passarem despercebidas e implicarem em menores custos em comparação com os maiores colégios eleitorais.

Na eleição municipal de 2016, o PSOL continuou aumentando seu número de candidatos. Para este pleito, foram 4304 candidatos a vereador e 407 candidatos ao executivo municipal. Da mesma forma como aconteceu nas eleições anteriores, a legenda se notabiliza por lançar muitos candidatos a prefeito em capitais. Foram 23 capitais no total, com exceção de Rio Branco (AC), Macapá (AP) e Palmas (TO). As duas últimas cidades também não tiveram candidatos nas eleições de 2008.

Apesar do aumento do número de candidatos a prefeito em comparação com a eleição anterior, o partido se manteve com apenas dois prefeitos eleitos, ambos no Rio Grande do Norte, nas cidades de Jaçanã e Janduís. Em Janduís, o eleito foi o ex-petista Zé Bezerra, que já havia sido prefeito da cidade entre 1989 e 1992. Além dos eleitos, três candidatos psolistas chegaram ao segundo turno em Sorocaba (SP), e nas capitais Belém (PA) e Rio de Janeiro (RJ). Nesta última, o deputado carioca Marcelo Freixo alcançou mais de 1 milhão de votos, o que não foi suficiente para derrotar Marcelo Crivella (PRB).

Nas disputas para as câmaras municipais, além de aumentar o número de candidatos, o PSOL também aumentou o número de vereadores eleitos, passando de 49 em 2012 para 54 em 2016. Entre as cidades com vereadores eleitos pela legenda, 10 são capitais: Macapá (AP), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Belém (PA), Recife (PE), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro

(RJ). A última, com oito vereadores eleitos, apresentou o melhor desempenho do PSOL. Desempenho este que não pode ser dissociado da campanha de Marcelo Freixo para a prefeitura do Rio de Janeiro. Nas capitais Belém (PA), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS), a sigla obteve os vereadores mais votados, Marinor Brito, Áurea Carolina e Fernanda Melchiona, respectivamente. O presidente da fundação Lauro Campos, ligada ao PSOL, Juliano Medeiros, creditou ao sucesso das três vereadoras ao forte engajamento da militância do PSOL pelos direitos das mulheres¹³².

Quanto às coligações no pleito de 2016, o PSOL se configura como o partido com maior taxa de candidatos isolados¹³³. Entre os partidos que fizeram alianças com a legenda, o que mais se destaca é o PCB, pois repetiu seu apoio ao PSOL em 29 das prefeituras nas quais o partido pleiteava o cargo, seguido por REDE e PSTU, com 11 e 9 alianças para o executivo municipal, respectivamente. Os demais partidos que se coligaram com o PSOL neste pleito foram PCdoB, PT, PV, PPL, PSB, PEN, PTC, PTN, PPS e PDT. Mais uma vez, a executiva nacional do PSOL é bastante rígida quanto aos partidos com os quais os diretórios municipais não devem promover alianças. Alianças com partidos considerados de direita como PSDB, DEM, PMDB, PR, PRB, PTB, PSD, PPS, PSC, SD e PP não foram permitidas¹³⁴. Devemos ter em mente que uma coisa é o diretório nacional proibir determinadas coligações e outra coisa é possuir real capacidade para controlar as estratégias de aliança nos mais variados municípios brasileiros. É claro que as formas e a eficácia desse controle vão variar entre os partidos, mas, como sugere Avelino, Biderman e Barone (2012), apesar de toda estrutura hierárquica, geralmente os diretórios e comissões provisórias municipais possuem certo grau de liberdade na hora de definir suas estratégias em relação aos pleitos municipais.

¹³² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1819571-psol-cresce-nas-eleicoes-e-tenta-ser-alternativa-da-esquerda-ao-pt.shtml>, acesso em: 02/03/2018.

¹³³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/nas-aliancas-para-prefeito-logica-do-vale-tudo-20133037>, acesso em: 02/03/2018

¹³⁴ Disponível em: <http://www.psol50.org.br/diretrizes-para-politica-de-aliancas-nas-eleicoes-2016-executiva-nacional-do-psol/>, acesso em: 02/03/2018.

Tabela 19 - Desempenho do PSOL nas eleições municipais (2008-2016)

	2008	2012	2016
N. de candidatos a vereador(a)	2.433	3.923 (↑)	4.304 (↑)
Votação obtida (votos nominais + legenda)	628.674	1.115.532 (↑)	1.300.893 (↑)
N. de eleitos a vereador(a)	25	49 (↑)	54 (↑)
N. de candidatos a prefeito	280	341 (↑)	407 (↑)
Votação obtida	795.275	2.388.701 (↑)	2.099.382
N. de eleitos a prefeito	0	2 (↑)	2 (↓)
Coligações	Permitidas com PCB e PSTU.	Permitidas com PCB e PSTU. Em alguns municípios também foram permitidas com PT, PSB, PCdoB, PPS e PDT.	Partido com maior número de candidatos sem coligação. Entre os partidos coligados estavam PCB, PSTU, REDE, PCdoB, PT, PV, PPL, PSB, PEN, PTC, PTN, PPS e PDT.
Destaques	Não lançou candidatos a prefeito em 4 capitais: Belo Horizonte, Aracaju, Macapá e Palmas. Elegeu vereadores em 22 municípios de 13 unidades da federação.	Não lançou prefeitos em 3 capitais. Manaus, Recife e Aracaju. Primeira vez que elege prefeitos, um deles em uma capital (Itaocara – RJ e Macapá – AP)	Manteve o número de prefeitos eleitos, mas dessa vez sem vencer em nenhuma capital. Marcelo Freixo no RJ teve mais de 1 milhão de votos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Com esses resultados, o PSOL fica atrás de partidos mais tradicionais de esquerda como o PDT, o PCdoB e o PPS, mas à frente de pequenos partidos de esquerda como o PCB, PSTU e PCO. Se observarmos seu desempenho por região, encontramos resultados similares aos apresentados nas eleições nacionais. RJ, RS e SP

são os estados que mais se destacam em 2008: nos dois primeiros a legenda consegue eleger candidatos até mesmo para as capitais. Em 2012, o partido consegue suas primeiras prefeituras (Itaocara-RJ, Macapá-AP) e disputa o segundo turno em Belém-PA. Nota-se que nesses três estados a legenda já havia conseguido resultados satisfatórios na eleição de 2010, quando elegeu dois senadores (AP e PA) e deputados federais no RJ. Para o legislativo municipal, os destaques ficam para os estados de SP e, mais uma vez, RJ, com 8 vereadores eleitos em cada estado, incluindo suas capitais. Já no último pleito municipal disputado pelo partido, 54 vereadores são eleitos, e entre as cidades com vereadores eleitos pelo PSOL, 10 são capitais (Macapá-AP, Salvador-BA, Belo Horizonte-MG, Belém-PA, Recife-PE, Natal-RN, Porto Alegre-RS, Florianópolis-SC, São Paulo-SP e Rio de Janeiro-RJ). Em Belo Horizonte, Porto Alegre e Belém a sigla consegue ter as vereadoras mais votadas. A maior quantidade de vereadores eleitos por estado acontece no Rio de Janeiro, com 8 vereadores eleitos, além do ótimo desempenho de Marcelo Freixo, que fica em segundo lugar na prefeitura com mais de 1 milhão de votos.

4.2.2 PSD nas eleições municipais de 2012 e 2016

Com seu registro definitivo junto ao TSE em 2011, as eleições municipais de 2012 são as primeiras das quais o PSD participa. Vale destacar que, a essa altura, o partido já contava com a quarta bancada na Câmara dos Deputados, e também com dois senadores e dois governadores, todos eleitos em 2010 por outros partidos e que migraram para o PSD após sua fundação. Sua estréia em 2012 foi vista como positiva pelas instâncias internas do partido: foram lançadas 21.681 candidaturas ao legislativo municipal, das quais 4.664 (21,5%) foram vitoriosas, fazendo dele o quinto partido brasileiro em número de vereadores eleitos¹³⁵. No executivo municipal, foram 1.092

¹³⁵ Disponível em: <http://psd.org.br/noticia/psd-comemora-e-o-quarto-partido-em-numero-de-prefeitos-eleitos-em-2012/>, acesso em: 07/03/2018.

candidatos e 497 eleitos (42,8%) (incluindo a capital Florianópolis). Este resultado fez do partido o quarto em número de prefeitos eleitos, atrás de PMDB, PSDB e PT¹³⁶.

A Bahia foi o estado em que o partido conseguiu mais prefeituras, 70 no total. Santa Catarina também contribui bastante para que o PSD se tornasse o quarto partido com mais prefeituras em 2012: com 54 prefeitos eleitos foi o segundo estado no qual o partido mais elegeu candidatos ao executivo municipal. Em termos proporcionais, o Amazonas também se destaca, com 24 prefeitos eleitos e vitória do partido em quase 40% dos municípios do estado. A força nesses três estados não deve ser creditada ao mero acaso pois, em Santa Catarina e no Amazonas, os governadores eram pessedistas e, na Bahia, o vice-governador pertencia à legenda.

Após seu registro em 2011, 297 prefeitos migraram para o PSD. Destes migrantes, 208 concorreram à reeleição e 103 foram reeleitos em 2012. Como mostram Krause e Gerardi (2012), nos estados em que o PSD contava com governadores (SC e AM) e vice-governadores (SP, TO, BA, MT, PB e RN), o número de prefeitos que migraram para o PSD antes do pleito de 2012 foi maior, assim como a capilaridade das candidaturas nos estados e o sucesso dos candidatos ao executivo municipal.

Em seu primeiro pleito, o partido se coligou com diversas siglas pelo país. Independentemente de ideologia, suas coligações seguiram lógicas locais e não se orientaram por nenhum tipo de determinação pré-estabelecida pela executiva nacional. Entre os partidos que apoiaram o PSD em suas campanhas nas eleições municipais de 2012 estão: PMDB, PT, PSDB, PSB, PP, PDT, PTB, DEM e PR¹³⁷. Com 372 alianças, o PP é o partido que mais vezes se coligou com o PSD, seguido por PSDB e PMDB.

Em 2016, o partido ampliou em 20% o número de candidatos ao legislativo municipal e manteve o desempenho de 2008 com 4633 vereadores eleitos. Houve ampliação, também, no número de candidatos e no número de eleitos ao cargo de prefeito, 1338 e 539, respectivamente, com um aumento de cerca de 9%¹³⁸. Pela segunda vez, a Bahia é o estado no qual o PSD elege mais prefeitos, 81. O estado de Santa Catarina continua contribuindo bastante para o sucesso da sigla no executivo

¹³⁶ Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2012/raio-x/partidos-e-prefeitos/numero-de-prefeitos-eleitos>, acesso em: 08/03/2018.

¹³⁷ Disponível em: <http://estadaodados.com/coligacoes/#ano/2014/partidos/10>, acesso em: 07/03/2018.

¹³⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/psdb-e-psd-crece-em-n-de-prefeituras-pt-encolhe.html>, acesso em: 09/03/2018

municipal, com 59 prefeituras, cinco a mais que no pleito anterior. São Paulo é o estado em que a legenda mais aumenta seu número de prefeitos passando de 34 eleitos em 2012 para 60 em 2016. A maior decepção ocorre no Amazonas: em 2012, a sigla foi vitoriosa em 40% dos municípios; em 2016, caiu para 10% das prefeituras. Entre as capitais, o PSD sai vitorioso em duas, João Pessoa (PB) e Campo Grande, a única cidade do Mato Grosso na qual a legenda consegue ser vitoriosa no executivo municipal.

Quanto às coligações, mais uma vez não parece haver nenhuma determinação da direção do partido no sentido de limitar ou fomentar algum tipo de aliança. O PSD recebeu apoio de 31 partidos nas eleições municipais de 2016 e aproximadamente 95% de seus candidatos ao executivo municipal concorreram coligados a um ou mais partidos¹³⁹. Entre as coligações do PSD, a maior presença é do PSDB (32%). Em seguida, vem o PP e o DEM. Do total de candidatos, 95,3% concorreram coligados, o que fez do partido o segundo em número de candidatos coligados, atrás apenas do PSDB. Já o PSOL é o campeão das candidaturas isoladas: do total de 423 candidatos, 359 (84,9%) concorreram sozinhos.

Essa postura flexível do PSD em relação às coligações foi formalizada em março de 2016, quando foi publicado no Diário Oficial da União uma resolução do partido que deixava à cargo dos Diretórios e Comissões Provisórias a escolha de candidatos e a formação de coligações mediante a realização de convenções¹⁴⁰. Isso ocorreu apesar da sigla ter origem intraparlamentar e contrariar a expectativa de Duverger (1980), sendo um partido que centraliza as decisões na Executiva Nacional. No que se refere às coligações, o núcleo central do PSD tem como estratégia privilegiar arranjos locais em detrimento de acordos nacionais, tornando esse tipo de decisão descentralizada.

¹³⁹ Disponível em: <http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/grafico-coligacoes.html>, acesso em: 09/03/2018

¹⁴⁰ Disponível em: <http://psd.org.br/wp-content/uploads/2016/08/TSE-normas-complementares-resolucao-55-PSD-16-3-2016-Eleicoes-2016-1.pdf>, acesso em: 09/03/2018

Tabela 20 - Desempenho do PSD nas eleições municipais (2012-2016)

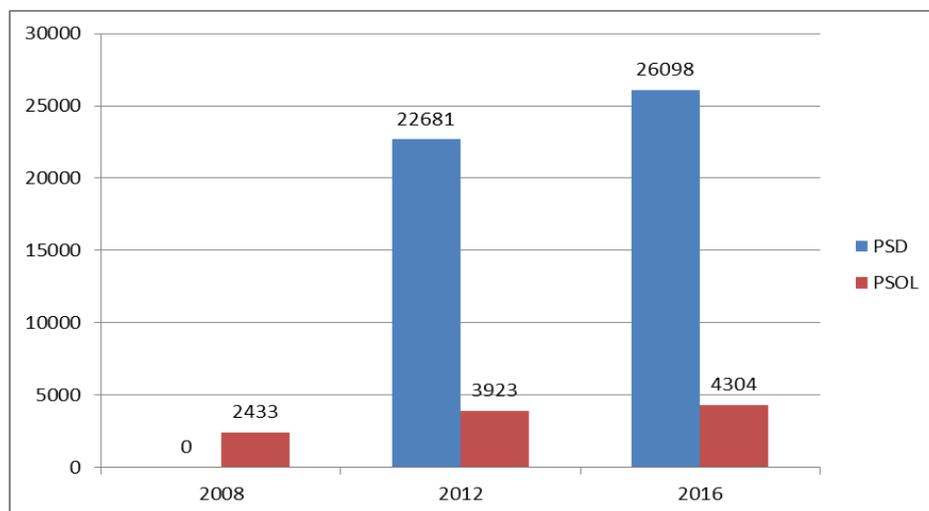
	2012	2016
N. de candidatos a vereador(a)	21.681	26.098 (↑)
Votação obtida	6.146.314	6.593.633 (↑)
N. de eleitos a vereador(a)	4.664	4.633
N. de candidatos a prefeito	1.092	1.338 (↑)
N. de eleitos a prefeito	497	539 (↑)
Votação obtida	5.931.221	8.174.497 (↑)
Coligações	PSD fez coligações com diversos partidos, as mais recorrentes foram com PP, PSDB e PMDB.	Mais de 95% dos candidatos a prefeito coligados. Os partidos que mais se coligaram com o PSD foram PSDB, PP, DEM e PT.
Destaque	EM sua primeira eleição o PSD foi o quarto partido que mais elegeu prefeitos e o quinto que mais elegeu vereadores.	Terceiro partido com o maior número de candidatos a prefeito.

Fonte: Elaboração própria

4.2.3 Comparando o desempenho de PSD e PSOL nas eleições municipais

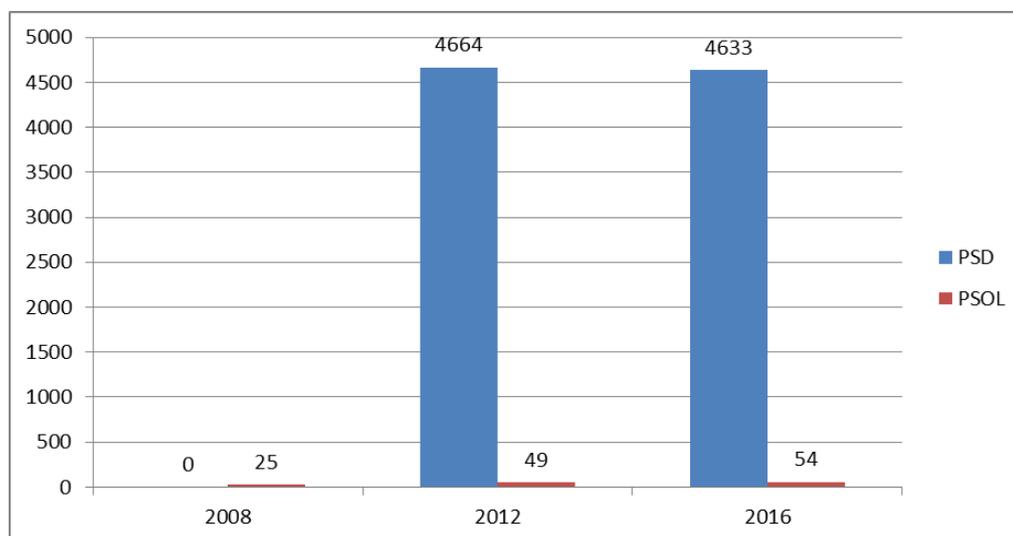
Nas eleições municipais, o número de participações dos partidos é mais equilibrado, com o PSOL participando de três pleitos (2008, 2012 e 2016) e o PSD de dois (2012 e 2016). Quanto aos resultados, o que vemos é, mais uma vez, um sucesso muito maior do PSD, apesar da melhora progressiva do PSOL. Além de lançar mais candidatos, o PSD consegue eleger um número muito mais expressivo, tanto no legislativo quanto no executivo municipal, como podemos conferir nos gráficos a seguir.

Gráfico 7 - N. de candidatos a vereador(a) pelo PSOL e pelo PSD (2008-2016)



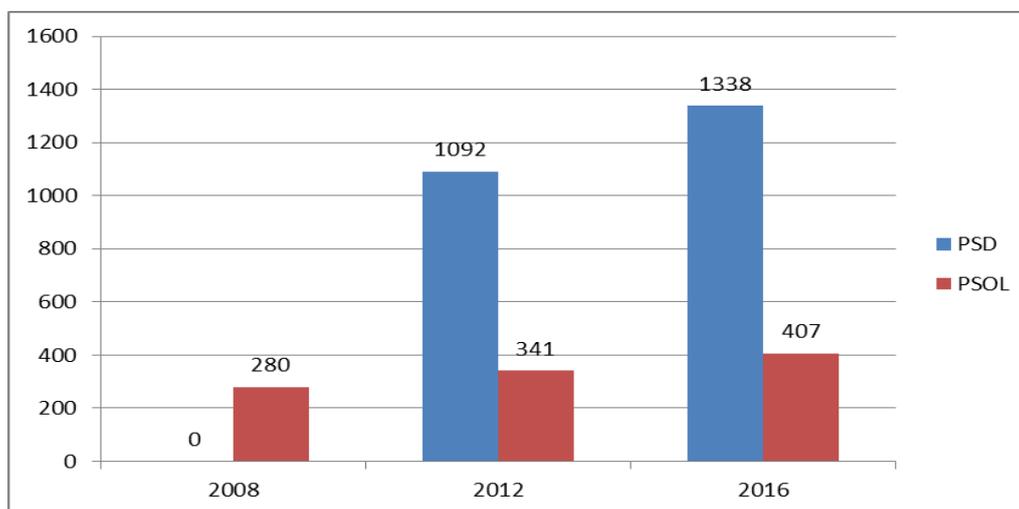
Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Gráfico 8 - N. de eleitos a vereador(a) pelo PSOL e do PSD (2008-2016)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Gráfico 9 - N. de candidatos a prefeito(a) pelo PSOL e do PSD (2008-2016)*



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

* PSOL elegeu dois prefeitos em 2012 e dois em 2016. O PSD passou de 497 para 539 eleitos a prefeito de 2012 a 2016.

As coligações no nível municipal seguem os mesmos padrões das eleições nacionais. Enquanto o PSOL é muito mais preocupado com questões ideológicas ao formular sua estratégia de alianças, o PSD deixa a decisão a cargo de seus diretórios municipais, respeitando a lógica local. O padrão de coligações deixa claro o posicionamento do PSOL no campo da esquerda. Em contrapartida, as coligações do PSD não nos permite delinear nenhum tipo de padrão, pois o partido se coliga com partidos de todo o espectro ideológico. Todavia, é possível notar maior aproximação com partidos de centro e de direita, como PMDB, PSDB, PP e DEM.

A comparação dos dois partidos com outros mais similares em tamanho e no espaço que ocupam no espectro ideológico pode ampliar a nossa compreensão sobre seu lugar na política brasileira. É o que fazemos nas tabelas 21 e 22.

Tabela 21- Comparação do desempenho do PSOL em eleições municipais com outros pequenos partidos de esquerda

2008						
Partido	Prefeito			Vereador		
	Candidatos	Eleitos	%	Candidatos	Eleitos	%
PSOL	280	0	0	2.433	25	1%
PCdoB	192	41	21%	7.066	612	9%
PCB	40	0	0	649	13	2%
PCO	9	0	0	22	0	0
PSTU	34	0	0	188	0	0

2012						
Partido	Prefeito			Vereador		
	Candidatos	Eleitos	%	Candidatos	Eleitos	%
PSOL	341	2	1%	3923	49	1%
PCdoB	226	54	24%	12185	976	8%
PCB	36	0	0	365	5	1%
PCO	5	0	0	11	0	0
PSTU	60	0	0	219	2	1%

2016						
Partido	Prefeito			Vereador		
	Candidatos	Eleitos	%	Candidatos	Eleitos	%
PSOL	407	2	0,5%	4304	54	1%
PCdoB	315	80	25%	11.090	1.004	9%
PCB	14	0	0	192	1	0,5%
PCO	18	0	0	35	0	0
PSTU	48	0	0	216	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Assim como nas eleições gerais, nos pleitos municipais o PSOL continua sendo um dos pequenos partidos de esquerda que possui algum grau de competitividade eleitoral, a medida que consegue eleger alguns de seus candidatos. Partidos como PCB, PCO e PSTU raramente conseguem eleger algum vereador. Já o PCdoB possui um desempenho melhor do que o PSOL, sobretudo se destacamos a disputa para o executivo municipal. Além de ser um partido muito mais antigo e tradicional no Brasil, o fato de o PCdoB ter passado boa parte do período recente aliado ao PT, que possuía

boa aprovação na maioria das eleições analisadas, pode ajudar a explicar o desempenho superior ao do PSOL.

Quando comparamos o PSD com outros partidos semelhantes quanto ao tamanho, porém bem mais antigos, e, se considerarmos as bancadas na Câmara dos Deputados, vemos que seu desempenho eleitoral deixa pouco a desejar?, apesar de se tratar de um partido recente.

Tabela 22 - Comparação do desempenho do PSD em eleições municipais com PSDB, PMDB e DEM

2012						
Partido	Prefeito			Vereador		
	Candidatos	Eleitos	%	Candidatos	Eleitos	%
PSD	1092	497	46%	21681	4.664	22%
PSDB	1621	686	42%	32127	5.260	16%
DEM	729	276	38%	20717	3.285	16%
PMDB	2258	1015	45%	40640	7.969	20%
2016						
Partido	Prefeito			Vereador		
	Candidatos	Eleitos	%	Candidatos	Eleitos	%
PSD	1338	539	40%	26098	4633	18%
PSDB	1720	791	46%	31.613	5.360	17%
DEM	712	266	37%	19.641	2.901	15%
PMDB	2320	1037	45%	39.017	7.557	19%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Ao observar os dados das duas eleições municipais das quais o PSD participou, fica claro que seu desempenho foi próximo ao dos três partidos tradicionais em questão, principalmente se considerarmos os valores proporcionalmente ao número de candidatos lançados em 2012, sua estréia em eleições.

É possível afirmar que o PSD busca maximizar votos jogando com as regras vigentes e se adequando aos incentivos gerados pelo sistema eleitoral e partidário. Ele se vale da liberalidade do sistema em relação à troca de partidos já na sua origem, levando consigo cadeiras que tinham sido conquistadas por outros partidos em 2010. Com os recursos que possui já de saída na sua fundação (uma bancada significativa na CD, cargos de governador, vice-governador e senadores, possuindo penetração em seis

estados), e com os que conquista até as eleições de 2012 (decisão favorável em relação aos recursos do Fundo Partidário), o partido se coloca em posição bastante promissora para a disputa. Maximiza as coligações buscando se inserir na disputa em condições vantajosas nas mais diversas localidades e se adaptando às circunstâncias, o que pode fazer por não se comprometer de forma clara com valores, programas e metas específicas. Também não cultiva laços e vínculos orgânicos com grupos sociais específicos, o que poderia limitá-lo em suas estratégias. Tudo isso ajuda a explicar o desempenho extremamente positivo do PSD, muito superior ao do PSOL, mesmo este último tendo seis anos a mais de existência.

Um exemplo desta estrutura pragmática que orienta boa parte das estratégias do PSD nas campanhas é – como vimos anteriormente – a resolução assinada pelo presidente do PSD, que não leva em consideração questões de cunho ideológico para orientar as alianças formuladas por seus diretórios e nem determina previamente quais partidos poderiam ser incluídos nas chapas nos estados. Isso, de certa forma, era previsível, tendo em vista que o partido se abstém de delinear um perfil ideológico para si mesmo e, desde sua origem, se estrutura dando bastante autonomia para os interesses locais. Dessa forma, ele evita que os diretórios fiquem amarrados aos acordos nacionais e os libera para se organizarem de acordo com as particularidades regionais. Logo, a recomendação da executiva nacional foi privilegiar alianças em que membros do partido fossem indicados para determinados cargos.

Já o PSOL, partido explicitamente de esquerda, comprometido com valores e programas muito específicos e enraizados em grupos e movimentos sociais, possui maior dificuldade em adotar certas estratégias de cunho pragmáticas que poderiam alavancar o seu desempenho eleitoral. Além de possuir determinados limites estratégicos devido ao seu posicionamento ideológico, a sigla não possui uma bancada muito numerosa na Câmara, nem conta com o apoio de muitos governadores e senadores, o que pode ser um obstáculo para a entrada do partido em alguns estados e municípios da federação. Apesar disso, a sigla não abre mão de candidatos próprios nas disputas para governador e senador, o que pode ser uma estratégia para divulgar o partido em todas as regiões e unidades federativas do Brasil, sobretudo nas quais o partido tem menos visibilidade. Lançar candidaturas próprias para presidente nas três eleições nacionais também fez parte da estratégia da legenda para aumentar sua evidência no cenário nacional.

Sendo assim, o PSOL vive um dilema comum a outros partidos que prezam pela luta contra o sistema, mas disputam eleições controladas por ele. Como se adaptar ao jogo político em uma democracia liberal sem se desprender de suas questões ideológicas que vão de encontro ao liberalismo? Este é um grande desafio que o PSOL precisa enfrentar para melhorar seu desempenho político, a medida que avalia o quanto vale a pena abrir mão de suas premissas ideológicas em detrimento de posições de poder que permitam que a legenda implemente seu programa. Em comparação com a grande maioria dos partidos brasileiros, não há dúvida de que, por enquanto, o PSOL segue privilegiando fatores ideológicos e se mantendo rígido quanto à proibição de alianças com determinados partidos que não possuem proximidade com os seus ideais, o que não exclui a possibilidade de alguma variação nas alianças em função de circunstâncias específicas. Isso, contudo, ainda é bastante residual.

Outros aspectos como a organização partidária e o número de filiados do PSOL e do PSD podem nos ajudar a compreender um pouco mais sobre seu desempenho eleitoral. Estes aspectos serão abordados na seção seguinte.

4.3 ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E FILIADOS

Estudos recentes que focalizam a dimensão organizacional dos partidos políticos brasileiros demonstram que há significativa variação na estrutura organizativa e na densidade organizacional das agremiações quando consideramos os tipos de órgãos (diretório ou comissão provisória) mais frequentes e a forma como seus filiados estão distribuídos pelo território (Guarnieri, 2009; Braga, Rodrigues-Silveira e Borges, 2012). Nesta seção, nos dedicaremos a comparar os dados sobre os órgãos partidários e os filiados do PSOL e do PSD.

A maioria dos trabalhos até agora focou no desenvolvimento da filiação partidária ao se disseminar pelo território nacional. Este esforço foi feito para o caso do PT, por exemplo. Amaral (2011) demonstra que o PT continuou aberto à participação da sociedade civil, expandindo seus filiados mesmo depois das transformações em sua

ideologia e em seu programa ao longo da década de 1990, além de ter vencido as eleições de 2002 e ocupado o executivo nacional.

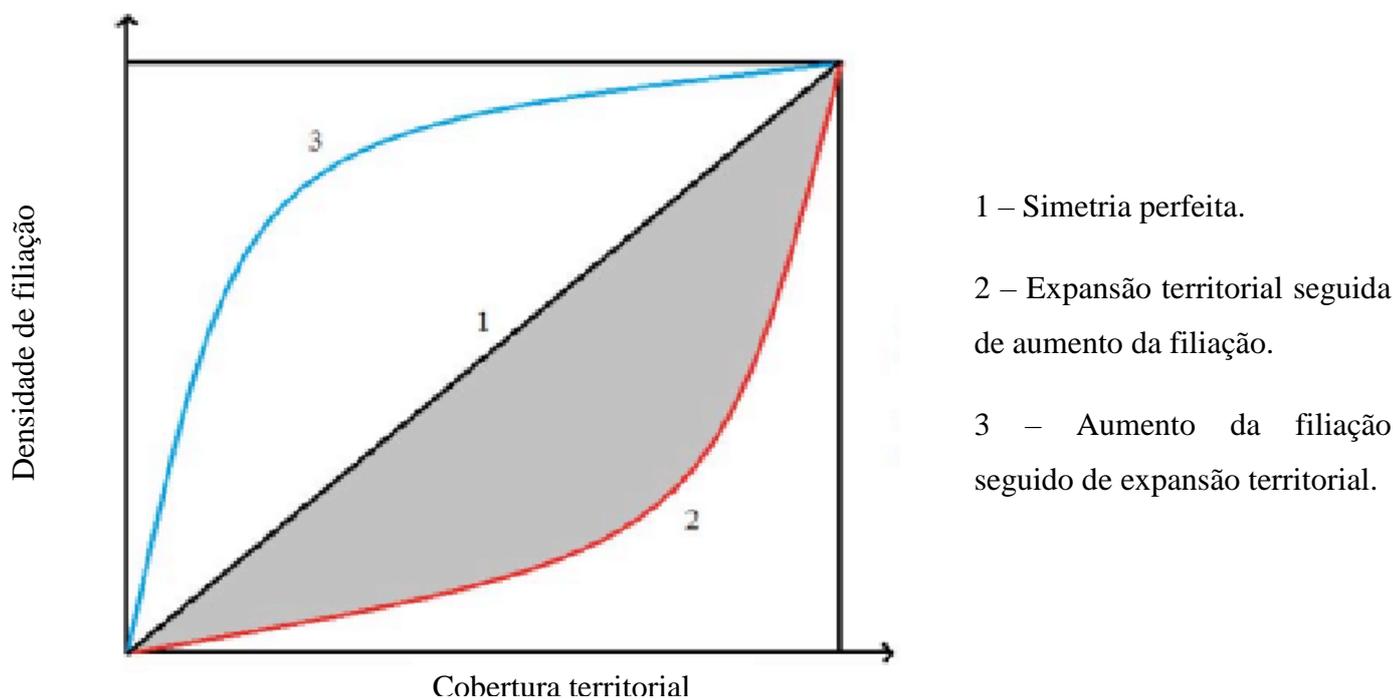
Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012) analisaram as características organizacionais dos partidos considerando a distribuição territorial de seus filiados e seu peso na estrutura partidária. Os autores salientam a importância do trabalho de Amaral (2011) em destacar dois indicadores para compreender o padrão de evolução organizativa das agremiações brasileiras desde os anos 1980. O primeiro indicador é constituído pela proporção dos municípios brasileiros nos quais um determinado partido apresenta organização própria ou filiados. Este primeiro indicador corresponde ao grau de penetração territorial¹⁴¹ de uma determinada legenda. O segundo indicador refere-se à densidade de filiação e é exposto pelo número de filiados a cada 100 mil eleitores.

Segundo Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012), a maneira como esses dois indicadores interagem constitui um leque de propriedades que nos capacitam a enquadrar os partidos políticos brasileiros e analisar sua evolução ao longo do tempo em três trajetórias distintas possíveis. A primeira dessas trajetórias é nomeada de *simétrica* ou *linear*, consistindo na “relação direta na qual o aumento de X na cobertura territorial dos partidos representaria uma proporção idêntica da densidade de filiação” (Braga, Rodrigues-Silveira, Borges, 2012). Segundo esta perspectiva, à medida que os partidos se nacionalizam, eles se transformam em agremiações com mais filiados. As duas outras trajetórias consideradas pelos autores (2012) não assumem que expansão territorial e aumento no número de filiados possa ocorrer de forma linear.

A segunda trajetória é denominada de *exponencial*. Segundo esse modelo, a cobertura territorial se configura como uma condição para explicar o crescimento do número de filiados. Portanto, ocorreria um aumento no território coberto pelo partido quase que proporcional ao aumento de filiados, e só posteriormente a densidade de filiados aumentaria de forma exponencial. A terceira trajetória é o inverso da segunda e é intitulada de *logarítmica*. Logo, neste caso, o aumento da filiação seria uma condição que precede a nacionalização ou aumento da presença de uma determinada legenda no território brasileiro.

¹⁴¹Devemos destacar a diferença entre o conceito de “penetração territorial” aqui exposto e o utilizado por Panebianco (2005). No trabalho citado a “penetração territorial” é usada para se referir à presença dos partidos nos municípios por meio de órgãos e filiados. Para Panebianco (2005), “penetração territorial” seria a iniciativa das elites que estão situadas no núcleo da agremiação em disseminar o partido, em contraposição ao conceito de “difusão territorial”, no qual vários líderes locais se unem em direção de um centro de poder.

Figura 1- Trajetórias hipotéticas da relação entre difusão territorial dos partidos e densidade a filiação



Fonte: Braga, Rodrigues-Silveira, Borges (2012).

Após examinar esses dois indicadores Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012) destacam que as trajetórias de partidos grandes são diferentes das trajetórias de partidos médios ou pequenos¹⁴². Os partidos grandes seriam caracterizados por já possuírem uma cobertura territorial relevante na época da redemocratização como, por exemplo, o PMDB; ou conquistaram seu terreno rapidamente nos primeiros anos da redemocratização, como os casos de PSDB e PT. Logo, esses partidos apresentam características que correspondem a uma evolução exponencial, pois em seus primeiros anos de existência expandiram suas bases espalhando comissões provisórias e diretórios para, posteriormente, aumentar seu número de filiados. Já os partidos pequenos e médios apresentaram uma evolução muito mais linear e simétrica, pois foram capazes de expandir sua base territorial à medida que expandiam seus filiados. O terceiro tipo de trajetória, a logarítmica, não correspondeu a nenhum caso de evolução institucional (Braga, Rodrigues-Silveira e Borges, 2012).

¹⁴² Para distinguir os partidos quanto ao tamanho Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012) utilizaram o número de filiados e não as bancadas no Congresso.

Apesar dos autores reconhecerem que a análise visual dos casos não traz evidências empíricas fortes suficientes para fazer afirmações mais precisas, eles consideram que este esforço é importante para demonstrar como as trajetórias de partidos grandes são distintas das trajetórias de partidos médios e pequenos. Além disso, a confirmação da existência de padrões na evolução dos partidos, sejam eles grandes, médios ou pequenos, é importante para contrariar o senso comum, que afirma que nossos partidos são instituições desorganizadas estruturalmente.

De modo geral, o trabalho de Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012) nos permite verificar, em grande medida, a correspondência entre organização e filiação partidária. Contudo, devemos destacar que as instituições que correspondem à organização partidária (diretórios e comissões provisórias) possuem características diferentes e podem apresentar variação em sua qualidade. Eles tomam como exemplo a estratégia adotada pelos partidos pequenos que optaram – como condição prévia para expansão do número de filiados – por expandir sua cobertura no território através de comissões provisórias, as quais podem ser consideradas como instituições mais frágeis que os diretórios. Todavia, também devemos considerar a adoção de organizações de caráter provisório como uma estratégia do partido, como sugere Guarnieri (2009). Segundo o autor, alguns partidos podem preferir aumentar sua dispersão nos territórios através de comissões provisórias por estas apresentarem mais flexibilidade e serem mais facilmente manipuladas pelas lideranças partidárias.

Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012) definem os diretórios e comissões provisórias da seguinte maneira:

Os diretórios partidários são unidades organizativas mais complexas que as comissões provisórias, pois são formadas por um número mais elevado de membros (variando segundo o partido) e exigem a realização de uma convenção municipal para sua homologação. As comissões provisórias, por sua vez, são instituídas pela iniciativa da direção estadual do partido e possuem somente uma curta duração (90 dias, no final dos quais é necessário realizar uma convenção para homologá-la como um diretório) (Braga, Rodrigues-Silveira e Borges, 2012, p. 18).

Devemos considerar, também, que a legislação eleitoral exige que as legendas possuam organização em boa parte do Brasil pois, para concorrer nas eleições, as agremiações precisam estar organizadas formalmente em um terço dos estados brasileiros.

Um elemento destacado por Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012) que apresenta grande relevância para a presente dissertação é a associação da ideologia do partido com sua estruturação organizacional. Os autores (2012) nos mostram, como veremos na tabela a seguir, que os pequenos partidos de esquerda como PCO, PC do B, PSTU e PSOL, apesar de apresentarem menor cobertura territorial, se diferenciam dos demais partidos, sobretudo os pequenos, por priorizarem a institucionalização das suas instâncias organizativas através da criação de diretórios. Todos os partidos supracitados apresentam mais de 20% de suas organizações no formato de diretórios, particularmente o PSOL, que apresenta algum tipo de organização em 8,8% dos municípios brasileiros. Entretanto, na maioria dos casos analisados pelos autores no que tange os partidos que não são de esquerda (sejam eles considerados como grandes, médios ou pequenos), há um número reduzido de diretórios, os quais ficam limitados às cidades mais populosas ou às que possuem alguma importância política para o partido. Isso ocorre no caso do PSD que, em 2011 (ano de obtenção do registro), já possuía presença em aproximadamente 73% dos municípios brasileiros com apenas 7% de diretórios.

Apesar de em apenas um ano alcançar boa capilaridade no território nacional, ao compararmos o PSD com os partidos grandes (PMDB, PSDB e PT) e outros de tamanho aproximado (PTB, PP, PR)¹⁴³, percebemos que ele ainda fica um pouco atrás no que se refere à proporção de municípios em que possui alguma estrutura organizativa, seja diretório ou comissão provisória. Contudo, o PSD, já em seu primeiro ano de existência, possuía mais diretórios do que o PR e o PTB, que são partidos mais antigos e mais tradicionais.

Já o PSOL, em comparação com outros partidos de esquerda, possui presença maior nos municípios brasileiros e mais diretórios do que os pequenos (PCB, PCO e PSTU). Se compararmos com os partidos de esquerda maiores como PCdoB, PSB, PDT e, principalmente, o PT, o PSOL fica muito atrás em relação ao número de municípios nos quais possui alguma estrutura organizativa.

¹⁴³ Tamanho do partido considerando a bancada na Câmara dos Deputados.

Tabela 23 – Estrutura organizacional dos partidos brasileiros por município (2011)

Partido	Total	Diretórios	Comissão provisória	% de diretórios	% de municípios
PT	5325	4221	1104	79,3	95,7
PMDB	5262	3454	1808	65,6	94,5
PSDB	4930	2395	2535	48,6	88,6
PP	4791	1015	3776	21,2	86,1
PTB	4561	27	4534	0,6	81,9
DEM	4479	1081	3398	24,1	80,5
PDT	4447	890	3557	20	79,9
PR	4395	38	4357	0,9	79
PSB	4160	473	3687	11,4	74,7
PSD	4060	285	3775	7	72,9
PSC	3563	65	3498	1,8	64
PPS	3420	496	2924	14,5	61,4
PV	3376	48	3328	1,4	60,7
PRB	2975	6	2969	0,2	53,4
PSL	2449	234	2215	9,6	44
PC do B	2415	802	1613	33,2	43,4
PHS	2055	350	1705	17	36,9
PRP	2047	73	1974	3,6	36,8
PT do B	1982	197	1785	9,9	35,6
PMN	1930	49	1881	2,5	34,7
PTN	1876	21	1855	1,1	33,7
PRTB	1836	11	1825	0,6	33
PTC	1761	35	1726	2	31,6
PSDC	1535	92	1443	6	27,6
PSOL	491	109	382	22,2	8,8
PCB	177	9	168	5,1	3,2
PSTU	63	21	42	33,3	1,1
PCO	46	16	30	34,8	0,8

Fonte: Braga, Rodrigues-Silveira, Borges (2012).

Considerando o total de municípios nos quais os partidos possuíam estruturas organizativas, não observamos muita diferença entre 2011 e 2018. O PSOL possuía órgãos em 8,8% dos municípios brasileiros e, atualmente esse valor chega a 9%. O PSD, em 2011, possuía organização em 72,9% dos municípios e atualmente se faz

presente em 71%. Contudo, se considerarmos o número de diretórios, as duas legendas em questão apresentaram aumento em seus números. O PSOL, que em 2011 possuía 109 diretórios correspondendo a 22,2% de todos os órgãos, atualmente possui 231 diretórios, representando 44% de todas as estâncias organizativas no município. Ou seja, dobrou o percentual de diretórios no total de seus órgãos municipais, o que pode sugerir maior institucionalização e consolidação da presença do partido em um número maior de municípios. Enquanto isso, o PSD também apresentou aumento em seu número de diretórios, passando de 285 (7%) em 2011 para 633 (16%) em 2018, mais do que o dobro do que tinha em 2011.

Tabela 24 – Estrutura organizacional de PSOL e PSD por município (2011 x 2018)

	Partido	Total	Diretórios	Comissão provisória	% de diretórios	% de municípios
2011	PSOL	491	109	382	22,2%	8,8%
	PSD	4060	285	3775	7%	72,9%
2018	PSOL	526	231	295	44%	9%
	PSD	3958	633	3325	16%	71%

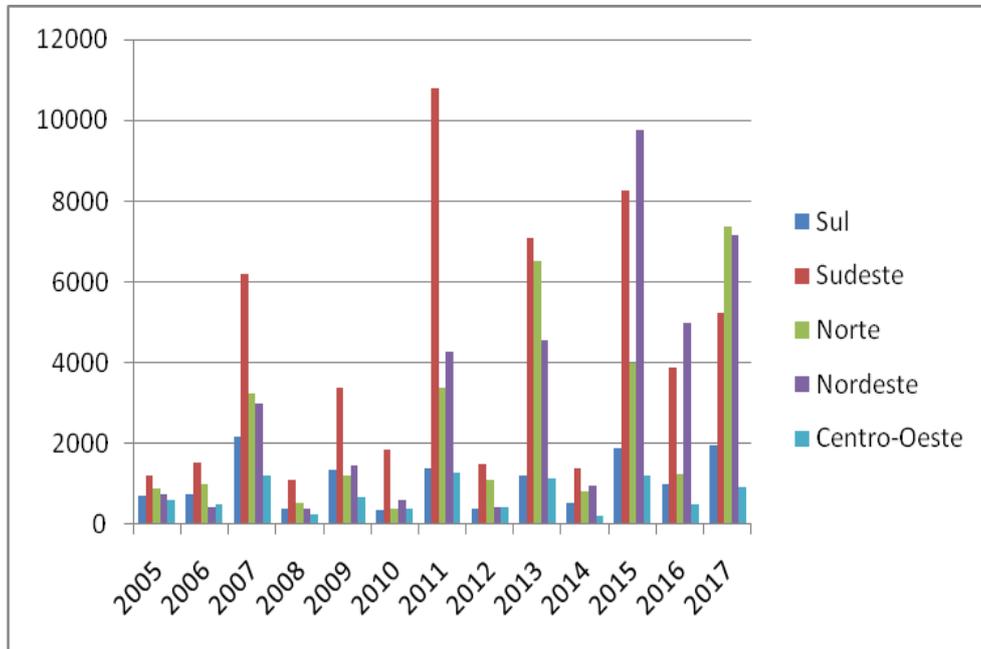
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e de Braga, Rodrigues-Silveira, Borges (2012).

Podemos perceber que a capilaridade apresentada pelo PSD continua bastante superior à apresentada pelo PSOL, mas o PSOL continua apresentando uma preocupação maior com a institucionalização e a consolidação de suas estruturas organizativas em comparação com o PSD. No entanto, se compreendemos os diretórios como instituições mais complexas do que as comissões provisórias, podemos considerar que ambos os partidos estão se movimentando no sentido de mais institucionalização de suas instâncias organizativas pelo território. Isso não quer dizer que o processo pelo qual essa ampliação se deu e os mecanismos mobilizados sejam os mesmos para os dois casos. Tal questão, infelizmente, ultrapassa o escopo de nossa investigação.

Quanto ao número de filiados podemos perceber que o PSOL, mesmo sendo mais antigo que o PSD, está atrás. Segundo dados do TSE, atualmente o PSOL conta com 244.079 filiados, enquanto o PSD possui 323.524. A região Nordeste é onde o PSD possui mais filiados, seguidos por Sul e Sudeste. Já o PSOL apresenta maior número de

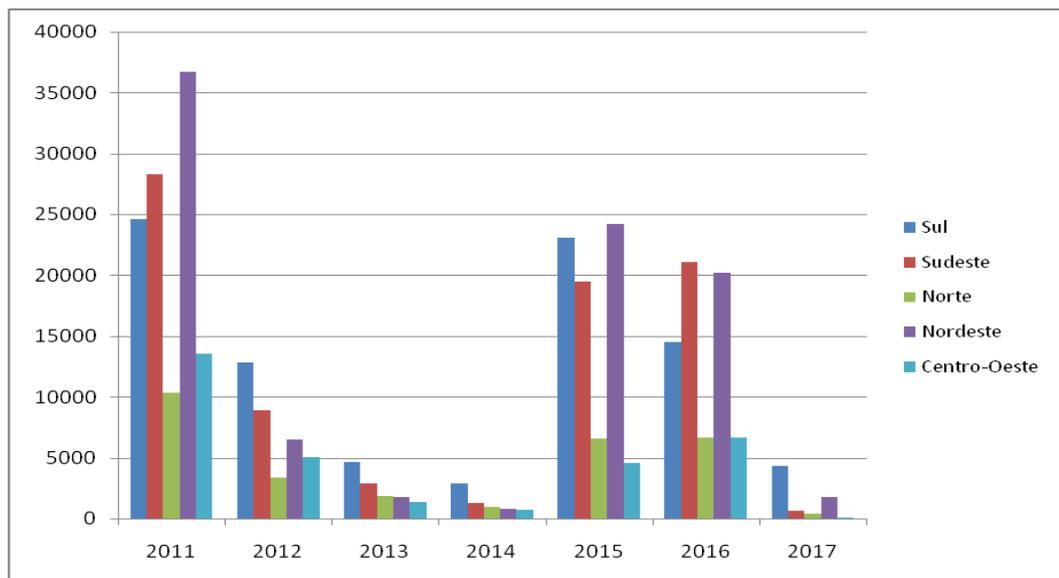
filiados na região Sudeste, seguido por Nordeste e Norte, como podemos ver nos Gráficos a seguir.

Gráfico 10 – Número de filiados do PSOL, por ano e região (2005-2017)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Gráfico 11 – Número de filiados do PSD por ano e região (2011-2017)



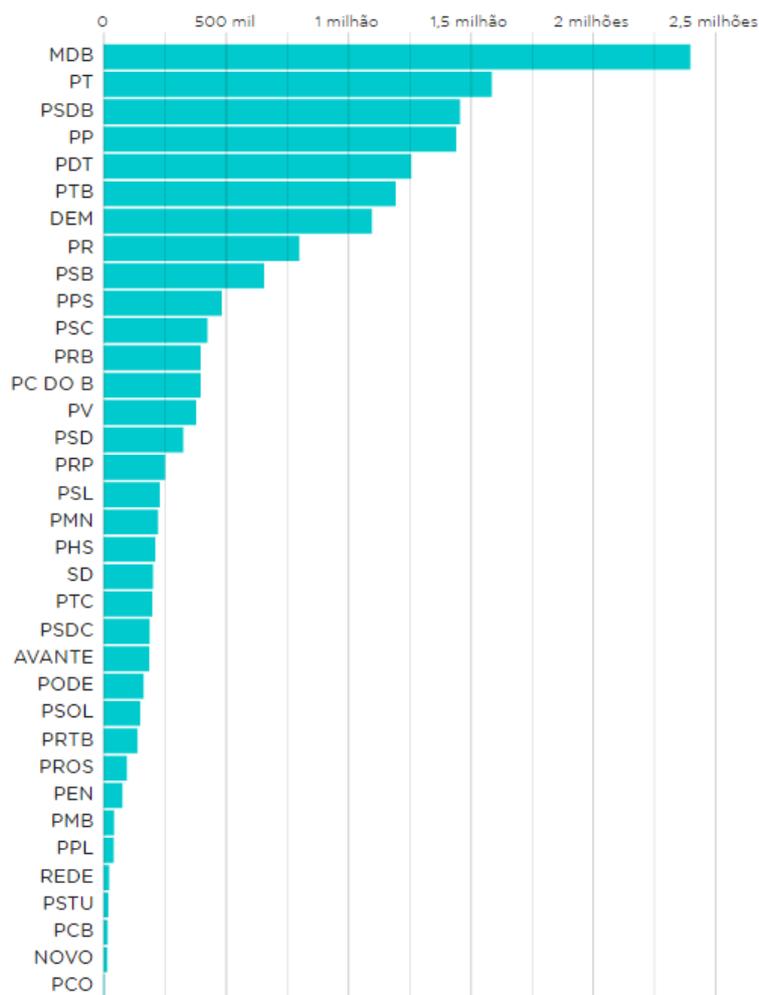
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Os picos de filiação do PSOL se dão nos anos que antecedem eleições, em 2007, 2011, 2013, 2015 e 2017. Três deles (2007, 2011 e 2015) foram anos que antecederiam eleições municipais. Esse dado parece corroborar a tese de Speck (2013) de que as filiações são impulsionadas, nos anos pré-eleitorais, pela numerosa candidatura de vereadores.

Já o PSD chama atenção pelo grande número de filiados em 2011, ano de sua criação e obtenção de registro junto ao TSE. Destaca-se também a numerosa filiação no Nordeste, região do Brasil na qual o DEM foi forte ao longo dos anos 1990 e perdeu muito espaço para o PT nos anos 2000, principalmente após a eleição de Lula. Outro aspecto importante é o aumento das filiações ao PSD em 2015, ano que precedeu a eleição municipal de 2016 e no qual teve início o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, ao qual o PSD se aliou. Podemos ler os altos índices de filiação em 2015 de duas formas: a primeira por ser um ano pré-eleição municipal como sugere a hipótese de Speck (2013) e a outra por ser o início do segundo mandato de Dilma, o que pode ter conferido ao PSD certa atração, pois ele pertencia à coalizão que estava à frente do Governo Federal.

Segundo dados da Justiça Eleitoral sobre o número de filiados dos partidos políticos no Brasil, podemos perceber que o PSOL apresenta uma quantidade de filiados superior aos outros pequenos partidos de esquerda como, por exemplo, PCO, PCB e PSTU. Contudo, ao compará-lo com outros partidos de esquerda mais tradicionais, como PSB, PDT e PCdoB, a quantidade de filiados no PSOL é muito inferior. Já a comparação do PSD em relação aos grandes partidos (PMDB, PT, DEM e PSDB) e outros médios de direita (PP, PR, PTB), nos permite perceber que ele possui uma quantidade bem menor de filiados.

Gráfico 12 – Número de filiados dos partidos brasileiros em 2018



Fonte: Nexo Jornal¹⁴⁴.

Após observar os dados expostos nesta seção sobre a estrutura organizacional dos partidos brasileiros, percebemos que o PSD e o PSOL apresentam trajetórias típicas de outros partidos do mesmo tamanho e da mesma família ideológica. Como podemos observar, o PSOL apresenta pouca capilaridade no território nacional (está presente em menos de 10% dos municípios), mas prioriza diretórios em boa parte dos municípios em que está presente (quase metade de seus órgãos municipais são diretórios). Esta característica é semelhante à de outros partidos pequenos de esquerda como PCO, PCB e PSTU, e pode indicar maior grau de institucionalização, pois os diretórios são

¹⁴⁴ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/04/02/Os-filiados-aos-partidos-brasileiros-g%C3%A0nerosidade-e-distribui%C3%A7%C3%A3o>, acesso em: 20/04/2018.

instâncias organizativas mais complexas do que as comissões. O PSD, por sua vez, está presente em mais de 70% dos municípios brasileiros, assim como a maioria dos partidos tradicionais, e possui um número reduzido de diretórios, bem como a maioria dos partidos que não compõem o bloco de esquerda. Todavia, essa forte presença no território nacional não se traduz em identificação junto ao eleitorado. Com apenas 1% das preferências, o PSD não se destaca em relação à maioria dos partidos (DEM, PCdoB, PDT, PR, PPS, PSB, PSC, PSD, PTB, PV e NOVO), ficando atrás de PT (19%), PMDB (7%), PSDB (6%) e PSOL (2%).

Observando o que esses dados dizem sobre as estratégias organizacionais dos dois partidos, à luz do modelo originário proposto por Panebianco (2005), podemos creditar a boa capilaridade no território nacional do PSD à sua estratégia de disseminação com características de difusão territorial e penetração territorial. Em sua gênese, a presença de um núcleo de poder foi tão importante quanto a presença de alianças com grupos políticos já existentes em diversas localidades.

Guarnieri (2009) destaca a estratégia de utilizar comissões provisórias para manter o controle das instâncias municipais por parte dos diretórios estaduais e nacionais, o que seria um fator de centralização de poder. No caso do PSOL, o que vemos é uma quantidade acima da média de diretórios, o que poderia indicar maior autonomia dos municípios. Entretanto, todas as instâncias estaduais e municipais do PSOL estão submetidas às decisões tomadas no Congresso Nacional, nas convenções nacionais e no Diretório Nacional, fazendo com que o poder continue centralizado.

Devemos ressaltar que esses dados sobre organizações e filiados são insuficientes para chegar a conclusões mais robustas e para compreender melhor a trajetória e as estratégias organizativas dos partidos. Para tal exercício seria necessário entrevistas com membros das instâncias organizativas nos níveis municipais, estaduais e nacionais, assim como entrevistas com filiados. Essas técnicas de pesquisa devem ser empregadas em pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi analisar os casos de PSOL e PSD e compreender como partidos aparentemente tão distintos conseguem se desenvolver no interior do mesmo sistema político e partidário. As questões que orientaram nossa investigação foram: o que impulsionou o surgimento destes partidos? Quais setores, ideais e interesses eles pretendem representar? Eles possuem a pretensão de ocupar algum espaço específico no campo ideológico? Se sim, qual espaço seria esse? E qual o grau de novidade que essas legendas foram capazes de apresentar?

Por meio de uma análise comparada do contexto de criação, do perfil dos primeiros membros, das características originárias, do desempenho eleitoral, do nível de novidade que esses partidos possuem, da estrutura organizacional e dos filiados, no período compreendido entre 2006 e 2018 para o PSOL e entre 2011 e 2018 para o PSD, foi possível ampliar nosso entendimento sobre o processo de criação e o posterior desenvolvimento de ambos os partidos.

Observamos, por exemplo, que, apesar da diferença nas motivações, PSOL e PSD tiveram suas origens no interior do Estado e dos órgãos representativos: o primeiro foi formado por ex-integrantes do PT, sendo que vários já possuíam mandato; já o segundo foi forjado a partir do descontentamento de lideranças do DEM que conseguiram o apoio de parlamentares de diversos partidos, o que culminou com uma das maiores bancadas da Câmara dos Deputados logo no primeiro ano de sua existência. A análise também demonstrou que o PSOL declaradamente se esforça para ocupar os espaços disponíveis à esquerda do espectro ideológico, ao passo que o PSD evita se definir ideologicamente de forma clara, características que ficam evidentes conforme analisamos os estatutos dos partidos e os discursos de suas lideranças.

Outro achado importante diz respeito ao desempenho eleitoral dos partidos, o que nos permite destacar o melhor desempenho do PSD em relação ao PSOL. A análise sugere que o PSOL apresenta mais institucionalização, haja vista que atualmente 44% de suas instâncias organizativas são em formato de diretórios, enquanto o PSD possui apenas 16% de diretórios, mesmo estando presente em mais municípios. A pesquisa nos encoraja a pensar que o PSOL apresenta um pouco mais de novidade do que o PSD, pois além de possuir uma nomenclatura completamente nova, a legenda socialista

trouxe para o debate político bandeiras novas que, aliadas a antigas demandas da esquerda, proporcionaram a representação de novos grupos na esfera da política.

Nossa hipótese central sugeria que o PSOL teve sua origem, estruturação, desenvolvimento e atuação orientados por fatores ideológicos e programáticos, ao passo que o PSD seria orientado por questões mais pragmáticas. Contudo, consideramos a política como um campo muito complexo e devemos levar em conta que dificilmente um partido se orienta puramente por um ou outro princípio, diretriz ou estratégia. Ao longo de nossa análise, pudemos perceber que o PSOL se orienta, na maioria das vezes, por questões ideológicas em detrimento do pragmatismo, ainda que esta escolha implique em custos políticos e eleitorais. O comportamento pragmático é muito mais claro na trajetória do PSD. A primeira evidência sobre o peso da ideologia na atuação do PSOL é o fato de o partido se posicionar publicamente como uma legenda de esquerda, assumindo todas as implicações (negativas ou positivas) que este posicionamento acarreta, postura à qual o PSD se furta a todo o momento, adotando um discurso de neutralidade ideológica. Outra evidência foi a expulsão de um de seus deputados federais, o cabo Daciolo, por divergências ideológicas, o que fez com que o partido tivesse diminuída sua já enxuta bancada na Câmara.

O padrão de coligações, sobretudo nas primeiras eleições, também pode ser considerado uma evidência da prioridade por estratégias ideológicas por parte do PSOL. Em boa parte dos pleitos, municipais ou nacionais, a legenda vetou qualquer tipo de alianças com partidos considerados de direita. Já o PSD faz coligações com qualquer tipo de partido, privilegiando mais o posicionamento de seus membros na aliança e o interesse de seus líderes locais do que fatores de cunho ideológico.

Outro exemplo de atuação pragmática do PSD é o trânsito de seus líderes entre oposição e situação em relação ao Governo Federal. Antes de sua fundação, suas principais lideranças, ainda no DEM, faziam forte oposição ao governo petista. Após a criação do PSD, elas se aproximaram do governo Dilma, integrando até mesmo o quadro ministerial com Gilberto Kassab no Ministério das Cidades. Após a reeleição de Dilma, em 2014, e toda a movimentação provocada por seu processo de impeachment, o PSD se alinha com o PMDB (um dos principais patrocinadores da queda de Dilma) e, mais uma vez, Gilberto Kassab ocupa um ministério, desta vez o de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no governo de Michel Temer.

Consideramos que a maior ou menor predisposição em se orientar por critérios ideológicos e programáticos está intimamente ligada à origem dos partidos. Enquanto os fundadores do PSOL vivenciaram atritos, por divergências ideológicas, dentro do PT (principal partido da coalizão governista), resultando em sua expulsão do partido e afastamento do núcleo do poder, os fundadores do PSD optaram por abandonar o DEM depois da queda vertiginosa em seu desempenho eleitoral, de derrotas em algumas disputas internas e em face da possibilidade de mais quatro anos alienados do Poder Executivo federal. Ao formar um novo partido, se aproximaram do centro de poder, o que seria impossível se continuasse no DEM, legenda que fazia oposição histórica ao PT. Apesar de todas as diferenças em relação aos objetivos e às estratégias adotadas por PSOL e PSD, ambos encontram em nosso arranjo político institucional formas de sobreviverem e se desenvolverem e, em alguns casos, até mesmo de se destacarem, sobretudo em relação a partidos que possuem tamanhos e pretensões semelhantes.

O objetivo da investigação não foi apenas lançar luzes sobre os dois casos específicos, mas, também, analisar em que medida esses casos revelam traços importantes do sistema partidário brasileiro. A primeira questão que salta aos olhos é a forma como o mesmo sistema permite a expressão e a coexistência de partidos com motivações, princípios organizacionais e estratégias tão distintas. As características do nosso desenho institucional podem explicar essa coexistência. O sistema de representação proporcional de lista aberta com permissão para coligações favorece a sobrevivência dos pequenos partidos e a representação das minorias, diferentemente do que costuma ocorrer em um sistema majoritário. Para alguns, esse seria um traço positivo do sistema que o tornaria mais aberto e poroso à renovação e à entrada de novos grupos. Por outro lado, há os que destacam a permissividade da legislação que rege a criação dos partidos políticos no Brasil e que facilita o acesso das organizações a recursos. Esse traço seria responsável pela multiplicação desordenada das siglas, gerando um campo frutífero para o surgimento de novos partidos com custos significativos para a inteligibilidade do sistema, para a responsabilização e a governança democrática.

Dialogando com os principais teóricos dos partidos políticos, buscamos avaliar em que medida as contribuições de autores já clássicos são úteis para pensar o surgimento de novos partidos no contexto atual das democracias contemporâneas no qual o Brasil se insere, marcado pelo que muitos consideram ser a crise da democracia

representativa centrada em eleições, partidos e parlamentos. Os modelos propostos por Duverger (1980) e Panebianco (2005) foram importantes, mas limitados para que pudéssemos compreender a relação entre a origem dos partidos, sua estrutura organizativa e seu desenvolvimento posterior. A partir desta análise podemos perceber que, apesar de PSOL e PSD serem partidos oriundos do parlamento, ambos não apresentam estrutura descentralizada como sugerido por Duverger. Mediante o modelo originário proposto por Panebianco, concluímos que estes partidos não tiveram sua legitimação pautada no carisma de nenhum líder, nem sua criação patrocinada por instituições externas aos partidos como, por exemplo, igrejas ou sindicatos. Percebemos, também, que a disseminação do PSOL pelo território brasileiro ocorreu a partir de um centro para as localidades, nos moldes do que Panebianco chama de penetração territorial. Já a disseminação do PSD foi marcada por características tanto de penetração territorial quanto de difusão territorial sendo definida, então, como um híbrido entre os dois tipos sugeridos pelo autor.

Ambos os modelos foram formulados para pensar os partidos em um contexto bastante diferente do brasileiro e da maior parte das democracias contemporâneas apresentando, portanto, limitações em sua aplicação em nossos dias. Uma das críticas a estes modelos é formulada por Wolinetz (2002) e gira em torno do fato dessas teorias pressuporem a existência de uma tendência homogeneizante no que diz respeito à forma como as agremiações partidárias evoluem ao longo dos anos. Todavia, consideramos de extrema valia os modelos originários propostos por Duverger (1980) e Panebianco (2005), pois ambos consideram imprescindível observar a gênese do partido para compreender seus desdobramentos futuros.

Outro modelo utilizado nesta pesquisa foi o desenvolvido por Barnea e Rahat (2010) para medir o grau de novidade que os partidos novos podem apresentar ao sistema político. A partir dos indicadores presentes neste modelo elaboramos um índice de novidade que variou de 0 a 16. Aplicando cada dimensão à análise dos casos de PSOL e PSD, concluímos que o primeiro apresentou mais novidade do que o segundo. Os critérios adotados por Barnea e Rahat (2010) são destinados a servir como base para medir o grau de novidade dos partidos ao invés de fazer a distinção entre um partido novo e um antigo, tratando a novidade como uma característica não dicotômica. Assim, a inclusão de outros partidos novos neste modelo seria interessante para ampliar nosso

leque de comparações, possibilitando afirmações mais precisas sobre o quanto de novidade PSOL e PSD apresentam em relação ao sistema partidário.

Como já afirmado, as complexidades inerentes à política nem sempre são captadas pelos modelos aplicados em sua análise. Esses modelos, portanto, deveriam ser vistos mais como ponto de partida e não de chegada para a produção de *insights* e novas hipóteses. Os partidos políticos enfrentam uma série de dilemas em seu cotidiano. Estes seriam mais intensos em agremiações como o PSOL, que busca se viabilizar eleitoralmente e, ao mesmo tempo, manter compromissos básicos em torno de valores, princípios e um programa político. Analisando o perfil dos três principais partidos brasileiros no período de 1946 a 1964 – PSD, UDN e PTB – Nunes (2003) mobiliza o modelo proposto por Shefter (1976) para quem a estratégia predominante de um partido é resultado de três fatores: (1) valores e preferências dos eleitores; (2) recursos à disposição do partido; e (3) interesses de líderes e militantes. Segundo esse modelo, seria possível distinguir os partidos considerando a combinação de fatores que forjam sua “experiência crítica” e que, por sua vez, determina o conjunto das estratégias prioritárias de cada organização.

De acordo com esse raciocínio, partidos que se encontram fora do poder seriam menos propensos a adotar práticas clientelistas e de patronagem, pois não possuiriam acesso aos recursos necessários para promovê-las. Portanto, as legendas que se localizam fora do governo e não possuem outros recursos além da opinião pública e da força organizacional tenderiam a adotar discursos compatíveis com o universalismo de procedimentos com forte crítica às estratégias clientelistas baseadas na distribuição de benefícios e recursos públicos em troca de apoio político. Por outro lado, partidos que possuem acesso a recursos públicos tenderiam a se valer deles como principal elemento de coesão entre seus membros e como estratégia de mobilização política e eleitoral. O que varia, portanto, é o elemento que produz coesão entre os membros e as lideranças e o que fomenta identificação e lealdade entre os eleitores. De um lado, é o próprio sentimento de pertencimento e solidariedade, a identificação em torno de princípios, valores e objetivos políticos programáticos; do outro, é a expectativa de receber recompensas individuais.

Considerando a origem dos partidos e o modelo proposto por Shefter (1976) e mobilizado por Nunes (2003), podemos dizer que o PSD é uma legenda que, apesar de nascer na oposição, rapidamente passa a integrar a coalizão governista e possuir acesso

a determinados recursos. Teria, portanto, sua “experiência crítica” forjada dentro do núcleo de poder e isso, segundo Nunes (2003), não incentiva a adoção de um discurso universalista. Já o PSOL, desde o seu nascimento, se encontra na oposição ao governo federal e sem acesos direto a recursos. Esse fato, à medida que o tempo passa, levaria à cristalização de um comportamento favorável ao universalismo de procedimentos. Contudo, devemos destacar, como o faz o próprio Nunes (2003), que esse modelo é complexo e dicotomias como pragmáticos x ideológicos, direita x esquerda e clientelismo x universalismo de procedimentos não são correspondentes.

Não devemos assumir que a estratégia predominante para o PSOL e o PSD tenda a permanecer indefinidamente. Alguns elementos podem motivar mudanças de estratégias como, por exemplo, aproximação ou distanciamento da coalizão governante, demandas do eleitorado e alteração das lideranças partidárias e suas convicções. Algumas questões interessantes são se as alianças mais flexíveis do PSOL no nível subnacional apontam para uma mudança de longo prazo (indicando que o partido tende a ceder às pressões do sistema para apresentar candidaturas mais competitivas) ou se essas alianças apenas refletem as dificuldades das lideranças nacionais para disciplinarem seus membros em um país federativo de proporções continentais. Por outro lado, no caso do PSD, há maior razão para apostar na continuidade. O partido parece enfrentar com menos intensidade certos dilemas, buscando preservar sua autonomia para se movimentar de forma mais estratégica e pragmática em função das circunstâncias e, sempre que possível, se manter próximo dos recursos provenientes da coalizão governista.

Os achados proporcionados por esta pesquisa nos permitem perceber o papel importante que o PSOL passou a ter no cenário político brasileiro, mesmo com sua presença pouco expressiva na Câmara dos Deputados. O partido demonstra atuação e visibilidade incomuns para partidos do mesmo porte, evidenciadas, entre outras coisas, em ações como: uso massivo das mídias sociais na busca por visibilidade em espaços alternativos aos da mídia tradicional; uso corrente de mecanismos de consulta e mobilização popular; atuação consistente na fiscalização do Executivo e prática sistemática de recorrer ao Poder Judiciário contra ações consideradas abusivas e lesivas aos interesses de minorias; e também a estratégia recorrente de se posicionar publicamente na Tribuna da Câmara (*position taking*). Tais características sugerem que

ainda há espaço, no sistema político brasileiro, para legendas que fazem da ideologia e do programa o principal elemento de coesão e mobilização eleitoral.

O PSD, por sua vez, não foi capaz e parece não ter sequer buscado projetar uma identidade partidária junto ao eleitorado, aproximando-se do caso típico de um partido *catch all*, com esvaziamento ideológico e abertura a diversos grupos de interesses, mas também a um partido cartel voltado para o Estado no sentido proposto por Katz e Mair (1994; 1995).

Apesar do referido destaque, para muitos, o PSOL apresenta algumas limitações que podem condená-lo a uma posição de irrelevância no interior do sistema e na política brasileira. Estas remetem à sua base social que, segundo analistas, seria muito restrita à classe média urbana, intelectuais e artistas, ao foco excessivo em políticas e pautas identitárias focadas na tematização dos problemas, bandeiras e causas de grupos minoritários como gays, lésbicas, transsexuais, bissexuais, transgêneros, indígenas, população negra, população favelada, etc. Dessa forma, o PSOL demonstraria alguns limites para falar para as massas já que o foco na política identitária ocorreria em detrimento de uma tematização mais intensa dos problemas econômicos, da desigualdade social e do conflito de classes.

Em 2018, o PSOL lançou a candidatura de Guilherme Boulos para a presidência da República. Boulos ficou conhecido por ser membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). Assim, sua candidatura se diferencia das outras lançadas pelo PSOL para o executivo nacional, pois Boulos possui ligação com movimentos populares, o que pode resultar em uma maior capacidade de se comunicar com as massas. Para o PSOL, a pré-candidatura de Boulos reafirma a estratégia do partido de construir uma alternativa socialista e que seja capaz de reorganizar a esquerda com o objetivo de revogar as medidas de Temer¹⁴⁵.

Atualmente, podemos perceber uma mudança de comportamento do PSOL em relação ao PT e ao Lula. Esta mudança de postura se deu por ocasião da prisão do ex-presidente Lula depois de sua condenação em segunda instância no âmbito da Operação Lava Jato e depois de o Supremo Tribunal Federal negar o seu habeas corpus. O PSOL, como várias outras forças de esquerda no país, se posicionaram publicamente em denúncia do tratamento seletivo dos órgãos de justiça contra o Partido dos

¹⁴⁵ Disponível em: <http://www.psol50.org.br/construir-uma-alternativa-nas-eleicoes-2018-conheca-a-resolucao-politica-da-conferencia-eleitoral-do-psol/>, acesso em: 20/04/2018.

Trabalhadores e contra Lula. Nos momentos que precederam sua prisão, o pré-candidato à presidência pelo PSOL, Guilherme Boulos, subiu em palanque com Lula, ao lado de várias outras personalidades políticas, artistas e intelectuais, em concentração na sede do sindicato dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo (SP), local onde Lula iniciou sua carreira política há quase 40 anos. O episódio mostrou uma mudança da postura do PSOL, da oposição combativa e busca por se diferenciar do PT a um alinhamento momentâneo. Resta saber se se trata de uma alteração momentânea produzida por fatores conjunturais ou se tenderá a se manter, por exemplo, nas eleições de 2018. Como sugere boa parte da literatura, situações críticas e crises são momentos propícios para que os atores alterem suas preferências e estratégias, mesmo aquelas de longo prazo. A crise que tomou conta da democracia brasileira – se anunciando em 2013 com as manifestações e protestos de rua e intensificando-se em 2016 com o impeachment da presidenta Dilma – pode muito bem prover esse cenário.

Para finalizar, devemos destacar alguns elementos que a pesquisa não esclareceu sobre o perfil e a atuação dos partidos e que deveriam ser explorados. Entre eles, poderia ser confrontado o comportamento dos partidos no Congresso com a hipótese de que o PSD deve apresentar um comportamento errático e o PSOL postura mais disciplinada. Também seria interessante analisar as emendas aprovadas e executadas pelos parlamentares e as fontes de financiamento dos partidos sob a hipótese de que o desempenho eleitoral do PSOL pode ser explicado, em parte, pelo fato da legenda não receber recursos provenientes de uma série de empresas. De maneira complementar a essas análises, também seria interessante utilizar entrevistas com membros e lideranças dos partidos, para captar informações que os dados secundários não nos permitem apreender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, vol. 31, nº 1, pp. 5-33, 1988.

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 20/03/2018.

ALCÁNTARA SAÉZ, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. Partidos Políticos na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. VIII, nº 2, 2002, pp. 137-157.

AMARAL, Oswaldo. Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p.105-134, 2010.

AMARAL, Oswaldo. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Opinio Pública**, 2011.

AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos - uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista debates**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

ANASTASIA, F. ; ROCHA, M. M. . O cenário político brasileiro pós-eleições de 2010 e a política estadual. In: Hugo Cortez; José Antônio Spinelli. (Org.). **Nordeste 2010: os sentidos do voto II. Análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados no Nordeste**. 1ed.Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, p. 11-48, 2016.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; BARONE, Leonardo S. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro , v. 55, n. 4, p. 987-1013, Dec. 2012

BARNEA, S.; RAHAT, G. ‘Out with the old, in with the “new”’: What constitutes a new party? **Party Politics**, London, v. 17, n. 3, 2010. p. 303-320

BORGES, André. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 18, n. 35, p. 167-188, Feb. 2010

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; BOURDOUKAN, Adla. **Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público**. Perspectivas, 35, pp. 117-148, 2009

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; Pimentel Jr, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**, 17(2), 271-303, 2011.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo; BORGES, Tiago. Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil. **América Latina Hoy**, 62, p. 15-45, 2012.

CARNEIRO, Andrea. Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1999-2003). **Caderno de sociologia política. IUPERJ**. 2004.

CARREIRAO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 14, p. 255-295, ago. 2014

CARVALHO, Nelson Rojas de. Peço a Palavra: Primeiro Nós. **Insight-Inteligência**, v. 9, p. 89-96. 2000.

CASTRO, Mônica Mata Machado; NUNES, Felipe & ANASTASIA, Fátima. "Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais brasileiros". **Dados - Revista de Ciências Sociais**, 52 (4): 961-1001, 2009.

CUNHA, Lucas. **Presidencialismo e mudança a América do Sul**: a agenda política dos presidentes identificados com as “esquerdas” e os desafios da governança e da estabilidade democrática. IX encontro da ABCP. Brasília. 2014.

DALTON, R.J.; MACLISTER, I. & WATTENBERG, M. P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. **Análise Social**, vol. XXXVIII, Lisboa, 2003.

DINIZ, Simone. **As migrações partidárias e o calendário eleitoral**. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 15, Nov. 2000.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, 2002.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989 – 1994. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, vol. 38, nº3, 1995.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Presidencialismo e apoio partidário no Congresso. **Monitor Público**, nº8, 1996.

FREITAS, F. De Situação a oposição: a reforma da Previdência do governo Lula a partir da perspectiva dos deputados do PSDB. **Pensamento Plural**. Pelotas [16]: 131 – 156, janeiro-junho 2015.

GUARNIERI, Fernando Henrique Eduardo. **A força dos "partidos fracos"** - um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral. 2009.

HALL, Peter A. & TAYLOR, Rosemary C. R.. (2003). **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova, n.58, pp.193-223.

HARMEL, R.; ROBERTSON, J. D. Formation and Success of New Parties A CrossNational Analysis. **International Political Science Review**, [S.l.], v. 6, n. 4, Oct. 1985. p.501-523.

HUNTER, Wendy. The normalization of an anomaly: the Workers' Party in Brazil. **World Politics**, n. 59, p. 440-475, 2007

JARDIM, Marcia. Palanque eletrônico em eleições locais: aspectos do acesso dos municípios ao HGPE na televisão. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba. p. 45-58.2004.

Katz, Richard S. – Mair, Peter. 1993. “The evolution of party organizations in Europe: The three faces of party organization”, in W. Crotty (ed.), **Political parties in a changing age**, special edition of American review of politics 14: 593-617

KATZ, Richard; MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995

KATZ, Richard; MAIR, Peter. **How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies**. London: Sage, 1994.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (ed.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: PUP, 1966.

KRAUSE, S.; GERARDI, Dirceu André. **A Formação do PSD: Quando o Executivo é o Motor Organizativo**. Trabalho apresentado no 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Gramado, 1 a 4 de ago. de 2012.

KRAUSE, Silvana; FERREIRA, Denise Paiva; RIBEIRO Pedro Floriano; MELO, Paulo Victor. Fragmentação das eleições locais e a emergência de novas forças políticas no Brasil. In. LAVAREDA, A.; TELLES, H. **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016, 420p.

KRAUSE, Silvana; GERARDI, André. **Executivo Estadual faz a diferença? A estréia eleitoral do PSD nas eleições municipais de 2012**. IX Encontro da ABCP. 04 a 07 de agosto de 2014.

LAPALOMBARA, J.;WEINER, M. **Political parties and political development**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

LEMOS, Leany Barreiro; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 366-393, Nov. 2010

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos and RENNO, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, 2003, vol.9, n.1, pp.44-67.

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method. **The American Political Science Review**, Vol. 65, n. 3, p. 682-693, 1971

LIMA, Maria. **Análise do sistema partidário brasileiro**: a evolução das bancadas parlamentares na década de 90. UNB, Brasília. 2005

LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina. Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. **Lua Nova**, nº44, 1998.

LÓPEZ, Santiago. “Partidos desafiantes en América Latina: representación política y estrategias de competencia de las nuevas oposiciones”. **Revista de Ciência Política** (Santiago), 2005, 25 (2): 37-64.

MACHADO, Carlos M; MIGUEL, Luis Felipe. Padrões de coesão e dispersão: Uma proposta de tipologia para coligações. **Teoria e pesquisa**. UFSCAR, São Paulo, vol. XX, n. 2, pp.37-58. 2011.

MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Revista Lua Nova**, n. 23/24, p. 25-73, 1993

MAINWARING, Scott. Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais. **Novos estudos**, n. 29, março, 1991.

MAINWARING, Scott. **Repensando os sistemas partidários na terceira onda da democracia: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro/Porto Alegre, FGV/Mercado Aberto, 2001.

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 23, n. 54, p. 155-183, June 2015

MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Governo Representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 10, n. 29. São Paulo, 1995.

MARTINS, Simone Araújo. A migração partidária na Câmara dos Deputados entre 1995 e 2015. **Revista Política, Estratégia e Gestão**. Brasília, v.1, n.1, pp.1-9, 2015.

MAYHEW, D. Congress: **The electoral connection**. Yale: Yale University Press, 1974.

MELO, Carlos Ranulfo F. **Retirando as Cadeiras do Lugar**: Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985/1998). Belo Horizonte, editora UFMG. 2004.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In Melo e Alcântara, **A democracia brasileira**: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Partidos e migração partidária na câmara dos deputados. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2000

MICHELIS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UNB, 1982

NICOLAU, Jairo. 2017. **Representantes de quem?** Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Zahar.

NUNES, E. **A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Heytor Santana de. **PSOL – Origem e participação eleitoral: atuação do partido na composição da esquerda brasileira**. Dissertação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 2017

PAIVA, Denise; TAROUÇO, Gabriela da Silva. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e as preferências dos eleitores. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, n. 2, p.426-451, Novembro, 2011.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEIXOTO, Vitor M. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSER, Silvana; DANTA, Humberto; MIGUEL, Luiz F.(org) **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: Perfis e tendências**. São Paulo: Uesp. 2010

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro , v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 44, n. 2, p. 133-172, 2001

PERES, Paulo; RICCI, Paolo e GUARNIERI, Fernando. **How brazilian parties organize: Centralization by strategic leadership design**. [Manuscrito], 2012. Disponível em: <http://works.bepress.com/pauloperes/19/>. Acesso em: 6 de janeiro de 2018

RIBEIRO, P.F. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. São Carlos/São Paulo: EdUFSCAR/Fapesp.2010.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e Poder nos Partidos Brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 225-265.

RIBEIRO, Ricardo Mendes; SIMONI JUNIOR, S. O surgimento do PSD e o sistema partidário brasileiro. In: III FÓRUM BRASILEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA. Anais... Curitiba, 2013.

SAMUELS, David. 2000. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. **Legislative Studies Quarterly** XXV: 481-498.

SAMUELS, David. From socialism to social democracy: party organization and the transformation of the workers' party in Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 37, n. 9, p. 999-1024, 2004

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília, Ed. UNB, 1982

SHEFTER, Martin. **Patronage and Its Opponents: A Theory and Some European Cases**. Ithaca, Academic, Cornell University Press, 1976.

SIKK, Allan. Newsness as a winning formula for new political parties. **Party politics**, v. 18, n. 4, p. 465-486, 2012

SINGER, A. **A segunda alma do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, Novos Estudos CEBRAP.n.88,p.88-111, 2010.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n.17, jul. 1964.

SPECK, Bruno Wilhelm. Nem ideológica, nem oportunista: A filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. In: **Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, junho 2013.

SPECK, Bruno Wilhelm; BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identificação partidária e voto: As diferenças entre petistas e peessedebistas. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 22, n. 3, dezembro, 2016

SPECK, Bruno Wilhelm; BRAGA, Maria do Socorro Sousa; COSTA, Valeriano. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. **Revista Sociologia Política**. [online]., vol.23, n.56, pp.125-148, 2015.

TRISTÃO, Ellen. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 104-128, jan./jun. 2011

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: _____. Três Tipos de Poder e outros escritos. Lisboa: Tribuna da História, 2005. p. 63-116.

WOLINETZ, S. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: GHUNTER, Richard; MONTERO, Jose; LINZ, Juan. **Political Parties: Old Concepts, New Challenges**. Oxford: OUP, 2002.

ANEXOS

Tabela 1 – Candidatos do PSOL a Governador nas eleições de 2006

Estado	Candidato	N de votos	Proporção de votos
AC	José Leão	1.068	0,34%
AL	Ricardo Oliveira	51.680	3,93%
AP	Clécio Luiz	9.008	3,02%
BA	Hilton Coelho	38.870	0,63%
CE	Renato Roseno	106.184	2,74%
DF	Antônio de Andrade	55.898	4,24%
ES	Daniel Nascimento	11.878	0,69%
GO	Elias de Andrade	13.318	0,48%
MA	Carlos Saturnino Filho	6.159	0,22%
MT	Mauro de Barros	31.336	2,22%
MS	Carlos Dutra	6.282	0,53%
PA	Edimilson Rodrigues	131.088	4,19%
PB	Carlos Lobão	22.949	1,20%
PR	Luiz Bergmann	14.914	0,27%
PE	Edilson Silva	26.786	0,66%
PI	Edna do Nascimento	6.920	0,44%
RJ	Jorge Milton Temer	118.936	1,44%
RN	Sandro Pimentel	14.172	0,92%
RS	Carlos Roberto Robaina	68.676	1,10%
RO	Adilson de Andrade	7.984	1,11%
RR	Almira de Araújo	2.755	1,47%
SC	João Fachini	17.637	0,53%
SP	Plínio de Arruda Sampaio	532.470	2,49%
TO	Elísio Gonçalves	1.622	0,24%

Fonte: Elaboração própria mediante dados disponíveis no TSE.

Tabela 2 – Desempenho do PSOL na eleição para senador - 2006 (proporção de votos sobre o total)

Estado	Candidato	N de votos	%
AC	Núcia Ferreira	2.420	1,14%
AL	Otavio Cabral Filho	8.679	0,69%
AP	Celisa Capelari	3.608	1,27%
BA	André Fonseca	10.204	0,18%
DF	Rodrigo Pinto	10.974	0,86%
ES	Afonso Coradine	20.675	1,25%
MA	Francisco Matos	3.314	0,12%
MT	Cleuza Leite	3.963	0,31%
MS	Anita Borba	7.265	0,63%
MG	Maria Rocha	132.271	1,59%
PA	Neide Solimões	21.698	0,77%
PB	Vital Farias	99.966	6,00%
PI	Zilton Junior	2.465	0,17%
RO	Marcos Sussuarana	16.155	2,38%
RR	João Rosa	1.497	0,83%
SE	Heitor Alves Filho	4.736	0,50%
TO	Claudio Dallabrida	1.637	0,25%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Tabela 3- Candidatos do PSOL e votação para governador (2010)

UF	Candidato	Votação Nominal	%
AL	Mario Agra	18.520	1,37%
AM	Luiz Carlos Sena	2.723	0,18%
BA	Marcos Mendes	31.705	0,49%
CE	Soraya Tupinambá	38.599	0,97%
DF	Toninho do PSOL	199.095	14,25%
ES	Brice Bragato	38.177	2,09%
GO	Washington Fraga	5.398	18,00%
MA	Saulo Arcangeli	8.898	0,31%
MG	Prof. Luiz Carlos	32.734	0,33%
MS	Nei Braga	18.943	1,51%
MT	Marcos Magno	5.771	0,39%
PA	Fernando Carneiro	107.102	3,04%
PB	Nelson Junior	12.471	0,66%
PE	Edilson da Silva	37.257	0,89%
PI	José Romualdo De Sousa	1.445	0,09%
PR	Luiz Bergmann	18.826	0,32%
RJ	Jefferson Moura	131.980	1,67%
RN	Sandro Pimentel	10.520	0,68%
RO	Professor Marcos Sussuarana	4.641	0,70%
RR	Robert Dagon	2.116	0,96%
RS	Pedro Ruas	37.934	0,60%
SC	Prof. Valmir Martins	7.416	0,22%
SE	Prof. AVILETE CRUZ	4.330	0,42%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Tabela 4 – Desempenho do PSOL na eleição para senador – 2010 (proporção de votos sobre o total).

UF	Candidato	Votação Nominal	%
AL	Heloisa Helena	417.636	16,60%
AM	Professor Marcos Queiroz	4.649	0,16%
AP	Randolph Rodrigues*	203.259	38,94%
BA	Zilmar Alverita da Silva	15.385	0,13%
BA	Luis França	18.185	0,16%
CE	Marilene Vasconcelos	58.732	0,79%
DF	Francisco Claudio Sant'anna	16.486	0,74%
DF	Jorge Antunes	21.287	0,95%
ES	Professor Renato de Andrade	277.973	7,97%
GO	Elias Vaz	45.198	0,92%
MA	Maria Socorro Pereira **	0	0
MA	Paulo Roberto Rios	19.495	0,37%
MG	Waldeir da Silva (Mineirinho)	16.958	0,09%
MG	Marilda Fonseca	53.663	0,28%
MT	Procurador Mauro de Barros	97.803	3,38%
PA	João Augusto	79.621	2,97%
PA	Marinor Brito *	727.583	27,11%
PB	Marcos Dias	16.967	0,69%
PR	Valmor Venturini	10.967	0,10%
PR	Professor Luiz Piva	34.179	0,32%
RJ	Jorge Milton Temer	536.147	3,75%
RN	Ronaldo Garcia	6.639	0,22%
RO	Pastor Aluizio Flor	43.852	3,12%
RO	Nascimento Da Silva (Pimenta de RO)	11.806	0,84%
RS	Bernadete De Menezes	22.728	0,20%
SC	Paulo Afonso Piovezan	22.224	0,35%
SE	Atamario Cordeiro	12.832	0,69%
SP	Marcelo Henrique	249.600	0,68%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Tabela 5 - candidatos do PSOL ao Governo nas eleições de 2014

UF	Candidato	Votação Nominal	%
AC	Antonio Rocha Alves	2.171	0,56%
AL	Mário Agra Júnior	60.816	4,73%
AM	Abel Rodrigues Alves	8.448	0,51%
BA	Marcos Antonio Mendes	50.891	0,78%
CE	Ailton Lopes Dantas	102.394	2,40%
DF	Toninho do PSOL	34.689	2,26%
ES	Camila Costa Valadão	21.044	1,10%
GO	Weslei Garcia de Paulo	10.522	0,37%
MA	Luís Antonio Câmara Pedrosa	33.749	1,14%
MG	Fidélis Oliveira Alcantara	67.785	0,67%
MS	Sidelvar Aparecido de Melo	7.823	0,59%
MT	José Roberto Cavalcante	5.570	0,38%
PA	Marco Antônio Carrera Ferreira	63.078	1,72%
PB	Tarcio Holanda Teixeira	8.849	0,43%
PE	Jose Gomes de Sá Neto	27.895	0,63%
PI	Maklandel Aquino Matos	22.480	1,35%
PR	Bernardo Seixas Pilotto	35.327	0,60%
RJ	Tarcisio Motta de Carvalho	712.734	8,92%
RN	Robério Paulino Rodrigues	129.616	8,74%
RO	Nascimento Antonio da Silva	7.757	0,97%
RR	Hamilton Castro Cavalcante	6.975	2,87%
RS	Carlos Roberto Robaina	47.138	0,77%
SC	Afrânio Boppré	61.814	1,80%
SP	Gilberto Maringoni	187.487	0,88%
SE	Prof. Sônia Meire	46.346	4,71%
TO	Eula Angelim	1.234	0,18%

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE.

Tabela 6 – Votação dos candidatos do PSD para o Senado em 2014

UF	Candidato	Votação Nominal	%
AC	Prof. Fortunato Martins	2.232	0,60%
AL	Heloísa Helena	394.309	31,86%
AM	Prof. Marcos Queiroz	11.234	0,70%
BA	Hamilton Assis	54.105	0,90%
DF	Aldemario Castro	20.697	1,44%
ES	Andre Moreira	32.006	1,90%
GO	Elber Sampaio	9.503	0,35%
MA	Haroldo Saboia	51.539	1,79%
MS	Lucien Rezende	3.056	0,25%
MT	Gilberto Lopes Filho	16.229	1,21%
PA	Pedro Maia	28.547	0,84%
PB	Nelson Júnior	11.502	0,66%
PE	Albanise Pires	27.319	0,66%
PR	Prof. Luiz Romeiro Piva	50.905	0,96%
RJ	Pedro Rosa	137.652	1,86%
RN	Prof. Lailson de Almeida	15.164	1,03%
RO	Aluizio Vidal	77.865	10,46%
SC	Sargento Amauri Soares	94.846	3,10%
TO	Elvio Quirino	6.565	0,97%

Fonte: elaboração própria a partir de dados de TSE